



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Maryana Vieira Ferreira de Oliveira

**DE VOLTA AO PASSADO PELAS INCERTEZAS DO FUTURO: UMA ANÁLISE DO
CONCEITO DE ANTROPOCENO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ENTRE
OS ANOS DE 2000 A 2022**

**São Cristóvão - SE
2024**

Maryana Vieira Ferreira de Oliveira

**DE VOLTA AO PASSADO PELAS INCERTEZAS DO FUTURO: UMA ANÁLISE DO
CONCEITO DE ANTROPOCENO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ENTRE
OS ANOS DE 2000 A 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao Departamento de Relações Internacionais, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque.

MARYANA VIEIRA FERREIRA DE OLIVEIRA

**DE VOLTA AO PASSADO PELAS INCERTEZAS DO FUTURO: UMA ANÁLISE DO
CONCEITO DE ANTROPOCENO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ENTRE
OS ANOS DE 2000 A 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao Departamento de Relações Internacionais, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque

Prof^a. Dr^a. Bárbara Vasconcellos de Carvalho Motta

Prof. Me. Hugo Alves Mariz de Moraes

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2024

À minha mãe, a maior força da natureza que conheço.
Nenhuma dedicatória seria suficiente para expressar
todo o meu amor e gratidão a minha pessoa
preferida no mundo.

*“Meu amor, olha só
Hoje o sol não apareceu
É o fim da aventura humana na Terra
Meu planeta, adeus (...)
Minha vida é um Flash
de controles botões anti-atômicos
Olha bem, meu amor
É o fim da odisseia terrestre”*

(Rádio Táxi - Eva)

AGRADECIMENTOS

Eu poderia escrever um trabalho de conclusão de curso dedicado a cada uma das pessoas que compõem minha jornada. Nos últimos quatro anos, eu vi o melhor e o pior do início da vida adulta. Acredito que tenho muito pela frente, mas não é possível seguir sem reconhecer o impacto e o privilégio de ter cruzado meu caminho com tantas pessoas espetaculares.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Sueli e Jailson, por confiarem tanto no meu potencial, respeitarem minhas decisões e serem os melhores pais que eu poderia ter.

À minha mãe, minha melhor amiga, dedico toda a minha história. Acredito que tudo que eu fizer ou produzir durante minha vida acadêmica, profissional deve ser dedicado a ela. Meu eu moral, minha construção enquanto pessoa e meus sonhos. No final do dia, eu sei que é ela quem estará lá para me abraçar.

À meu pai, embora esse trabalho de conclusão não seja sobre Rússia, é muito gratificante não precisar explicar sobre Relações Internacionais para alguém da família. Por ser a pessoa mais inteligente que conheço, acredito que meu pai saiba mais sobre RI e política externa do que eu. Obrigada pelo apoio e as conversas, pai.

À minha irmã Bianca, meus agradecimentos, por mesmo na fase da adolescência, ainda acreditar que a sua irmã chata vai conseguir concluir esse tanto de trabalho da faculdade. Meus agradecimento à minha avó, Alexandrina, que tanto amo, à Tia Cleide, minha tia preferida, pelo apoio incondicional e à Nana, minha irmã mais velha, obrigada por tudo.

Meus agradecimentos ao meu orientador, Professor Rodrigo, esse trabalho não seria possível sem suas revisões, referências e paciência. Obrigada pelos conselhos, mesmo ocupado, entre mamadeiras e fraldas. O senhor é uma grande inspiração, enquanto profissional, pai e conselheiro de estudantes desesperados nas horas vagas. Agradeço também ao Professor Cairo, por ter sido um ótimo orientador de PIBIC, pelas monitorias e pelas suas ótimas aulas. À professora Bárbara, meus agradecimentos por fazer das Relações Internacionais sempre uma novidade, por suas aulas, dicas e organização sem igual.

Meus inesgotáveis agradecimentos às minhas amigas fiéis de faculdade, minhas trambiqueiras. O quanto eu amo e admiro cada uma é medido por infinitos risos, suor e lágrimas espalhados em quatro anos de faculdade. À Alice, por ser um poço de esperança em forma de pessoa alta; à Ana, pela imensa bondade e conhecimento de mundo; a minha amiga

Cristine, meus agradecimentos pela sua força, coragem e sinceridade de ter sempre a melhor resposta; à Dhâmarys pela compreensão e parceria cheia de sorrisos baianos; à Dulce pelo seu cuidado, dedicação e passe-livre para todo e qualquer assunto; à João por sua tranquilidade e positividade mesmo em cenários de guerra (já que estamos falando de RI); e à Larissa, minha gratidão por sua espontaneidade e graça, o mundo é mais feliz por causa da sua presença.

Gostaria de agradecer também as minhas amigas e parceiras do Centro Acadêmico: Ana Livia, Marina, San, Stella, Iza e Nalu. Cada uma de vocês enriqueceram minhas experiências na faculdade. Juntas descobrimos que com muito esforço e trabalho (e praias porque ninguém é de ferro) chegaríamos a resultados satisfatórios. Aos meus amigos: Pablo, Esther, Iasmin e Duda. Minha gratidão pela parceria nesses quatro anos de faculdade. Sem Duda eu não sobreviveria, não tenho dúvida. Pablo por ser a pessoa que mais me fez rir em quatro anos, você é como o sol, cheio de luz. Esther, obrigada pelos abraços e sua paz de espírito, não existe ninguém que irradie tanta fé e resiliência. Ias, pelas dicas de livro, pelos dias de praia, pelas conversas profundas, e principalmente pelos carinhos na mão!

Para meus amigos mais antigos: Rani, Rafa, Débora, Rayra, Valentina e João Lúcio, meus mais sinceros agradecimentos. Acredito que nos momentos mais angustiantes deste ano, vocês foram meu alívio. Minha casa. Meu conforto. Como quase tudo agora é sobre a finalização de um ciclo, eu agradeço por vocês permanecerem. Em ligações, visitas, mensagens, abraços e aniversários. Obrigada por serem os melhores amigos que eu poderia ter. Meu agradecimento especial a Gabi, por ouvir minhas queixas emocionais por tantos anos e a Wendel pelas revisões e a calma em me tranquilizar.

Por fim, mas jamais menos importante, vou prestigiar a minha boa fé, que me move, que me molda, me alimenta e fortalece. Aquela voz que no final do dia me diz que com calma as coisas vão ficar bem. Não esquecer que por enquanto, como diz a poeta, é tempo de morangos.

RESUMO

O presente estudo aborda de que maneira o conceito do Antropoceno se apresentou na política externa brasileira em sua agenda ambiental nas últimas duas décadas. O Antropoceno discute a percepção de que o ser humano estaria influenciando ativamente nas mudanças ambientais que contribuem para a destruição do sistema planetário. Desse modo, o Antropoceno apresenta a possibilidade do surgimento de uma nova Era Geológica, com isso o conceito expõe um escopo maior de dilemas do que os retratados nos debates em torno das mudanças climáticas. Nesse sentido, com a emergência das discussões internacionais sobre a agenda ambiental, o Brasil, enquanto um país influente nos debates sobre o meio ambiente, já fez uso da tradicional abertura dos discursos diplomáticos proferidos no âmbito da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (AG/NU) para promover a ideia de um país que preserva o meio ambiente em prol do seu direito ao desenvolvimento. Nos últimos vinte e dois anos, os chefes de Estado do Brasil se utilizam da defesa da sustentabilidade para construir uma imagem de política externa cooperativa e ativa nas discussões. Sendo assim, o presente estudo busca contribuir com os debates a respeito do conceito do Antropoceno na política externa brasileira, para isso tem como finalidade examinar, através de uma análise de conteúdo, os discursos dos líderes brasileiros na abertura do Debate-Geral da AG/NU de 2000 a 2022, e como se apresentou o conceito de Antropoceno nesses cenários.

Palavras-chave: Conceito de Antropoceno; política externa brasileira; agenda ambiental; discurso; Nações Unidas.

ABSTRACT

This study analyzes how the concept of the Anthropocene has been presented in Brazilian foreign policy in its environmental agenda over the last two decades. The Anthropocene addresses the perception that human beings are actively influencing environmental changes that contribute to the destruction of the planetary system. Thus, the Anthropocene presents the possibility of the emergence of a new Geological Era, and thus the concept exposes a wider scope of dilemmas than those portrayed in the debates surrounding climate change. In this sense, with the emergence of international discussions on the environmental agenda, Brazil, as an influential country in debates on the environment, has already used the traditional opening of diplomatic speeches given at the United Nations General Assembly (UNGA) to promote the idea of a country that preserves the environment in favor of its right to development. Over the last twenty-two years, Brazilian heads of state have used the defense of sustainability to build an image of a cooperative and active foreign policy in discussions. Therefore, this study seeks to contribute to the debates regarding the concept of Anthropocene in Brazilian foreign policy. To this end, it aims to examine, through content analysis, the speeches of Brazilian leaders at the opening of the General Debate of the UN General Assembly from 2000 to 2022, and how the concept of Anthropocene was presented in these scenarios.

Keywords: Concept of Anthropocene; Brazilian foreign policy; environmental agenda; discourse; United Nations.

RESÚMEN

Este estudio analiza cómo el concepto de Antropoceno fue presentado en la política exterior brasileña y su agenda ambiental en las últimas dos décadas. El Antropoceno aborda la percepción de que los seres humanos están influyendo activamente en los cambios ambientales que contribuyen a la destrucción del sistema planetario. De esta manera, el Antropoceno presenta la posibilidad del surgimiento de una nueva Era Geológica, exponiendo este concepto un alcance de dilemas mayor que los retratados en los debates en torno al cambio climático. En este sentido, con el surgimiento de las discusiones internacionales sobre la agenda ambiental, Brasil, como país influyente en los debates sobre el medio ambiente, ya hizo uso de la tradicional apertura de discursos diplomáticos pronunciados en el ámbito de la Asamblea General de las Naciones Unidas. (AG/NU) para promover la idea de un país que preserva el medio ambiente a favor de su derecho al desarrollo. Durante los últimos veintidós años, los jefes de Estado brasileños han utilizado la defensa de la sostenibilidad para construir una imagen de política exterior cooperativa y activa en los debates. Por lo tanto, el presente estudio busca contribuir a los debates sobre el concepto de Antropoceno en la política exterior brasileña, para ello tiene como objetivo examinar, a través de un análisis de contenido, los discursos de los líderes brasileños en la apertura del Debate General de la AG/ NU del 2000 al 2022, y cómo se presentó el concepto de Antropoceno en estos escenarios.

Palabras clave: Concepto de Antropoceno; Política exterior brasileña; agenda ambiental; discurso; Naciones Unidas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AG/NU** - Assembleia Geral das Nações Unidas
- ALCA** - Área de Livre-Comércio das Américas
- CDB** - Convenção sobre Diversidade Biológica
- CDO** - Coordenação de Documentação Diplomática
- CQNUMC** - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
- COP** - Conferência das Partes
- DCD** - Departamento de Comunicações e Documentação
- ECOSOC** - Conselho Econômico e Social
- EUA** - Estados Unidos da América
- FHC** - Fernando Henrique Cardoso
- FIRJAN** - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
- FUNAG** - Fundação Alexandre de Gusmão
- IBAS** - Índia, Brasil e África do Sul
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MRE** - Ministério de Relações Exteriores
- NDC** - Contribuição Nacionalmente Determinada
- ODS** - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- OIGs** - Organizações Internacionais Governamentais
- ONGs** - Organizações Não Governamentais
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- PEB** - Política Externa Brasileira
- PNUMA** - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
- RENOVABIO** - Política Nacional de Biocombustíveis
- RI** - Relações Internacionais
- Rio+10** - Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável
- RIO+20** - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
- RIO-92** - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Frequência de códigos dos discursos da AG/NU de 2001 a 2002

Tabela 2 - Frequência de códigos dos discursos da AG/NU de 2003 a 2010

Tabela 3 - Frequência de códigos dos discursos da AG/NU de 2011 a 2015

Tabela 4 - Frequência de códigos dos discursos da AG/NU de 2016 a 2018

Tabela 5 - Frequência de códigos dos discursos da AG/NU de 2019 a 2022

Tabela 6 - Frequência de códigos dos discursos da AG/NU de 2000 a 2022

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nuvem de palavras do código Antropoceno

Figura 2 - Nuvem de palavras dos códigos Antropoceno e Humanidade

Figura 3 - Nuvem de palavras dos códigos Antropoceno, Humanidade e Meio Ambiente

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Frequência de códigos dos discursos AG/NU de 2000 a 2002

Gráfico 2 - Frequência de códigos em cada um dos discursos de 2000 a 2002

Gráfico 3 - Frequência de códigos dos discursos da AG/NU de 2003 a 2010

Gráfico 4 - Frequência de códigos em cada um dos discursos de 2003 a 2010

Gráfico 5 - Frequência de códigos dos discursos da AG/NU de 2011 a 2015

Gráfico 6 - Frequência de códigos em cada um dos discursos de 2011 a 2015

Gráfico 7 - Frequência de códigos dos discursos da AG/NU de 2016 a 2018

Gráfico 8 - Frequência de códigos em cada um dos discursos de 2016 a 2018

Gráfico 9 - Frequência de códigos dos discursos da AG/NU de 2019 a 2022

Gráfico 10 - Frequência de códigos em cada um dos discursos de 2019 a 2022

Gráfico 11 - Frequência de códigos dos discursos da AG/NU de 2001 a 2022

Gráfico 12 - Frequência de códigos em cada um dos discursos de 2000 a 2022

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DIALOGANDO (MAIS UMA VEZ) SOBRE O FIM DO MUNDO.....	20
2.1 Sobre o conceito de Antropoceno e as Relações Internacionais.....	21
2.2 O Antropoceno e um possível fim do que é, e não é considerado humanidade.....	27
2.3 O Brasil nas discussões sobre o Antropoceno.....	33
3 POLÍTICA EXTERNA AMBIENTAL BRASILEIRA E AS NAÇÕES UNIDAS.....	38
3.1 O Brasil e a defesa de um Desenvolvimento Sustentável a partir das Conferências Ambientais de 1972, 1992 e 2002.....	38
3.2 De FHC à Bolsonaro: um panorama geral da agenda ambiental na política externa brasileira.....	46
3.2.1 Fernando Henrique Cardoso.....	46
3.2.2 Luiz Inácio Lula da Silva.....	48
3.2.3 Dilma Rousseff.....	50
3.2.4 Michel Temer.....	52
3.2.5 Jair Bolsonaro.....	53
4 POLÍTICA EXTERNA AMBIENTAL BRASILEIRA E O CONCEITO DE ANTROPOCENO NOS DISCURSOS DE ABERTURA DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS.....	56
4.1 Os discursos ambientais do Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas.....	56
4.2 Fernando Henrique Cardoso: o conceito do Antropoceno nos discursos de FHC, Felipe Lampreia e Celso Lafer de 2000 a 2002.....	62
4.3 Luiz Inácio Lula da Silva: o conceito do Antropoceno nos discursos de Lula e Celso Amorim de 2003 a 2010.....	65
4.4 Dilma Rousseff: o conceito de Antropoceno nos discursos da primeira presidente mulher do Brasil de 2011 a 2015.....	71
4.6 Jair Bolsonaro: a ausência do conceito de Antropoceno nos discursos de Bolsonaro de 2019 a 2022.....	79

4.7 A presença implícita do conceito de Antropoceno nos discursos brasileiros da Assembleia Geral das Nações Unidas.....	84
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS.....	95

1 INTRODUÇÃO

A trajetória da agenda ambiental internacional brasileira foi influenciada e reforçada pela mudança da própria agenda global do final do século XX, devido à emergência climática. O debate em torno das mudanças climáticas incorpora desafios mundiais em detrimento das suas complexidades estruturais, visto que, o conceito não envolve apenas questões ambientais, mas econômicas, sociais e de segurança internacional também (Buarque, 2024). Assim, diante da instabilidade ambiental, faz-se necessário que os conceitos de ameaça e segurança sejam atualizados, em vista da grande ameaça a segurança sistêmica do século XXI, que tende a ser a ultrapassagem dos limites planetários. O que significa a inevitável tendência de pôr em risco a sobrevivência da espécie humana devido aos modelos de desenvolvimento adotados (Basso; Viola, 2016).

As discussões sobre um possível fim permeiam a imaginação humana, em tempos de guerra e em tempos de paz, mas algumas dessas concepções se fortaleceram desde o final do século passado, quando se formou um consenso científico a respeito das transformações do sistema terra e o aumento das temperaturas do planeta (Danowski; Castro, 2014). Em 2019, o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, António Guterres, em um discurso nas vésperas da Conferência da ONU sobre as Alterações Climáticas, a conhecida Conferência das Partes (COP-25), salientou, pela primeira vez, que era necessário pôr um fim à “guerra contra a natureza” (Lopes, 2021).

Nesse sentido, o conceito de Antropoceno foi definido apenas no ano de 2000, apresentando-se enquanto uma nova Era Geológica, que enfatizou o papel central do ser humano nas transformações da atmosfera terrestre, com impactos que tendem a perpetuar por longos períodos (Crutzen; Stoermer, 2000). Logo, por se tratar de um tema que denuncia as drásticas transformações do planeta em detrimento da humanidade, as discussões escapam das ciências naturais pela sua magnitude e constroem discussões fundamentais nas ciências sociais e humanas, incluindo a área de Relações Internacionais (Basso; Viola, 2016).

Desse modo, o estudo aqui apresentado pretende expor a relevância de se abrir espaço para refletir sobre o conceito do Antropoceno, especialmente atrelado à Política Externa Brasileira (PEB), respondendo à seguinte pergunta de pesquisa: de que maneira o conceito do Antropoceno se apresentou na política externa brasileira em sua agenda ambiental nas últimas duas décadas? Assim, foi observado a imagem que o Brasil mostrou internacionalmente nos discursos proferidos na abertura da Assembleia Geral das Nações

Unidas, especialmente a respeito da sua agenda ambiental dos últimos anos, bem como das eventuais mudanças observadas nos discursos presidenciais ao longo do tempo.

O Brasil tem utilizado da agenda ambiental como prospecção internacional de sua política externa, de maneira a ser modelada como projeto estratégico para impulsionar o papel diplomático do país. É possível visualizar essa dinâmica a partir das diferentes lideranças brasileiras, assim como, a partir da atuação histórica do país no que se refere a agenda ambiental internacional entre as décadas de 1990 e 2010. Nesse sentido, a participação ativa do Brasil nas negociações globais sobre o clima, acordos sobre desmatamento, o uso de energias renováveis, o destaque em fóruns e conferências ambientais como: a Rio-92, a COP-15 em Copenhague e a Rio+20 são alguns desses exemplos (Buarque, 2024).

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas é um órgão que observa e fiscaliza, questões que são trazidas ao seu fórum, e que interessam a comunidade internacional. A partir da reflexão de seus países membros, é promovido um Debate-Geral com a finalidade de harmonizar interesses e o bem-estar no cenário internacional (Kennedy, 2006). A AG/NU passou por um processo de revitalização com o fim da Guerra Fria, e inúmeros Estados se movimentaram para atualizar seus processos decisórios e restaurar seu prestígio político (Sardenberg, 2013).

O momento em que a Assembleia Geral recebe maior atenção pública acontece no final do mês de setembro, período em que ocorre o Debate-Geral. O evento é promovido pela comunidade internacional, e nessa ocasião um número elevado de chefes de Estado, representantes e ministros discursam perante a assembleia sobre uma gama de prioridades e assuntos em evidência na conjuntura social do momento (Sardenberg, 2013).

A partir do surgimento do conceito de Antropoceno, nos anos 2000 até o ano de 2022, o Brasil teve cinco presidentes da república: Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022). Nesse contexto, o Brasil se utilizou de diferentes estratégias para se encarregar da agenda, sobretudo a partir dos discursos proferidos no âmbito do Debate-Geral da Assembleia das Nações Unidas (Moreno; Brzezinski, 2023).

Como proposta para responder a pergunta da pesquisa, o estudo comprometeu-se i) a compreender como se configurou a política externa brasileira, especialmente com relação a sua agenda ambiental e a emergência dessa temática; ii) a investigar quais foram as mudanças da política externa brasileira ambiental conforme a rotatividade política e democrática do Brasil no período de vinte e dois anos; iii) e a deliberar sobre a relevância do conceito de Antropoceno, a partir de suas mudanças ou ausências, na política externa brasileira,

verificadas por meio da análise de conteúdo das declarações realizadas pelos líderes políticos brasileiros nos discursos anuais da AG/NU ao longo de duas décadas.

A análise de conteúdo justifica-se em razão da importância da linguagem na estruturação dos discursos, o que se mostra passível de observação a partir do exame de seu conteúdo, e da busca por responder à pergunta que orienta a pesquisa, ou seja, analisar a presença do conceito do Antropoceno na política externa ambiental brasileira, a fim de gerar um conhecimento mais abrangente sobre a temática, e o que ela representa. É necessário enfatizar a importância dessa técnica de pesquisa científica, que, ao ser baseada em procedimentos sistemáticos cria inferências válidas para determinados conteúdos visuais, escritos e verbais com a finalidade de descrever, quantificar e interpretar certos fenômenos em seus contextos, intenções e significados (Lycarião; Sampaio 2021). Logo, a análise de conteúdo, enquanto técnica que descreve mensagens e significados, é capaz de mensurar a implicação de discursos políticos, devido ao seu campo vasto de análise.

Sob esse viés, a análise de política externa, considerada uma subárea das Relações Internacionais, tem instrumentalizado o método da análise de conteúdo como uma estratégia de sucesso em pesquisas empíricas para as ciências sociais (Silva; Hernández, 2020). Além disso, as condições relacionadas à produção da análise de conteúdo podem ocorrer por meio de indicadores quantitativos ou não, pois o uso de técnicas tanto quantitativas como qualitativas podem ser complementares para o entendimento da questão que se pretende solucionar (Bardin, 2016). Assim, a mesclagem das duas linhas de pesquisa, qualitativa e quantitativa, possibilita ao pesquisador sustentar argumentos causais, descritivos, analiticamente densos, identificar frequências e elementos que são deixados de lado no processo de formulação da política externa (Silva; Hernández, 2020).

Assim, no que tange à coleta de dados para a realização da pesquisa, foi realizada a prospecção referente aos discursos diplomáticos presidenciais na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, com um enfoque maior na posição dos líderes governamentais do Brasil em relação à agenda ambiental brasileira. O recorte temporal do estudo foi específico para o período de 2000 a 2022. Tal espaço de tempo foi estabelecido devido ao primeiro discurso diplomático brasileiro, na AG/NU ocorrido em 12/09/2000, no ano em que o conceito do Antropoceno foi apresentado nos estudos de Paul Crutzen e Eugene Stoermer (2000). Assim, foram analisados os discursos diplomáticos dos chanceleres Luiz Felipe Lampreia, Celso Lafer e Celso Amorim e dos presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro no período de

tempo estabelecido até o dia 20/09/2022, que marca o último discurso diplomático do ex-presidente Jair Bolsonaro na AG/NU, que teve seu mandato finalizado no ano de 2022.

Dessa forma, o presente estudo buscou se inserir no debate da política externa ambiental brasileira, com a finalidade de contribuir para a atualização do conhecimento disponível sobre o tema. À medida em que o meio ambiente tem se tornado uma temática mais abrangente na política internacional, os conceitos de desenvolvimento, mudanças climáticas e política externa são posicionados nos debates enquanto centrais para as discussões (Peguim, 2021).

A pesquisa aqui situada realiza-se enquanto exploratória de natureza qualitativa-quantitativa. Nesse sentido, ao observar a imagem que o Brasil mostrou internacionalmente nos discursos proferidos na abertura da AG/NU, especialmente a respeito da sua agenda ambiental nas últimas duas décadas, foi possível identificar eventuais mudanças históricas nos discursos presidenciais, assim como a presença implícita do conceito do Antropoceno. Por isso, a pesquisa se apresenta enquanto significativa para contribuir com informações à academia científica da atualidade, enriquecendo e ampliando o debate para as áreas de Relações Internacionais no que concerne à política externa ambiental brasileira.

2 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DIALOGANDO (MAIS UMA VEZ) SOBRE O FIM DO MUNDO

Em 2020, no Relatório de Desenvolvimento Humano anual, a ONU publicou uma declaração que, em suma, informava que as políticas internacionais haviam entrado na nova “Era dos Humanos”, e o Antropoceno representaria um período em que o risco dominante para a sobrevivência do ser humano é a própria humanidade (Chandler et al, 2021). Essa mudança acompanhou as declarações do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, que, a respeito das mudanças climáticas, salientou que o planeta estaria se aproximando de “um ponto sem retorno”, uma vez que a degradação da natureza já comprometia o bem-estar de 40% da população mundial (Lopes, 2021).

É válido destacar que a utilização massiva dos finitos recursos naturais vem tecendo discussões diplomáticas e agendas políticas desde o pós-Segunda Guerra Mundial, como na realização da primeira Conferência Científica das Nações Unidas para Conservação e Utilização de Recursos, em 1949 (Lopes, 2021). A partir da década de 1970, o avanço da globalização e das políticas “verdes” impulsionam a Conferência de Estocolmo como marca da primeira reunião da política ambiental europeia. Posteriormente, na década de 1980, o ambiente é definido como uma nova ameaça à segurança dos Estados, o que gerou para as próximas décadas inúmeros tratados internacionais que foram reforçados pela adoção do Protocolo de Quioto em 2005 e o Acordo de Paris em 2015 (Lopes, 2021).

As Relações Internacionais (RI), enquanto área de estudo, abarcam uma rede de sistemas abertos, complexos e incertos no que diz respeito à política global (Bernstein et al, 2000). As ciências sociais têm por objeto a interpretação dos inúmeros tipos de conhecimentos precedentes que se materializam na sociedade (Weber, 2011), por esse motivo, não é possível separar o indivíduo do objeto no qual ele se vincula, ou seja, isolar as variáveis (Pereira, 2016). Ainda assim, existe uma tentativa de enquadrar trajetórias lineares às teorias de Relações Internacionais ao construí-las a partir da previsibilidade e da perspectiva de que os processos globais são sistemas fechados (Pereira, 2016).

Sob esse viés, a disciplina de Relações Internacionais tem como base o liberalismo iluminista para moldar suas agendas de paz, desenvolvimento e democracia, com instituições que podem ser domesticadas com regimes globais ou nacionais, com a finalidade de promover os interesses humanos e uma boa governança para o Estado de direito (Chandler et al, 2021). Entretanto, enquanto as décadas de 1990 e 2000 assistiram os estudos de Relações Internacionais se desviarem do foco realista para enquadramentos liberais, a década de 2010

foi marcada por um afastamento da política modernista, que trazia respostas lineares a respeito dos conflitos de poder e agência (Chandler et al, 2021).

Tal direcionamento pode ser justificado por acontecimentos que acompanharam a área, afinal, mesmo as distopias criadas ao redor de eventos como a Guerra Fria (1947-1991) foram baseadas em acontecimentos reais como aqueles suscitados por causa das corridas nucleares ou a Segunda Guerra Mundial, episódios que levaram as sociedades humanas a refletirem sobre um futuro incerto (Danowski; Castro, 2014). Por isso, para embrenhar-se ao tema proposto, é necessário avaliar as complexidades da ameaça climática e o paradoxo de “um futuro que acabou” antes mesmo de começar (Danowski; Castro, 2014), observando, assim, um dos desafios que a humanidade vem experienciando, para isso é necessário compreender as Relações Internacionais com essa perspectiva distante das teorias realistas, e assumir a imprevisibilidade do objeto de estudo aqui proposto: o Antropoceno.

2.1 Sobre o conceito de Antropoceno e as Relações Internacionais

O termo Antropoceno significa “A Era dos Humanos” e anuncia o início de uma nova Era Geológica que se deu início quando as atividades humanas começaram a ter um notável impacto na geologia e no ecossistema do Planeta Terra (Reno, 2022). Por mais que o conceito de Antropoceno tenha surgido na literatura científica na década de 1980 (Ottum, 2022), ele foi definido formalmente apenas no ano de 2000, apresentando-se enquanto uma nova Era Geológica que enfatizou o papel central do ser humano nas transformações da atmosfera terrestre, com impactos que tendem a perpetuar por longos períodos (Crutzen; Stoermer, 2000).

Desse modo, tal qual acontece com teorias que inovam os paradigmas científicos, o conceito de Antropoceno tem sido controverso, não apenas para a geologia, mas também entre outros campos do saber. Os estudiosos observam o Antropoceno como um período de mudanças nos sistemas do planeta, a partir das alterações que o ser humano vem realizando nos oceanos, na terra e no ar (Ottum, 2022).

Por outro lado, para alguns estudiosos das ciências sociais, o Antropoceno pode ser analisado como um fenômeno histórico e cultural. Existe, ainda, uma terceira perspectiva somada às discussões: a do não-especialista e a maneira como a sociedade dá sentido ao seu papel nas alterações climáticas e nas outras catástrofes naturais e que se constitui em diferentes graus de envolvimento ou afastamento dessa realidade (Ottum, 2022).

Na perspectiva da Geologia, para reconhecer as mudanças do planeta é necessário observar as evidências estratigráficas¹ (Ottum, 2022). Por isso, quando o conceito de Antropoceno ganhou relevância, os geólogos já haviam situado a contemporaneidade na Era do Holoceno, época que começou há aproximadamente 11.500 anos após o último período glacial. O Holoceno se caracterizou como um período ecologicamente estável para o Planeta Terra, no qual as temperaturas se mantiveram dentro da faixa de 1 grau Celsius, tendo como resultado o fortalecimento da civilização humana (Ottum, 2022).

Entretanto, houve alterações significativas nas últimas décadas, especialmente com relação ao aumento da temperatura terrestre. Diante disso, mesmo as projeções mais otimistas apontam para um aumento de mais de 1,5 graus Celsius. Somado a isso, as mudanças climáticas sugerem uma ruptura com o Holoceno, uma vez que, na escala de tempo geológica, vários eventos que apontam graves mudanças no cenário do Planeta Terra correspondem a períodos de extinção em massa (Ottum, 2022).

Nesse cenário, não cabe imaginar algo semelhante ao que aconteceu com a extinção dos dinossauros. Em vez disso, os geólogos explicam que na Era Paleozóica, que sucedeu há 250 milhões de anos, a chamada “Grande Morte” ocorreu devido a um evento vulcânico, logo, o que extinguiu os seres que habitavam o planeta naquela época foram as consequências de tal evento natural, ou seja, o aquecimento global e a acidificação dos oceanos (Ottum, 2022). Nesse sentido, se as Eras Geológicas anteriores foram marcadas por extinções em massa, e como estamos em um momento de grandes rupturas, é lógico pensar que estamos em outro período Geológico, diferente do Holoceno (Ottum, 2022).

Porém, mesmo entre os geólogos não existe um consenso. As explicações em torno da sua ausência estão na dificuldade de comprovação técnica, visto que a prática estatigráfica requer uma abordagem restrita pelo tempo, com base nas mudanças físicas e químicas de rochas, fósseis e minerais. Assim, não existem condições para realizar uma análise em termos de tempo geológico, devido à breve existência temporal da humanidade no Planeta Terra. Além disso, os indicadores do Antropoceno não são globalmente sincronizados, a exemplo da agricultura, que, apesar de marcar mudanças ambientais e econômicas importantes, foi uma atividade que começou em momentos diferentes a depender de que parte do mundo se está analisando o fenômeno (Ottum, 2022).

Sob esse viés, o argumento em torno do termo Antropoceno, embora tenha sido discutido enquanto um conceito geológico, e portanto científico, também pode ser enquadrado

¹ Ramo da Geologia que estuda, classifica e descreve os estratos, ou camadas do solo, seguindo o princípio da sobreposição das camadas rochosas, ao relacioná-las espacialmente e temporalmente (Moraes; Montoya, 2021).

como uma narrativa (Weißflug, 2019). Isso porque, a ideia abordada no próprio texto original de Paul Crutzen e Eugene Stoermer, que inaugura o aumento das discussões sobre o tema, ao mesmo tempo que viabiliza, constrói uma ótica de final dos tempos. Logo, esse tipo de abordagem não propõe que se reflita sobre a relação e responsabilidade com o meio ambiente (Weißflug, 2019)

Por outro lado, a importância de defender o Antropoceno enquanto uma nova Era Geológica está em comunicar e discutir sobre o impacto das mudanças climáticas, visto que essas alterações no meio ambiente não devem ser observadas como fator inerente à natureza, mas causado por ações antropogênicas (Chandler et al, 2021). Desse modo, o meio ambiente não se concretiza apenas como algo que usufruímos ou que fazemos morada no espaço e no tempo, mas que deve ser visto com algo que somos responsáveis por moldar e conservar. Sendo assim, a depender da inovação científica, do engenho humano e das lideranças políticas, é possível retardar ou até mesmo reverter eventos climáticos catastróficos (Chandler et al 2021).

Sob esse viés, desde o início do século XXI, é notável que as mudanças climáticas vêm ganhando cada vez mais centralidade nos fóruns internacionais pela emergente crise ambiental que abala o mundo. Diante dos eventos extremos, os Estados estão em alerta perante os resultados catastróficos ocasionados pela união dos desequilíbrios do ecossistema e pelas reações da natureza em virtude do aquecimento global, pois constata-se que a temperatura média do planeta já subiu 1,2 graus desde a Primeira Revolução Industrial (Hill, 2021).

Caso a temperatura aumente mais, os cientistas apontam que as consequências serão inimagináveis. Por essa razão, o objetivo dos Estados, Organizações Internacionais, Organizações não-governamentais, Conferências e Fóruns que abordam a temática junto a outros atores, é elaborar políticas internacionais que evitem que a temperatura do planeta continue aumentando (Hill, 2021). Desse modo, diante do fim da estabilidade ambiental, faz-se necessário que os conceitos de ameaça e de segurança sejam atualizados, visto que a maior ameaça a segurança sistêmica deste século, tende a ser, cada vez mais, a ultrapassagem dos limites planetários (Basso; Viola, 2016).

A excedência dos limites do Sistema Terra são consequência da inevitável tendência do ser humano de pôr em risco a própria sobrevivência devido aos modelos de desenvolvimento, ao uso de combustíveis fósseis e aos padrões de consumo adotados (Basso; Viola, 2016). Dessa maneira, por se tratar de um tema que denuncia as drásticas transformações do planeta em detrimento da humanidade, as discussões sobre o Antropoceno

escapam das ciências naturais pela sua magnitude e constroem discussões fundamentais nas ciências sociais e humanas, incluindo a área de Relações Internacionais (Basso; Viola, 2016).

Ademais, por se tratar de uma área que se dedica à segurança global, é esperado que as Relações Internacionais apresentem a crise ecológica planetária em sua agenda de pesquisa enquanto um dos desafios difundidos pelo Antropoceno. Ainda assim, as questões ambientais permanecem à margem da disciplina, porém é esperado que isso acontecesse devido a própria natureza do fenômeno que anuncia a crise e perturba estruturas convencionais que foram firmadas em teorias tradicionais das RI, construídas em um tempo distinto do que a sociedade contemporânea se encontra atualmente (Pereira, 2021).

O conceito de Antropoceno permaneceu praticamente ausente nas análises de Relações Internacionais (Harrington, 2016), por causa de algumas limitações da própria área, a exemplo das teorias positivistas de um mundo de fáceis previsões, linear e associado a um Estado de centro que segue os parâmetros de desenvolvimento (Pereira, 2021). Nesse sentido, a dicotomia sociedade-natureza desconsidera a ligação entre os dois universos ao enfatizar o ser humano acima das dinâmicas do meio ambiente. Como consequência, as superações para serem realizadas na disciplina de Relações Internacionais para discutir com mais abertura o tema do Antropoceno, seguem os mesmos comandos dos ideais que devem ser reavaliados na sociedade e na maneira como as políticas ambientais planetárias são firmadas (Pereira, 2021).

Apesar das tentativas de discutir o conceito de Antropoceno nas Relações Internacionais, o campo das RI se mantém centralizado em estudar as políticas e as dinâmicas do poder dentro de um sistema internacional cujo Estados soberanos constroem sistemas competitivos e impulsionam seus interesses nacionais. Diante desse contexto, como resultado, as pesquisas da área tendem a se fundamentalizar nas relações interestaduais, funcionamento das organizações internacionais, práticas diplomáticas que projetam os interesses de cada entidade nacional (Pereira, 2021).

No entanto, em uma época que o impacto das atividades humanas no sistema terrestre produz efeitos direcionados a um colapso ecológico (Pereira, 2021), é necessário construir uma imagem planetária que não limita os estudos sobre o Antropoceno apenas aos debates a respeito das mudanças climáticas, pois é necessária uma reflexão sobre a realidade na qual humanos e não humanos coexistem em relações complexas de vida e não-vida (Harrington, 2016). Somado a isso, às discussões das próprias dinâmicas de fracasso em relação a maneira como os Estados são operados aos moldes ocidentais, e apontados enquanto falhos nos estudos sobre o Antropoceno (Harrington, 2016).

Em função disso, é importante observar que as estruturas territoriais do sistema internacional não correspondem ao mapa ecológico da terra, posto que as problemáticas ecológicas transcendem fronteiras e são globais por natureza. A poluição da água, por exemplo, não respeita a fronteira nacional, na mesma medida em que as mudanças climáticas afetam todos os países. Assim, os ecossistemas não são limitados pelas linhas políticas traçadas entre os Estados. Logo, é notável que existe um vínculo ambiental que conecta diferentes comunidades ao redor do planeta, que desafiam os entendimentos tradicionais sobre soberania ou Estado-Nação (Pereira, 2021).

Apesar das divergências associadas aos debates sobre a existência de evidências geológicas que sejam suficientes para confirmar a declaração da mudança do Holoceno para o Antropoceno, o debate ainda é altamente politizado. Porém, reduzir o Antropoceno a um resultado inevitável ou natural da existência humana, em vez de um resultado de escolhas políticas realizadas pelas sociedades humanas modernas, invisibiliza discussões que evidenciam processos sobre relações econômicas, culturais, tecnológicas e aspectos políticos relacionados ao exercício do poder (Harrington, 2016).

Essa perspectiva sinaliza a necessidade de reconhecer as alterações realizadas pelos processos antropogênicos que estão implícitos ao conceito de Antropoceno que, por sua vez, assume que a existência da humanidade transcende o internacional, ou global, pois a existência humana também é planetária. Por consequência, a globalização, o desenvolvimento econômico, cultural e político não impacta apenas as sociedades – seja por meio de crises econômicas ou conflitos armados – como também acarreta sérios efeitos nas estruturas físicas que regulam o funcionamento dos principais processos do Sistema Terra (Pereira, 2021).

Dessa forma, analisar e reconhecer tais impactos deveria ser o foco dos estudos de Antropoceno na disciplina de Relações Internacionais, no entanto existe uma ausência de reconhecimento aos perigos desse fenômeno pela habitual dinâmica dos estudos direcionados às políticas de poder interestadual (Pereira, 2021). Assim, um sistema centrado em preservar os interesses nacionais, mesmo regimes ambientais multilaterais passam por limitações em suas políticas, a exemplo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e o processo de tomada de decisão baseada no consenso do menor denominador comum, permitindo que decisões sejam bloqueadas quando alguma das partes está relutante (Keohane; Oppenheimer, 2016).

A ONU enquanto uma Organização Internacional se configura em “uma decisão dos Estados, que delimitam sua área de atuação inicial” (Herz; Hoffmann, 2004, p. 22). Nesse sentido, vale destacar também a participação das grandes potências e o seu papel crucial nesse

processo, a título de exemplo, isso é visualizado pelo impulso que o governo estadunidense deu para a criação de uma série de OIGs no pós-Segunda Guerra Mundial, incluindo a própria ONU. Desse modo, o estabelecimento de uma ordem internacional institucionalizada é fundamental para o fortalecimento de uma democracia vinculada ao Sistema Capitalista, que segue normas e regras legitimadoras de temas diversos, desde a defesa dos Direitos Humanos até a proteção do Meio Ambiente (Herz; Hoffmann, 2004).

Ainda assim, regimes internacionais mantêm as contribuições de atores-chaves para discutir a temática ambiental – como cientistas, ativistas ambientais, grupos da sociedade civil, representantes da comunidade dos povos originários – à margem dos debates, por causa da não harmonização de diálogos entre as dimensões econômicas do desenvolvimento sustentável e os efeitos reais as diferentes formas de vida afetadas pelas mudanças climáticas (Burke et al, 2016).

Por conseguinte, mesmo depois de três décadas de negociações em fóruns e conferências internacionais sobre o clima, a concentração de gases poluentes continua a crescer na atmosfera, assim como as temperaturas globais e seus efeitos têm avançado substancialmente. Por isso, compreender a essência dos estudos do Antropoceno também implica em desenvolver uma nova ótica capaz de responder a essa crise ecológica (Pereira, 2021).

O conceito chave de segurança na disciplina de Relações Internacionais foi formulado a partir da concepção de ameaça, sobretudo derivada de agentes externos, do “outro”, em uma lógica do “inimigo” (Mitchell, 2014; McDonald, 2018). A teoria de securitização enfatiza a natureza política de se fazer segurança, porém o Antropoceno salienta a necessidade de questionar as noções de ameaça, tal movimento exige uma genealogia sobre segurança (Trombetta, 2021). Assim, quando o papel do ser humano passa a ser a de produção da própria ameaça, a mudança fundamental de paradigma é a reorientação das atividades humanas, já que a própria crise ecológica que se alastra é resultado da tomada de decisões orientadas por princípios éticos, morais, aliados ou não com o meio ambiente (Pereira, 2021).

Além das novas concepções sobre segurança, o conceito de Antropoceno discute com atenção a prática dos discursos, na medida em que especialistas contribuem para a temática, especialmente agentes de mudança internacionais, o conceito ganha múltiplos sentidos e se materializa de maneira específicas. É importante enfatizar que a zona de incerteza que se encontra os cenários propostos pelos estudos sobre Antropoceno, também limitam a imaginação política para o engajamento de soluções e alternativas (Trombetta, 2021).

Por isso, o foco no papel do risco substitui a lógica das medidas excepcionais (Trombetta, 2021). Sob esse viés, eventos catastróficos podem ser contidos a partir da sugestão de cálculos de compensação (Corry, 2012), assim a segurança não é definida em termos de proteção contra perigos, mas na possibilidade de preservação ou evitabilidade do caos (Beck, 2006).

Portanto, em um mundo no qual as interconexões se tornam complexas, na tentativa de compreender o fenômeno do Antropoceno, as Relações Internacionais colocam em evidência seu caráter interdisciplinar, pois o conhecimento de outras áreas, com teorias e métodos, fortalece e diminui as análises reducionista a respeito do tema. Ademais, apenas a colaboração entre cientistas das ciências naturais e sociais são capazes de construir soluções que aliem as políticas, instituições, o uso da diplomacia, valores, crenças e estilo de vida em meio às incertezas do momento (Pereira, 2021).

2.2 O Antropoceno e um possível fim do que é, e não é considerado humanidade

O conceito de Antropoceno vem passando por um processo de ampliação no seu uso social, adquirindo novas abordagens e significados que não necessariamente são compatíveis com a proposta original de Paul Crutzen e Eugene Stoermer. Desse modo, é possível refletir que a ideia de Antropoceno já adquiriu uma realidade autônoma à inicialmente denominada, e passa a ser designada enquanto um novo momento da história humana por seguir um caminho próprio nas discussões de ciências sociais. Apesar do amplo espaço de debate, não são discussões isoladas, uma vez que fazem parte do mesmo contexto histórico (Pádua, 2022).

A leitura histórica do Antropoceno é dividida em três etapas. A primeira parte é associada com as Revoluções Industriais, que geraram uma alta produção econômica e, conseqüentemente, um consumo desenfreado de gases poluentes liberados na atmosfera. A expansão das forças produtivas influenciou o alto consumo de recursos naturais e a disseminação de combustíveis fósseis que deve ser desassociada com o avanço das mudanças tecnológicas, institucionais, econômicas e culturais (Pádua, 2022).

A segunda etapa do Antropoceno ocorreu no pós-Segunda Guerra Mundial com o que os pesquisadores Steffen e Crutzen, em parceria com o historiador ambiental John McNeill (2007), denominaram de “Grande Aceleração”, associada a uma sociedade social-democrática, quando a disponibilidade de petróleo interagiu com a difusão do consumo em massa e o surgimento de novas ondas tecnológicas e desigualdades sociais. Por fim, a terceira etapa é caracterizada pela mobilização social em prol de formas de vida sustentáveis,

na qual a humanidade reconhece os riscos inerentes à sua inserção planetária (Steffen et al, 2007).

Como consta, o uso do termo Antropoceno é relativamente recente, mas os impactos que o nomeiam não são novos, uma vez que cientistas, ambientalistas, ativistas e povos originários já sinalizaram a importância de prestar mais atenção na participação do ser humano nas mudanças climáticas (Macklin, 2022). O aumento dos debates sobre Antropoceno na área das ciências sociais é uma resposta ao próprio espaço conceitual do entendimento sobre a modernidade e sobre globalização (Pádua, 2022).

A tentativa de reviver um império mundial como modelo para o século XXI foi apresentada em três eventos históricos que ditaram muitos aspectos ocidentais: a aceleração da globalização que se firmou no capitalismo dominante com o mercado livre; o colapso do equilíbrio internacional do poder no pós-Segunda Guerra Mundial; e a crise dos Estados nacionais soberanos (Hobsbawm, 2007). Como é salientado por Pádua (2022), seja pelo encharcamento do planeta pelas dinâmicas da história humana, seja pela prática da história nos processos planetários, o fato é que as mudanças históricas, para serem documentadas, não precisam de uma decisão formal sobre uma nova época geológica.

A cultura científica ocidental é, de acordo com Hannah Arendt (2016), espelhada no ponto de Arquimedes. Segundo a lenda, Arquimedes teria encontrado um ponto de alavancagem capaz de mover toda a Terra. Assim, Arendt usou da metáfora para alegar que embora o ser humano tenha alcançado grandes conquistas espaciais com o avanço da ciência e da tecnologia, esse fruto da modernidade ocidental opera a partir de uma abordagem de distanciamento do objeto natural, no qual ele apenas pode ser adquirido quando se exerce poder sobre ele.

A ciência moderna (...) modificou e reconstruiu o mundo em que vivemos de modo tão radical que se poderia argumentar que o leigo e o humanista, ainda confiando em seu bom-senso e se comunicando na linguagem cotidiana, perderam contato com a realidade; que se compreendem somente o que se parece, mas não o que está por detrás das aparências (como tentar entender uma árvore sem tomar em consideração suas raízes) (Arendt, H. 2016, p.158).

As ciências naturais, de acordo com Arendt (2016), não fazem perguntas direcionadas aos sentidos humanos ou à mente cotidiana, elas se concentram nos fenômenos naturais. Nesse sentido, quando existe uma perda na linguagem humana cotidiana, também se perde a compreensão do significado dos fenômenos. A crítica de Hannah Arendt (2016) esclarece algumas discussões sobre o Antropoceno e sua relação com a modernidade, pois a maneira como contamos a história da nossa civilização está diretamente relacionada com as

nossas ações perante nossa história, logo, quando as ações humanas perdem significado, caímos na justificativa de que as alterações na natureza ocorrem em nome de um progresso da modernidade (Weißpflug, 2019).

Existe, portanto, uma natureza dupla no progresso tecnológico. De acordo com Adorno (2002), o uso tecnológico nunca é neutro porque está associado com uma lógica de poder que, por sua vez, está embutida nas condições sociais. Os recursos naturais por serem finitos e pertencerem a ecossistemas sensíveis, a interferência humana nesses processos os modificam e impactam gravemente o planeta em uma dinâmica de controle e poder na relação ser humano com a natureza (Weißpflug, 2019).

Nesse contexto, ao refletir sobre a modernidade, a resiliência enfatiza a capacidade de alguns atores resistirem aos choques ambientais, proporcionando um sentimento de estabilidade, o que faz as dinâmicas pouco a pouco retornarem às suas funções, tal exercício enfatiza a capacidade de adaptação dos indivíduos ao caos (Trombetta, 2021). Dentro desse cenário, cabe usar de exemplo o período da pandemia de Covid-19 que marcou uma fase desafiadora para a humanidade em diferentes instâncias, com impactos econômicos e sociais ao redor do mundo (Rei, et al. 2020), todavia, como já frisado por Albert Camus, “a peste pode chegar e voltar sem que o coração dos homens mude com isso” (Camus, 2017, p.171).

A resiliência deve ser criticada quando utilizada para sustentar o status quo para a manutenção de uma ordem existente, que alimenta uma crise ambiental em prol de uma estratégia de governamentalidade neoliberal (Trombetta, 2021). Para a narrativa Foucaultiana, a própria geopolítica opera de acordo com as necessidades territoriais – e dos objetivos da segurança nacional –, o conjunto dessas dinâmicas sustentam a preservação do sistema. Assim, mesmo a biopolítica, que se dedica a vida das espécies, possui uma racionalidade desenvolvida por esse mesmo status quo, que caracteriza o Estado Moderno (Foucault, 2005).

Por conseguinte, a proposta do Antropoceno é entender as mudanças na relação entre humano-ambiente, e a relação da modernidade com o mundo natural (Weißpflug, 2019). Além de transformar o próprio planeta em uma espécie de locus em que se pode pedir o próprio impacto da presença humana, enquanto agente geofísico em esfera global (Pádua, 2022). Em contrapartida, os debates socioambientais somados aos dados qualitativos operam a ideia de totalidade e, portanto, de responsabilidade da humanidade diante das mudanças climáticas (Pádua, 2022).

Embora o termo “Antropoceno” inaugure a “Era dos Humanos”, existem críticas às frequentes nomeações coletivas que apresentam como uma responsabilidade de todo ser humano os problemas que são gerados pela “humanidade”. Muitos críticos ao termo

“Antropoceno” ressaltam que os atuais dilemas ambientais dificilmente são culpa da “humanidade” de uma forma geral (Ottum, 2022).

Isso porque medir a quantidade de carbono que um cidadão comum produz no sul global não será a mesma que a de um indivíduo que vive em algum país do norte global. Por isso, generalizar e atribuir à “humanidade” a culpabilidade por sujarem o solo, o ar, e os oceanos, é também ignorar as profundas diferenças de responsabilidade e a distribuição desigual dos encargos relacionados ao meio ambiente (Ottum, 2022).

A título de exemplo, o aumento do nível do mar é um grave problema, porém apenas para alguns lugares, mesmo que todos tenham contribuído para as emissões de gases poluentes que impulsionam a subida no nível dos oceanos. Isso acontece, pois, em algumas partes do mundo, enquanto algumas pessoas que moram longe da costa do mar podem simplesmente ignorar a problemática ambiental, muitas comunidades e nações precisam lidar diretamente com as consequências desse fato, como inundações frequentes, contaminação da água, perda da vida marinha e de suas terras (Ottum, 2022).

Essas discrepâncias com relação ao Antropoceno acabam por se manifestar e impactar não apenas o progresso social das comunidades, como também os corpos dos indivíduos. Tal como empresas que exploram regulamentações ambientais que são menos rígidas em determinadas regiões, pois como acontece no comércio de combustíveis fósseis, empresas compram de refinarias e misturam os combustíveis com alto teor de enxofre, com intuito de revender, com menor custo, para diversos lugares.

Por esse motivo, a poluição do ar em algumas cidades de países africanos é mais nociva do que em outros lugares, dessa forma empresas petrolíferas europeias e estadunidenses lucram com o descarregamento de gases poluentes em países africanos (Ottum, 2022).

Se examinarmos a “Era dos Humanos” através do campo de visão de cada indivíduo, os pontos cegos de uma perspectiva universalizante e exclusivamente geológica se transformam em algo óbvio. Pois, seja dentro de uma realidade difícil ou não, o Antropoceno é verdadeiramente real para algumas pessoas, da mesma forma que não é real para outras. Por essas razões, muitos estudiosos das ciências humanas consideram o Antropoceno um fenômeno útil para analisar as estruturas de poder (Ottum, 2022, p. 16, tradução nossa).

Por esses motivos, alguns estudiosos, a exemplo de Jason W. Moore (2016), propuseram que o termo Antropoceno fosse substituído por “Capitaloceno”, visto que as instabilidades do planeta, tal qual o aumento exponencial das temperaturas, foram geradas

não necessariamente pela humanidade, mas pelas relações de poder que são ditadas pelo sistema capitalista. Afinal, como é abordado pelo autor, o capitalismo enxerga a natureza como parte de seu processo de acumulação, consumo e lucro. O argumento do Antropoceno apresenta a dualidade entre a natureza e a sociedade, no qual dinâmicas de consumo sustentável apenas poderiam gerar uma solução para o problema, caso a sociedade e a natureza tivessem movimentos de equivalência e não de separação (Moore, 2016).

A concepção de noosfera² sustenta que o processo tecnológico e o controle global são progressos soberanos à natureza, diante disso, seria a ação do ser humano a impulsionar a sustentabilidade dos ecossistemas com o uso de tecnologias adquiridos pela noosfera que levariam a um mundo novo e melhor. Contudo, essa linha de pensamento não implica uma harmonização entre a natureza, a cultura e as dinâmicas das sociedades. Tal perspectiva endossa uma narrativa de poder e dominação do intelecto humano e da compreensão de uma pequena elite sobre a relação entre a humanidade e a natureza (Weißpflug, 2019).

Assim, autores como Hamilton e Grindelwald (2015) salientam que a visão do conceito de Antropoceno apresentada por Crutzen e Stoermer (2000) é baseada na percepção da humanidade como fonte de salvação e progresso, pois retrata a irreversibilidade da ação humana no ambiente planetário. Dessa forma, enxergar o Antropoceno enquanto uma ruptura crescente devido à expansão da influência humana sobre o meio ambiente escandaliza o problema e descaracteriza o tipo de ação humana necessária para retardar o impacto do fenômeno. Logo, apenas a compreensão de aceitar as consequências catastróficas prognosticadas pelo Antropoceno, geraria uma reação humana adequada para reverter o processo (Hamilton; Grindelwald, 2015).

Desse modo, não existe uma versão soberana em relação às discussões sobre o Antropoceno, pois o tema não deve ser tratado de apenas uma única perspectiva. Ambos os argumentos em torno do Antropoceno, seja a teoria mais racional de Hamilton e Grindelwald (2015), seja a precursora de Crutzen e Stoermer (2000), são argumentos que pedem soluções grandes e abstratas e falham na busca de soluções em larga escala para um problema complexo e estrutural. Isso porque os argumentos sobre o conceito de Antropoceno caem na mesma dicotomia sobre a maneira como a civilização e as sociedades globais se relacionam com o Planeta Terra, com o estilo de vida ocidental e globalizado que estamos inseridos (Weißpflug, 2019).

² A noosfera é um conceito introduzido por Teilhard de Chardin que designa a esfera do pensamento humano enquanto um novo órgão de consciência (Contrera, 2017).

Apesar disso, essa linha tênue entre a necessidade de reconhecer o impacto humano como força geofísica, mas admitir as enormes diferenças presentes na sociedade – altos padrões de consumo, classe, contextos culturais e geográficos – não é totalmente antagônica, pois ela faz parte de uma mesma realidade que compõe a humanidade. Ademais, mesmo que os fundamentos da ideia inicial de Antropoceno tenham sido quantitativos, é válido questionar leituras que apenas unificam e homogeneizam o assunto (Pádua, 2022).

Uma outra problemática nas discussões sobre o conceito de Antropoceno é a concentração no ser humano, inviabilizando o que realmente deveria ser o foco da narrativa, que deveria ser a natureza (Weißflug, 2019). Nessa perspectiva, Ailton Krenak reflete sobre a construção da ideia de humanidade ao salientar que “essas agências e instituições foram configuradas e mantidas como estruturas dessa humanidade. E nós legitimamos sua perpetuação, aceitamos suas decisões, que muitas vezes são ruins e nos causam perdas, porque estão a serviço da humanidade que pensamos ser.” (Krenak, 2019, p.13).

A modernidade, como salienta Krenak (2019) favorece as desigualdades sociais e recria uma ideia de natureza, por conseguinte a humanidade se distancia do seu lugar, ao construir ambientes artificiais produzidos pelas mesmas corporações que desmatam as florestas e poluem os rios, pois

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso – enquanto seu lobo não vem – fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza (Krenak, 2019, p.16-17).

Sob esse viés, compreender o Antropoceno com um enfoque no meio ambiente e na relação de poder do ser humano para com a natureza, ajuda a modelar e conectar o trabalho científico no caráter indisciplinar do conceito. Embora o Antropoceno já tenha ganhado mais espaço nos debates que orientam uma tomada de decisão no cenário político, ainda é preciso que as sociedades repensem e reinventem novas formas de se relacionarem com o meio ambiente (Weißflug, 2019).

Por essa perspectiva, a contribuição central de se analisar o Antropoceno a partir das ciências sociais está em se utilizar dos dinamismos políticos, sociais, ecológicos para refletir sobre o fenômeno além dos números, e apresentar os conflitos e resistências e sobre como as diferentes sociedades e grupos discutem essas problemáticas, logo para analisar o conceito de

Antropoceno é necessário compreender que cada país o apresenta em um contexto diferente (Pádua, 2022).

2.3 O Brasil nas discussões sobre o Antropoceno

As perspectivas atreladas ao Antropoceno se ramificam quando a temática é observada do ponto de vista dos estudos do Sul Global. Nesse contexto, como é abordado por Jens Marquardt (2019), o discurso tradicional sobre o conceito de Antropoceno reflete um padrão ocidental de ideias, que pode negligenciar outros modos de discutir o tema. O Sul Global não está totalmente afastado desse debate, contudo suas contribuições se tornam sub-representadas mesmo com a crescente participação em fóruns internacionais em assuntos relacionados à agenda ambiental (Marquardt, 2019).

As tradições do pensamento ocidental com relação ao conceito de Antropoceno devem ser exploradas, porém também devem ser aprimoradas e adaptadas a outras discussões que refletem sobre a condição humana (Palsson et al, 2013). Nesse sentido, mesmo diante dos compromissos globais sobre meio ambiente que são direcionadas para atuação das comunidades internacionais – como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ou o Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas – obscurecem debates sobre a desigualdade entre os países do Norte Global e Sul Global, outrora conhecidos como países industrializados e em desenvolvimento (Marquardt, 2019).

Nesse sentido, estudiosos apontam que a ausência de implicações sociopolíticas ao Antropoceno diminuem sua legitimidade e aceitação, pois desse ponto de vista as contribuições substanciais e os debates sociais contribuem para a orientação do conceito, muito mais do que soluções propriamente direcionadas para a modernização tecnológica, mesmo em uma ótica sustentável. Isso porque as transformações do planeta são humanas e sociais, de maneira que os debates das ciências sociais não devem se limitar a uma compreensão tecnocrática sobre o Antropoceno (Marquardt, 2019).

Dessa forma, os estudos do Sul Global, a exemplo do Buen Vivir, enfatizam ideias que se perpetuam em oposição à perspectiva tecnocêntrica do Antropoceno, que, por sua vez, podem ser usados como justificativa legitimadora da participação humana nos princípios da modernização e do uso desenfreado dos recursos naturais. Assim, esse sistema que legitima a consciência de uma atuação em prol da sustentabilidade coletiva, marginaliza responsabilidades históricas de diferentes regiões do globo (Marquardt, 2019).

Segundo Acosta (2016), nas discussões sobre o Buen Vivir³, é em nome do desenvolvimentismo que os países considerados em processo de desenvolvimento buscam alcançar um novo patamar e aceitam uma estrutura de dominação dicotômica, mesmo que nenhum país considerado central nessa mesma conjuntura tenha renunciado a operações e marchado contra esse sistema que nega raízes históricas e culturais em prol da modernização. Assim, para além de discutir o Antropoceno de maneira multidisciplinar, é necessário refletir sobre seus reflexos geográficos no mundo (Marquardt, 2019).

No Brasil, a temática do Antropoceno e as discussões sobre a crise planetária são pouco divulgadas pelas elites governamentais e meios de comunicação em massa. Dessa forma, a ausência de um ímpeto de maior interesse e dedicação ao tema é preocupante, especialmente ao analisar as dimensões sociais, econômicas, ambientais e geográficas do país (Danowski; Castro, 2014).

O Brasil é um importante ator nas discussões internacionais sobre as mudanças climáticas, bem como agente que vem promovendo um aumento no nível de emissões de gases poluentes nas últimas décadas. Sendo assim, os aspectos sociopolíticos, antropológicos e macro-históricos necessitam de maior atenção, pois apresentam respostas para os fatores estimulantes da crise ecológica que vem se agravando no contexto brasileiro. Tais respostas podem ir além dos fatores restritos a aspectos climatológicos ou geofísicos do Antropoceno (Danowski; Castro, 2014).

Sob esse viés, o Brasil, no contexto histórico das etapas do Antropoceno citadas anteriormente em Steffen et al (2007), apresentou padrões de produção e consumo que contribuíram para o fenômeno do Antropoceno. Logo, somado ao papel da economia nacional que é fornecedora de recursos humanos e naturais para outras regiões do globo, é possível alegar que a sociedade brasileira é ativa na formulação e na absorção de ideologias que constroem um conceito de Antropoceno, apresentando assim mais um caso não homogêneo de análise do fenômeno retratado (Pádua, 2022).

O Brasil, por ser um país de grande dimensão territorial e vasta diversidade cultural e ecológica, é colocado em uma posição proeminente no cenário nacional e internacional para discutir sobre o ambiente planetário. Apesar disso, a percepção dessas dimensões do Brasil apenas obtiveram maior visibilidade no final do século XX, devido à velocidade das transformações socioeconômicas e ambientais do país (Pádua, 2022).

³ O Buen Vivir se caracteriza enquanto uma proposta monocultural, denotada pelas comunidades originárias, que não negam as contribuições do mundo moderno, mas repensam a atual forma de organização da vida social e das unidades de consumo (Acosta, 2016).

Em todo o caso, a tentativa de conectar a história colonial do Brasil com a primeira etapa do Antropoceno discutida em Steffen et al (2007), não é apropriada. Apesar do estabelecimento de plantações e dos engenhos de açúcar do Brasil do século XVI serem eventos fundamentais para o advento de um modelo de produção primária – inclusive voltada para o mercado exterior – ainda assim, a participação brasileira nessa etapa do mundo industrializado foi modesta pela produção de matérias-primas que fortaleciam a indústria fora do país (Pádua, 2022).

Assim, até as primeiras décadas do século XX o Brasil esteve distante em relação ao mundo no avanço do consumo de combustíveis fósseis para o processo de industrialização, já que a fonte básica de energia era a madeira e o carvão vegetal. A produção deste último começou a crescer a partir da década de 1920, após a descoberta de reservas no sul do país (Pádua, 2022). Logo mais, o desenvolvimento de hidrelétricas avançou e, apesar do rápido crescimento, o Brasil se estabelecia enquanto um país de massivas desigualdades, no qual uma pequena parcela da população vivia altos padrões de consumo semelhantes às elites europeias, a maior parte da sociedade era pobre, analfabeta, residente da zona rural, quase sem direitos e oportunidades dentro do mercado de trabalho (Pádua, 2022).

Apesar das problemáticas, foi construída uma comunidade brasileira com diferentes camadas culturais, com rica diversidade regional e ecológica que ocupava um território com notável densidade de recursos naturais (Pádua, 2022). A Grande Aceleração pode ser analisada a partir da transição energética por meio do petróleo (Steffen et al, 2007), mas no caso brasileiro é notável a participação de atores sociais, que expressaram nas primeiras décadas do século XX, a aspiração pela modernização de setores das novas classes médias urbanas, como o empresariado e setores intelectuais do país (Pádua, 2022).

Assim, no final da Segunda Guerra Mundial, o Brasil mergulhou nas dinâmicas de um mundo em aceleração. Desse modo, houve um aumento na disponibilidade de crédito externo e disposição no comércio internacional de combustíveis fósseis, essa tendência atraiu políticos que propagavam a ideia de desenvolvimentismo, a exemplo do presidente Juscelino Kubitschek (1955-1960), cujo slogan de campanha dizia que a finalidade do governo era “avançar cinquenta anos em cinco” (Pádua, 2022). Ademais, a chegada de empresas transnacionais que se associaram com as nacionais, propaga um processo de crescimento intenso. Tal avanço econômico foi estendido nos anos que se seguiram no contexto do regime militar (1964-1984), que, com o encobrimento dos conflitos de violência social e política, propagou um desenvolvimento econômico elevado (Pádua, 2022).

Ainda assim, em um contexto de uma sociedade brasileira desigual, com instituições governamentais marcadas pelo elitismo, é possível depreender que os conflitos sociais e ambientais ocasionados a partir da década de 1950 foram gerados pela formação desproporcional do país, que levou ao inchamento urbano e que por sua vez aumentou a poluição e a degradação ambiental. Logo, com a expansão de projetos industriais, complexos de mineração, desenvolvimento de setores da agropecuária e do agronegócio, ocorreram processos de desmatamento acelerado e depósitos de contaminantes em ecossistemas nativos (Pádua, 2022).

A população brasileira multiplicou por dez entre os anos de 1900 e 2000, quando atingiu a marca de 170 milhões de pessoas, um marco que implica em grandes transformações sociais, econômicas e ambientais no país (Pádua, 2022). De acordo com o censo de 2022 do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010 a 2022 a população brasileira cresceu em 6,5% atingindo a marca de 203,1 milhões de habitantes.

Em 1950, por exemplo, o Brasil possuía 51,9 milhões de habitantes, com uma taxa de urbanização em 36, 2% e com a taxa de analfabetismo em 50,6%. Esses mesmos indicadores, de acordo com o IBGE (2022), indicam a urbanização em 61% e a taxa de analfabetismo em 7%. Já o consumo de energia foi de 15 para 288 milhões de toneladas equivalentes de petróleo entre 1950 e 2018. É importante destacar que 52,7% da energia é oriunda de combustíveis fósseis. Nesse sentido, levando em consideração esses indicadores, existe uma adequação do Brasil às discussões da segunda etapa do Antropoceno, nomeada de Grande Aceleração (Steffen et al, 2007), que acarreta consequências relevantes para o ambiente planetário (Pádua, 2022).

Na segunda metade do século XX, o Brasil já instigava debates sobre o meio ambiente em fóruns internacionais. Porém, sofreu diversas críticas relativas à maneira como orquestrava as políticas de conservação dos seus recursos naturais (Barros-Platiau, 2006). Assim, o país se esforçou por anos para desconstruir a imagem de um “vilão ambiental”, ao mesmo tempo em que se mantinha firme em defender sua soberania e seu direito ao desenvolvimento (Rocha; Medeiros, 2020), uma vez que a transição energética mediante o petróleo era observada enquanto uma superação da herança colonial, e portanto um direito ao Estado soberano o uso das suas riquezas territoriais (Pádua, 2022).

Dessa forma, à medida que os governos discutem sobre a transição para a sustentabilidade, o Brasil é analisado como um caso que, no decorrer das últimas décadas, passou por uma expansão econômica e mudanças significativas. As dinâmicas globais influenciam os estrangulamentos das capacidades de produção que vêm chegando ao limite da

ocupação do ambiente planetário (Pádua, 2022). Nesse cenário, o Brasil ainda possui uma certa margem de manobra ecológica devido à diversidade ambiental e biocapacidade, contudo a possibilidade de um esgotamento quantitativo promovido por uma Grande Aceleração pode provocar uma explosão de conflitos socioambientais, e mesmo a biocapacidade brasileira já caiu mais de 50% entre a década de 1960 e 2017, como uma consequência da profunda devastação de seus biomas nacionais (Pádua, 2022).

Ainda que essa conjuntura apresente uma perspectiva desastrosa, o caminho para retardar ou até mesmo evitar tal cenário é destinado às complexas interações internacionais, para além disso, aos embates políticos internos sobre que tipo de sociedade brasileira é possível construir em tempos de Antropoceno (Pádua, 2022). Por conseguinte, é possível observar esses dilemas ao traçar um panorama geral a respeito das principais contribuições dos líderes políticos brasileiros na agenda ambiental internacional dos últimos vinte e dois anos.

3 POLÍTICA EXTERNA AMBIENTAL BRASILEIRA E AS NAÇÕES UNIDAS

3.1 O Brasil e a defesa de um Desenvolvimento Sustentável a partir das Conferências Ambientais de 1972, 1992 e 2002

O Brasil e as Nações Unidas possuem uma longa trajetória que foi sendo aperfeiçoada com o passar dos anos, dado que o Brasil sempre esteve entre os países envolvidos nas mudanças da Organização e contribuindo em fazê-la mais aberta às temáticas contemporâneas. É possível observar essa colaboração nos discursos proferidos pelo país na Assembleia-Geral das Nações Unidas (AG/NU), pela solicitude brasileira em manter mensagens éticas e políticas, que respeitam as tradições nacionais ao mesmo tempo que procuram demonstrar interesse pelas transformações no cenário global (Sardenberg, 2013).

A política externa, vale ressaltar, é uma das linhas de pesquisa mais proeminentes e relevantes para a academia brasileira de Relações Internacionais, uma vez que a produção construída nessa área contribui de forma direta e indireta para a compreensão das características do Brasil no que diz respeito a suas estratégias de inserção internacional. Sob esse viés, a tradição diplomática brasileira se faz essencial para nortear mediações, consensos, propostas, direitos que ao longo da história da política internacional construíram caminhos para solucionar as mais diversas problemáticas na arena global, incluindo as do cenário ambiental (Souza, 2022). Por fim, é válido destacar que os principais formuladores da Política Externa são o Executivo e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) (Oliveira, 2023).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano ocorrida em Estocolmo (1972) foi um marco para a época pelo início das discussões internacionais sobre o meio ambiente. Nesse momento, o Brasil não apresentava uma reputação internacional favorável, primeiro, devido à imagem de um país não democrático pela atuação do regime militar⁴, além disso, havia os altos índices de crimes ambientais e contra os direitos humanos em evidência no país durante esse período (Moreno; Brzezinski, 2023).

Ainda assim, o Brasil expressou uma visão que admitia a necessidade de discutir a pauta, mas que, por outro lado, atribuía grande parte da responsabilidade aos Estados mais influentes do globo (Moreno; Brzezinski, 2023). Em vista disso, o Brasil procedia de maneira

⁴ O período do início do governo militar até a Conferência de Estocolmo abarca os governos de Castelo Branco, Costa e Silva e parte do governo Médici. Esse momento histórico é caracterizado pela consolidação de um regime militar autoritário, que trouxe dinâmicas complexas para sociedade brasileira da época, a exemplo da regulação violenta da liberdade civil, sobretudo a partir de atos institucionais (Souza, 2022).

a entender o desenvolvimento econômico como conciliável com o meio ambiente (Dias, 2020). Assim, o país procurou garantir “o tema do desenvolvimento como elemento positivo de solução de problemas ambientais. Dessa forma evitar-se-ia que a Conferência construísse exercício meramente conservacionista, de interesse apenas para os países desenvolvidos.” (Pedrosa, 1984, p.29).

Nesse sentido, o Brasil negociou de maneira ativa no processo e trabalhou para a inclusão do princípio de soberania dos países sobre seus recursos naturais, que ficou em contraposição ao conceito de “herança” ou de “patrimônio comum da humanidade”. Por fim, o texto foi consolidado em uma convenção enquanto o Princípio 21 da Declaração de Estocolmo e se tornou ainda mais sólido no âmbito do Direito Internacional Público (Tescari, 2021).

Dessa forma, na Conferência de Estocolmo, o Brasil buscou defender as questões que considerava essenciais para o seu desenvolvimento; a questão ambiental, portanto, era tratada pelo Governo brasileiro como um assunto pertencente à Segurança Nacional. Ainda assim, a política externa era contra as teorias puramente conservadoras que tinham como argumento o controle do desenvolvimento e do crescimento populacional como a única maneira de garantir um meio ambiente saudável para as futuras gerações (Tescari, 2021).

Embora o Brasil estivesse presente nas discussões, seus resultados seriam refletidos a longo prazo. A criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), durante o período, pressionou os Estados a criarem órgãos internos de proteção ao meio ambiente. No Brasil, o resultado futuro seria a Secretaria Especial de Meio Ambiente, que décadas depois viria a se transformar em Ministério do Meio Ambiente. Ademais, muitos dos princípios ambientais que estão positivados, hoje, foram formalizados como normas pela Constituição de 1988 (Dias, 2020).

A Conferência de Estocolmo também foi responsável pela aprovação da Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, assim como o Plano de Ação para o Meio Ambiente Humano, ambos os textos são a base que sustenta os princípios do Direito Ambiental, incluindo a do indivíduo como titular do direito ao meio ambiente e o dever de protegê-lo para si e para as próximas gerações. Assim, os resultados da formulação do Direito Ambiental Internacional e das práticas nas relações internacionais vieram, na década de 1990, com a aceitação do Brasil em sediar a Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, vinte anos depois da formação de uma nova doutrina sobre proteção ambiental (Dias, 2020).

Desse modo, em 22 de Dezembro de 1989 a AG/NU adotou por consenso a Resolução 44/228, que decidiu, com base no anexo à decisão 15/3 de 25 de maio do mesmo ano do Conselho de Administração da PNUMA, convocar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ser realizada em 1992, e aceitar a oferta do governo do Brasil de sediá-la (Tescari, 2021). A Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável foi realizada em junho de 1992 e contou com uma delegação de 172 países e 103 chefes de Estado. Além disso, representantes de 1400 organizações não governamentais marcaram presença, somada à participação de 10 mil jornalistas. Como resultado, houve a criação da Declaração do Rio, a Declaração de Princípios sobre Florestas e a Agenda 21 (Tescari, 2021). Assim, a Declaração do Rio salientou

o teor do Princípio 21 da Declaração de Estocolmo, que estabeleceu o direito soberano dos Estados de explorar seus recursos de acordo com a sua própria política ambiental. Da mesma maneira o fez a Declaração sobre Florestas, que afirmou o direito soberano de cada país de utilizar, gerir e desenvolver suas florestas em consonância com suas necessidades e nível de desenvolvimento socioeconômico (Tescari, 2021, p.47).

Por conseguinte, foi durante essa conferência que o país se consagrou no debate ambiental (Barros-Platiau, 2006), utilizada também, como possível instrumento diplomático para comprovar a capacidade do país em contribuir com a pauta ambiental depois do regime militar. O Brasil, após Estocolmo, apresentou uma nova rota, desenvolvendo um status de Estado capaz de influir no cenário global (Dias, 2020). Além disso, existia uma atenção internacional direcionada a Amazônia, o Brasil, por sua vez, se utilizou dos debates para recuperar a sua imagem internacional. Sobretudo, por causa dos crescentes processos de desflorestamento e queimadas do bioma, ocorridos ao longo da década de 1980 (Silva, 2013).

Nesse período, o discurso brasileiro passou a se desvincular de um diálogo radical e adotou um posicionamento voltado para a cooperação (Aguiar et al, 2015). Foi durante o evento que foi consagrado o uso do termo “desenvolvimento sustentável”, que já havia sido elaborado a partir do Relatório Brundtland de 1987⁵, denominado de “Nosso Futuro Comum”. Somado a isso, também foram assinados tratados relacionados com as mudanças climáticas e a defesa da biodiversidade, e a aprovação dos 27 princípios: a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Moreno; Brzezinski, 2023).

⁵ Em 1983 a médica e ex-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, foi convidada pelas Nações Unidas para presidir a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Logo, a Comissão Brundtland, como ficou conhecida, publicou em 1987 um relatório chamado “Nosso Futuro Comum”, que apresentou pela primeira vez o conceito de Desenvolvimento Sustentável (Governo do Estado de São Paulo, 2024).

O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi definido pelo relatório “Nosso Futuro Comum” como um “conjunto de processos e atitudes que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de que gerações futuras satisfaçam suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p.46). Tal definição aborda marcas temporais estabelecidas entre passado e futuro; esse horizonte é recorrente nas reuniões e cúpulas que discutem a temática ambiental (Peguim, 2021).

Naquele momento, a conservação ambiental passou a ser compreendida enquanto compatível com o desenvolvimento, e considerações de ordem ambiental deveriam ser levadas em pauta na tomada de decisões econômicas para os Estados que aspirassem o desenvolvimento. Desse modo, acordos multilaterais de caráter ambiental viriam a ser adotados, assim como as discussões, que posteriormente desenvolveram a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima⁶ (CQNUMC) (Tescari, 2021).

A assinatura da CQNUMC foi uma das principais contribuições da Rio 92 para a política mundial, pois o acordo marca o início do regime internacional em que os Estados procuram reduzir as emissões de gases de efeito estufa, em uma tentativa de manter as condições necessárias para a manutenção da vida no planeta (CLIMAINF, 2020). Assim, o avanço nas negociações em torno das questões climáticas contribuiu diretamente para o desenvolvimento de processos de tomada de decisão, construção de normas e princípios, bem como para o crescimento de estudos científicos em diversas áreas, entre elas, a de Relações Internacionais (Krasner, 1982).

Dessa forma, a concepção do conceito de desenvolvimento sustentável demonstra a insatisfação dos resultados do crescimento econômico, que garantia diminuir as desigualdades entre os Estados. Além disso, evidenciava a degradação ambiental, os elevados padrões de consumo, a destruição dos biomas e a conscientização da finitude dos recursos naturais (Guilherme, 2007). O âmago do debate, mais uma vez, se encontra na relação homem-natureza, que é caracterizada por ser antropocêntrica, baseada em valores de dominância (Ferreira, 2021).

Sob esse viés, a política externa brasileira foi ancorada em princípios basilares para as relações internacionais, são eles: independência nacional, não-intervenção, autodeterminação dos povos, igualdade entre os Estados, resolução pacífica de controvérsias e cooperação entre os povos. É válido destacar que muitos desses princípios são auxiliares para

⁶ Foi na Conferência do Rio que a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima também vinham sendo negociadas em paralelo, para ao fim serem abertas para assinatura (Tescari, 2021).

a percepção do Brasil sobre o direito ambiental, como o princípio de soberania sobre os recursos naturais (Barros-Platiau, 2006), pois, como já abordado, a defesa da soberania tem sido um notório posicionamento na pauta da política externa brasileira. (Tescari, 2021).

Durante a Conferência de 1992 o Brasil foi considerado ‘vitorioso’ das negociações, pois mediou para que as discussões ambientais fossem vinculadas ao debate sobre o desenvolvimento econômico. Contudo, embora a consagração do direito ao desenvolvimento possa ser considerada uma conquista nacional na época, isso não significava que todos os Estados-membros da ONU compartilhassem dessa mesma visão (Barros-Platiau, 2006).

Os países mais industrializados procuravam tirar do foco os problemas causados pelos padrões de consumo de suas economias e se voltar para a problemática da destruição das florestas tropicais localizadas nos países considerados em processo de desenvolvimento. A título de exemplo, na época as queimadas na Floresta Amazônia eram frequentemente associadas ao aquecimento global e alimentavam mitos sobre a floresta ser o “pulmão do mundo”. Nesse contexto, o Brasil defendeu que a Declaração das Florestas conferisse a importância da cooperação entre os Estados e destacasse o direito ao desenvolvimento social e econômico, em base sustentável, para as comunidades que viviam nas florestas (Tescari, 2021).

Logo, ao final da Rio 92, além da Declaração das Florestas e da Convenção do Clima, foram assinados outros acordos ambientais de grande relevância, a exemplo do acordo sobre a Desertificação, a Biodiversidade, a Carta da Terra, a Agenda 21 e a própria declaração do Rio para Meio Ambiente e Desenvolvimento (Lago, 2007). É válido ressaltar que entre os princípios essenciais dos acordos estava o consenso em torno das responsabilidades comuns, porém diferenciadas para cada Estado. Tal princípio é fundamental para as negociações em meio ambiente até os dias atuais (Souza, 2022).

Ademais, o plano de ação resultado da Conferência de 1992, conhecido como Agenda 21, teve uma diversidade de capítulos destinados a discutir planos entre o âmbito ambiental, político e econômico, a exemplo disso, no capítulo 8 intitulado “Integração entre Meio Ambiente e Desenvolvimento na Tomada de Decisões”, foram desenvolvidos tópicos a respeito da integração do meio ambiente ao plano político fundados em planejamento e manejo, além da discussão para a criação de estruturas de regulamentação legais e utilização eficaz de instrumentos econômicos (UNCED, 1992).

Por conseguinte, nos próximos anos que se sucederam o país participou e representou seus interesses em uma série de fóruns e encontros internacionais. Ainda que negociações tenham ocorrido na mesma dicotomia norte/sul, já era algo esperado de acontecer

com as temáticas e acordos ambientais, no qual se expressam os diferentes interesses dos países. O Brasil, nesse sentido, buscou se posicionar ao lado de outros países ricos em biodiversidade (Tescari, 2021).

Apesar disso, a euforia em torno do conceito de desenvolvimento sustentável diminuiu, especialmente devido às crises monetárias 1998 e 1999 que abalaram as economias de países da Ásia e América Latina, como consequência a confiança das economias industrializadas em investir nesses países foi abalada, o que gerou incertezas quanto a economia neoliberal. Nesse sentido, a ONU compreendeu que existia uma necessidade de adequar o conceito às demandas do século XXI, e atualizar a discussão, expandindo os horizontes desenhados em 1992 (Peguim, 2021).

Sob esse viés, é importante frisar que a política externa brasileira em relação a sua agenda ambiental se desenvolveu de modo a tentar dar continuidade ao protagonismo ascendido tanto no Rio 92, como em Estocolmo. Dessa forma, esse objetivo foi refletido na postura proativa do país na construção do próprio Regime sobre Mudanças Climáticas. A partir disso, o Brasil procurou atuar em um papel de liderança durante as negociações, formulando propostas e propondo alternativas para os dilemas ambientais (Silva, 2012).

Nesse contexto, dez anos após a Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ocorreu a Rio+10 ou Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, sediada em Joanesburgo, na África do Sul, em agosto de 2002 (Tescari, 2021). A finalidade geral do evento era revisar a implementação dos resultados da Conferência do Rio de Janeiro de 1992. Durante a Conferência de Joanesburgo, foi estabelecido um plano para a permanência e consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável (Peguim, 2021), e avanços quanto à conservação, bem como do uso sustentável da biodiversidade (Tescari, 2021).

O Brasil teve forte atuação na preparação e nas negociações da Conferência de Joanesburgo, outras delegações, como a sul-africana recorreram com frequência ao aconselhamento e condução brasileira em busca de resoluções para os empasses das discussões. Além disso, entre os resultados obtidos, o Brasil conseguiu estabelecer o mandato de negociador incentivando a presidência sul-africana (Tescari, 2021). O Brasil já possuía um histórico de atuar nas reuniões da cúpula da ONU transformando situações de crise em oportunidades políticas para favorecer o debate para os países em desenvolvimento (Peguim, 2021).

Todavia, para compreender as dinâmicas em Joanesburgo, é necessário perceber que a temática em torno da pobreza, tal como aconteceu em Estocolmo, foi uma questão central

no debate tanto dos países mais desenvolvidos quanto dos em desenvolvimento. Sendo assim, a partir desta demanda pelo fim da pobreza nos países em processo de desenvolvimento, se observa a atuação dos Estados em relação ao meio ambiente. No caso do Brasil, é a partir dos anos 2000 que o país retoma uma agenda desenvolvimentista em paralelo com uma política internacional neoliberal, logo é possível perceber qual a interpretação do Estado diante de conceitos como o de desenvolvimento sustentável, e seu derivado estrutural, sustentabilidade, nas conformações da política brasileira (Peguim, 2021).

Assim sendo, a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, é importante salientar, acontece sob influência da mudança conceitual estabelecida em âmbito internacional entre 1990 e 2004 com relação a agenda ambiental, que foi marcada pela consagração do conceito de Desenvolvimento Sustentável, aliado a defesa de uma cooperação internacional efetiva (Barros-Platiau, 2006). Portanto, com relação à política externa brasileira e sua agenda ambiental no início dos anos 2000 e anterior a isso, é salientado que se caracterizou enquanto

Uma política externa robusta e decidida, a qual segue a linha do direito ao desenvolvimento e que está passando, principalmente do ponto de vista do discurso, do desenvolvimentismo ao direito para desenvolvimento sustentável ao longo da evolução do debate internacional nos últimos 15 anos (Barros-Platiau, 2006, p. 252).

Somado a isso, é possível observar um esforço do projeto de governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em reforçar uma imagem positiva da política de inserção brasileira na economia globalizada, pois mesmo antes da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, o Brasil já vinha participando de outras iniciativas, como a Conferência das Nações Unidas sobre Financiamento e Desenvolvimento, que ocorreu ainda em 2002, no México. A Cúpula ficou conhecida como Conferência de Monterrey e, no centro das discussões, o desenvolvimento sustentável foi o caminho apresentado como solução para a erradicação da pobreza, a partir da contribuição dos países desenvolvidos na formação de um fundo de desenvolvimento destinado para os países mais pobres do sistema (Peguim, 2021).

Assim, as discussões que se seguiram até Joanesburgo em 2002, e posteriormente a isso, tiveram como resultado um dos objetivos principais da política externa brasileira, que seria o favorecimento do desenvolvimento interno a partir de uma integração controlada no mundo. A década que prossegue após Joanesburgo adentra mais profundamente nas discussões internacionais a respeito do meio ambiente, ela é caracterizada por um período no qual as negociações de financiamento passam a ter consequências para países como o Brasil, a exemplo da própria crise de 2008 (Peguim, 2021).

De todo modo, do ponto de vista internacional é possível concluir que o conceito de desenvolvimento sustentável foi idealizado pelo sistema ONU, em uma tentativa de obstruir os conflitos e a dicotomia que operam as dinâmicas Norte/Sul global, especialmente ao assegurar os dois lados das discussões na temática ambiental. A Cúpula de Joanesburgo foi marcada pela decepção das atividades não concluídas que foram estabelecidas em 1992 (Barros-Platiau, 2006).

Desse modo, a trajetória brasileira nas conferências ambientais e a atuação da Política Externa, podem ser caracterizadas pela seguinte ótica: durante a Estocolmo (1972), o Brasil defendeu o Direito ao Desenvolvimento, representando e liderando os interesses dos países subdesenvolvidos; já na Conferência do Rio 92 o discurso brasileiro incorporou os debates em torno da sustentabilidade enquanto fonte recursos para o desenvolvimento econômico do Estado (Souza, 2022). Ademais, a diplomacia brasileira buscou defender o princípio da soberania nacional sobre o uso dos recursos naturais, o cerne da postura brasileira, e dos demais países em desenvolvimento, era que a responsabilidade pela degradação ambiental seria de exclusiva responsabilidade dos países mais industrializados do sistema (Silva, 2012).

Assim, é possível notar que os imperativos morais e éticos em torno do conceito apresentado pelas Nações Unidas sucumbiu às políticas liberais e realistas do mercado competitivo global, apontando para o lugar secundário das questões de meio ambiente no cenário das atuações internacionais. Um exemplo claro disso é que além da prioridade da agenda econômica, também foi no ano de 2001 que o cenário global passou a se preocupar com as políticas de segurança internacional, devido a onda de ataques terroristas que se sucederam naquele ano (Barros-Platiau, 2006).

Apesar disso, o Brasil não considerava mais as questões relacionadas ao meio ambiente como uma ameaça a sua soberania, como anteriormente salientado em 1972. Pois, a partir dos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, o Estado brasileiro passou a enxergar a agenda ambiental enquanto uma oportunidade para garantir o desenvolvimento nacional, já que direcionava o direito brasileiro ao desenvolvimento no cerne do debate ambiental, essa foi, portanto, a interpretação brasileira do conceito de “desenvolvimento sustentável”. Logo, é observado que tal conceito pertence muito mais a uma localidade discursiva, do que necessariamente a ações de empenho prático como atesta o histórico das conferências analisadas (Barros-Platiau, 2006).

3.2 De FHC à Bolsonaro: um panorama geral da agenda ambiental na política externa brasileira

3.2.1 Fernando Henrique Cardoso

O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), realizou avanços no campo dos direitos humanos e na melhoria da imagem do Brasil internacionalmente, especialmente a partir da participação do país em fóruns multilaterais, organizações e regimes internacionais, na tentativa de conseguir uma vaga para o Brasil no Conselho de Segurança da ONU (Moreira; Santos, 2023). Com relação a sua agenda ambiental, o tema foi atrelado a política externa brasileira logo no primeiro discurso de FHC, em 1º de janeiro de 1995, quando o então presidente tomou posse (Sampaio, 2016). Nesse contexto, afirmou:

Vamos aposentar os velhos dilemas ideológicos e as velhas formas de confrontação e enfrentar os temas que movem a cooperação e o conflito entre os países nos dias de hoje: direitos humanos e democracia; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; as tarefas ampliadas do multilateralismo e os desafios da regionalização; a dinamização do comércio internacional e a superação das formas de protecionismo e unilateralismo (Brasil, 1995, p.18).

O uso do discurso diplomático por FHC também pode ser analisado como instrumento para desenvolver uma política interna. A combinação de prática e discurso culminou na consolidação de uma diplomacia presidencial. A política externa brasileira, que já possuía atividade diplomática enquanto protocolo, passou a receber maior evidência por influência do fazer diplomático de Fernando Henrique Cardoso, e passou a ser um instrumento indispensável para a Política Externa Brasileira (PEB) (Danese, 2017).

É importante evidenciar que o projeto de governo de FHC seguiu tendências neoliberais, e pouco a pouco essa realidade foi tomando conta do aspecto social brasileiro (Oliveira, 2023). Sob esse viés, a política externa do governo de FHC foi caracterizada por uma projeção internacional favorável, pois era orientada por princípios de democracia, estabilidade monetária e abertura econômica (Oliveira, 2005). É válido adicionar que, os mandatos de FHC, tornaram a PEB subsidiária das imposições do sistema internacional, ou dos Estados Unidos, o que prejudicou algumas das demandas da sociedade brasileira (Oliveira, 2005). De acordo com Cervo (2002), essa política corresponde a de um Estado normal, no qual tem como característica a subserviência do centro hegemônico do capitalismo.

Ademais, ao analisar a PEB durante os oito anos de mandato de FHC é possível observar uma tentativa de amenizar a tendência do Brasil a deterioração de suas taxas de crescimento econômico, algo que foi considerado uma propensão para alguns países da América Latina da década de 1990. Em relação ao eixo diplomático, o país construiu uma política considerada cooperativa, com a prevalência da interdependência e da participação de foros multilaterais. Devido a influência norte-americana e os eventos terroristas do 11 de setembro, parte do debate internacional foi focada em questões de segurança durante o período, assim o governo brasileiro procurou equilibrar as relações com os Estados Unidos a partir de negociações no âmbito da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA), enquanto tentava fortalecer as relações com China, Índia e África do Sul (Vigevani et al, 2003).

Em relação à agenda ambiental internacional durante esse período, o Brasil teve ativa participação na construção do Protocolo de Kyoto (1997), acordo que foi firmado entre os Estados signatários da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, que visavam reduzir os gases de efeito estufa. A finalidade do protocolo era definir metas para a redução de gases poluentes aplicável, exclusivamente para os países que mais contribuíram para as emissões desde a Segunda Revolução Industrial, ou seja, aqueles que eram também os países mais economicamente desenvolvidos do sistema (Kipnis, 2020).

A delegação brasileira se destacou na criação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que foi a base para um mercado de carbono global com o objetivo de estimular o financiamento de projetos que reduzissem as emissões de gases do efeito estufa. No ano de 2001 a ONU lançou o Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com o apoio de 191 nações, no qual são definidos oito objetivos que deveriam ser atingidos até o ano de 2015, o primeiro deles foi a erradicação da fome e da pobreza, dos objetivos derivou-se vinte e duas metas (Kipnis, 2020).

Já internamente o governo desenvolveu a criação do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas para realizar pesquisas, que orientou líderes políticos e chamava a atenção da sociedade diante do agravamento identificado pelos relatórios das Nações Unidas. Sobre o Fórum brasileiro, FHC afirmou que a sociedade estaria assistindo modificações climáticas preocupantes, alegou ainda que embora o tema não fosse novo, ainda não havia despertado a sociedade a gravidade da questão na busca por mobilizar soluções, desse modo, seria o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas um instrumento para essa finalidade (Kipnis, 2020).

Em 2002, foi finalizada a Agenda 21 brasileira, que havia sido elaborada na Rio 92, como já citado anteriormente, mas o documento foi concluído apenas durante o governo de

FHC. A agenda definiu alguns objetivos como: produção e consumo sustentável, investimento em energia renovável e universalização do saneamento básico (Kipnis, 2020).

Ademais, quando foi assinada e aprovada a Declaração Política da Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, no mesmo ano com a publicação do relatório Worldwatch sobre o Avanço em Direção a uma Sociedade Sustentável, FHC frisou que era necessário uma mobilização para que a Conferência ganhasse mais força, e seguisse o exemplo da Rio 92. Em seu discurso, FHC também ressaltou a importância de cobrar aos países mais ricos o cumprimento dos compromissos da Rio 92, que praticamente não haviam saído do papel (Kipnis, 2020).

Dessa forma, a política externa de Fernando Henrique Cardoso contribuiu para fortalecer e posicionar o Brasil entre os países que aderem aos princípios internacionais universais, além de ter contribuído para uma postura diplomática considerada pacífica. Apesar disso, também existiram dificuldades em relação a consolidar um maior desenvolvimento, especialmente em relação a economia mundial, o que conseqüentemente enfraqueceu as dinâmicas de protagonismo internacional (Vigevani et al, 2003).

3.2.2 Luiz Inácio Lula da Silva

A agenda ambiental da PEB durante o período de 2002-2016 abarca os quatro governos do Partido dos Trabalhadores (PT), ou seja, os dois primeiros mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). Sobre o governo Lula 1 e 2, é importante salientar, que ele possuía uma política externa caracterizada enquanto ativa e ativa, o que significava uma busca por maior independência no cenário internacional (Andrade, 2020). Em contrapartida aos projetos econômicos engatados por FHC, o modelo econômico do governo Lula foi caracterizado como um neodesenvolvimentismo, compreendido enquanto um “desenvolvimento possível” dentro do contexto neoliberal (Oliveira, 2023).

A política externa de Lula também foi marcada por uma ampla negociação comercial, e procurou coordenar políticas com outros Estados em processo de desenvolvimento, a exemplo da formação do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul). Ademais, o governo se destacou pelos acordos de fortalecimento com a América do Sul, e por causa dessa dinâmica a PEB se destacou enquanto autônoma e diversificada, pois também buscou questionar a geografia do poder mundial, a exemplo da tentativa de buscar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (Melo; Freitas, 2023).

Do ponto de vista da agenda ambiental, durante a sessão do Segmento de Alto Nível da 8ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-8) ainda em 2002, Celso Amorim, então Ministro das Relações Exteriores declarou que o Brasil priorizaria três pilares para o desenvolvimento sustentável: o progresso social, o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental (Barreto, 2012). Os primeiros dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, foram marcados por algumas continuidades relacionadas à agenda ambiental (Kipnis, 2020). E um interesse em consolidar avanços conquistados nas Conferências do Rio 92 e do Rio+10 (Blanco et al, 2021).

No primeiro mandato, o governo sofreu com pressões externas, assim como a busca por assegurar o comprometimento com a estabilidade macroeconômica (Corrêa, 2007). Nesse sentido, durante esse período o governo Lula ganhou destaque por suas políticas florestais. A exemplo da Lei de Gestão das Florestas e a Lei Mata Atlântica, que possibilitaram a proteção florestal e o uso sustentável de seus recursos (Kipnis, 2020).

Em 2005, foram desenvolvidos projetos que deram atenção para a agenda ambiental marítima, especialmente relacionadas com o projeto Amazônia Azul, com políticas mais ambiciosas e abrangentes relacionadas à política externa para os oceanos, tal proposta influenciou na criação do Programa de Mentalidade Marítima do Brasil. Logo, o ganho de conscientização ambiental e a defesa dos recursos marinhos estimularam a Política Nacional de Defesa. Assim, houve um fortalecimento tecnológico que condicionou um planejamento de exploração e proteção da Amazônia Azul e sua defesa. Ainda assim, a ausência de maiores recursos dificultava a implementação do plano de Desenvolvimento Sustentável e Defesa da Amazônia Azul (Moraes et al, 2023).

Em 2007, aconteceu a Conferência da ONU sobre Mudanças do Clima, realizada em Bali, também conhecida como COP-13, durante a ocasião Celso Amorim discursou sobre a importância do multilateralismo nos acordos ambientais (Barreto, 2012). Em 2008, já no segundo mandato do governo Lula, foi criado o Fundo Amazônia, com o objetivo de arrecadar doações destinada a investimentos para acabar com o desmatamento da floresta amazônica, com projetos e ações de prevenção do bioma. Assim, nos anos que se sucedem contratos de doação são firmados com países, a exemplo da Noruega e da Alemanha (Kipnis, 2020).

No plano internacional, em 2010, aconteceu em Nagoya a 10ª Conferência das Partes das Nações Unidas (COP-10), a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) contou com a participação de 193 países. Como resultado do encontro, os países assinaram um acordo de um Plano Estratégico para o período de 2011 a 2020, que ficou conhecido como Metas de

Aichi, a finalidade seria conter a perda de biodiversidade por meio de projetos de conservação (Kipnis, 2020).

O Brasil também participou da Conferência de Copenhague (COP-15), local onde anunciou as metas para redução das emissões de gases poluentes. Tal atitude marcou uma mudança importante na postura diplomática brasileira, que, em geral, adotava uma negociação contrária à adoção de metas por parte dos países em desenvolvimento, com o argumento de que existiam responsabilidades diferenciadas entre os Estados com relação à contribuição para a emissão de gases poluentes. A mudança refletiu na Política Nacional sobre Mudança do Clima e na criação do Fundo Clima. Contudo, o Brasil continuou a rejeitar metas determinadas de fora para dentro, geralmente acordadas internacionalmente (Kipnis, 2020).

Dessa forma, durante a gestão petista, a temática ambiental foi vista enquanto exitosa, especialmente no âmbito dos discursos internacionais, apesar disso, ainda havia a promoção de um discurso voltado para a justiça social e econômica. Ademais, houve o emprego do conceito de desenvolvimento sustentável atrelado ao combate do desmatamento e as contribuições do Brasil para a diminuição da emissão de gases poluentes. Tal postura, também foi observada na gestão que se sucedeu, o governo de Dilma Rousseff (Moreno; Brzezinski, 2023).

3.2.3 Dilma Rousseff

Dilma Rousseff iniciou seu governo com duas vanguardas, a primeira de ser a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente da República Federativa do Brasil, e por conseguinte também a primeira mulher a abrir a Assembleia Geral das Nações Unidas, como já era conhecida a tradição brasileira (Moreno; Brzezinski, 2023). O primeiro mandato do governo Rousseff demonstrou uma certa continuidade em relação às agendas sociais e econômicas do governo Lula. Ainda assim, a política externa também foi capaz de seguir caminhos próprios, como diálogos a respeito do papel do gênero, debates sobre Segurança Internacional e uma relação de aproximação interrompida com os Estados Unidos, devido às descobertas de espionagem do país em relação aos interesses do Brasil (Coelho; Santos, 2014).

Em 2013, já durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016) são definidas as metas nacionais do Brasil, no qual o país se comprometeu a conservar, em sistemas de áreas protegidas, até 2020, ao menos 30% da Amazônia, 17% de cada bioma terrestre e 10% das

áreas da marinha costeira, através de unidades de conservação como reservas legais, terras indígenas e áreas de proteção permanente. Assim, nasce o Protocolo de Nagoya, para suplementar à CDB, entra em vigor em 2014, mas no Brasil foi ratificado somente em 2021 (Kipnis, 2020).

A agenda ambiental da política externa de Dilma Rousseff foi consagrada pela Rio+20 em 2012. Os principais temas abordados durante o encontro foram estabelecidos pelos Países-Membros da ONU na resolução 64/236 da AG/NU, que prevê a ocorrência da conferência. Ademais, o documento “O Futuro que Queremos”, que traçou metas para o desenvolvimento sustentável, colocou a erradicação da pobreza como desafio global e manteve os requisitos essenciais para o desenvolvimento sustentável, enquanto a economia verde seria uma ferramenta para esse processo. Por fim, prazos foram estabelecidos entre os Estados, o que determinava uma agenda para os próximos anos (Lago, 2013).

Todavia, o primeiro mandato do governo de Dilma Rousseff priorizou a implementação de grandes projetos de infraestrutura voltados para a agenda ambiental. A título de exemplo, o projeto Belo Monte, assim como a construção de hidrelétricas na Amazônia. Além disso, houve a aprovação do novo Código Florestal, que gerou discussões sobre a flexibilização de regras do uso dos recursos naturais. Em contrapartida, foi durante o mandato de Rousseff que ocorreram crises ambientais em âmbito nacional, como o rompimento da barragem em Mariana, Minas Gerais. Tal episódio colocou em evidência o impacto de empreendimentos no meio ambiente no cenário brasileiro (Kipnis, 2020).

Em 2012, os países se reuniram no Rio de Janeiro, vinte anos após a Rio 92, para renovar seu compromisso com o desenvolvimento sustentável. Durante o evento o foco das discussões estava na economia verde, e ações para estimular a empreitada, como a criação de um fundo internacional para a sua promoção. Ademais, houve a definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), finalmente lançados em 2015 (Kipnis, 2020).

A Conferência também foi responsável por promover discussões em torno do conceito de economia verde, que explorava uma definição de instrumento de alcance para um desenvolvimento sustentável, assim como também se incluía a pauta de discussão a eliminação da pobreza. Desse modo, o fortalecimento do status de país emergente estabeleceu para o Brasil a responsabilidade de, mais uma vez, sediar uma conferência ambiental no Rio de Janeiro, e reafirmar sua liderança e equilíbrio em negociações multilaterais (Lago, 2013).

Dessa forma, a política externa ambiental na ocasião procurou abrir espaço para destacar o esforço brasileiro em construir um contexto social doméstico positivo, somado ao equilíbrio de uma política ambiental socialmente relevante para o prestígio internacional

(Coelho; Santos, 2014). Por essa razão, Dilma Rousseff expressou, durante seu pronunciamento na Rio+20, o entendimento de que o desenvolvimento sustentável necessita de crescimento econômico, e conseqüentemente as questões sociais estariam também no centro das discussões ambientais (Moreno; Brzezinski, 2023). Ainda, é possível evidenciar três pontos primordiais dos resultados obtidos durante a Rio+20. Em primeiro lugar, houve um consenso entre os países em torno do tempo de cumprimento dos acordos estipulados. Somado a isso, os documentos consensuados por 193 países também determinavam a agenda ambiental para os próximos anos (Lago, 2013)

Além disso, a agenda ambiental voltada para o plano internacional se destacou pela definição da Agenda 2030, com um plano de ação para promover o desenvolvimento sustentável e erradicar a pobreza. Somado a isso, o Acordo de Paris foi definido, a partir da 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-21) e os países se comprometeram a agir, com data limite até 2100, para assegurar que os níveis da temperatura terrestre não continuem a subir e atingir os 2 °C. A finalidade era atualizar o Protocolo de Kyoto. Assim, o Brasil propôs uma Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) de redução de 37% das emissões de gases de efeito estufa até 2025 (Kipnis, 2020).

3.2.4 Michel Temer

No ano de 2016, Michel Temer, até então vice-presidente do governo Dilma, assumiu a presidência da República após a destituição de Dilma Rousseff. A política externa de Temer (2016-2018) foi caracterizada por um alinhamento aos interesses dos Estados Unidos (Berringer; Forlini, 2018), e as políticas ambientais passaram por crises devido ao aumento do desmatamento, redução das áreas de proteção e flexibilização para o uso de agrotóxico (Lago, 2019). Além disso, o governo acabou desistindo de sediar a COP-25, em 2019, com a justificativa de restrições orçamentárias e a transição presidencial que se aproximava (Fernandes, 2018).

É importante salientar que o governo de Michel Temer se caracterizou por suas políticas neoliberais (Blanco et al, 2021). Assim, devido às atuações do governo Temer que contribuíram para a degradação ambiental no país, Estados como a Noruega, um dos principais contribuintes para o Fundo Amazônia, manifestou insatisfação com as ações do governo brasileiro, e chegou a ameaçar cortar ou reduzir as contribuições para o projeto (BBC, 2017).

Ainda assim, durante o governo Temer foram criadas as Unidades de Conservação Marinha e a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), em uma tentativa de diversificar a matriz energética e gerar energia mais limpa em uma tentativa de cumprir os compromissos firmados pelo Brasil no Acordo de Paris. Ademais, ocorreu a aprovação da Lei da Grilagem, que gerou debates sobre o incentivo ao desmatamento e à grilagem de terras na região (Kipnis, 2020).

3.2.5 Jair Bolsonaro

A política ambiental doméstica e internacional durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) foi marcada por atuações emblemáticas no que diz respeito tanto a postura do próprio presidente da república, quanto dos ocupantes mais duradouros dos cargos de Ministro das Relações Exteriores e de Ministro do Meio Ambiente, ocupados respectivamente por Ernesto Araújo e Ricardo Salles. Dessa forma, as mudanças estabelecidas pelo governo foram responsáveis por moldar a imagem internacional brasileira durante encontros e negociações. Nesse cenário, o Brasil passou a adotar uma postura mais unilateral, aliada sobretudo aos interesses estadunidenses (Souza, 2022).

A política externa ambiental brasileira no governo de Jair Bolsonaro foi influenciada por uma dinâmica anti-globalista que visualizava o movimento ambientalista enquanto proveniente do “Marxismo Cultural”, chamado também de “ambientalismo ideológico” (Blanco, et al 2021). O até então ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, ressaltou, em palestra na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), que o globalismo seria um sistema de pensamento, que se torna perigoso por incluir temas como o ambientalismo distorcido.

Modestamente, acho que é apoiar um pouquinho o nosso governo, apoiar a nossa agenda de luta contra a corrupção, a nossa agenda de reforma do Estado, a nossa agenda de luta contra o ambientalismo ideológico – não contra o meio ambiente; contra o ambientalismo ideológico, como estamos vendo agora. Porque essas coisas estão ligadas. Existe um continuum que vai desde a pequena corrupção, praticada no Brasil há séculos, até essa grande manipulação do tema climático, por exemplo (Araújo, 2020, p. 356-357).

Nesse sentido, a pauta ambiental não foi uma prioridade da gestão do governo Bolsonaro, uma vez que a vertente ideológica apontada por Ernesto Araújo simboliza um afastamento das instituições, a exemplo da própria ONU. Uma vez que, o discurso retomava uma abordagem desenvolvimentista e nacionalista em relação aos recursos naturais resgatadas

da Rio-92, o que instigou uma crise de credibilidade internacional quanto à agenda ambiental brasileira (Blanco et al, 2021).

O período de Salles foi considerado o maior em nível de desmonte dos órgãos de fiscalização e controle da política ambiental no Brasil. Durante os primeiros meses no governo, o então ministro tentou modificar as regras do Fundo Amazônia ao declarar que os recursos poderiam ser utilizados para indenizar proprietários de terra e Organizações Não Governamentais (ONGs) que tinham irregularidades.

Além disso, o Serviço Florestal Brasileiro, órgão responsável por gerir as florestas públicas e criado em 2006 pelo governo Lula, saiu da pasta do Ministério do Meio Ambiente para pertencer ao Ministério da Agricultura. Já em 2020, com os eventos que culminaram na pandemia de covid-19, Salles expôs que o plano de administração seria aproveitar a pandemia para desfazer a regulamentação de setores da agroindústria e mineração com a finalidade de facilitar processos, como o crescimento de grileiros, garimpeiros e madeireiros ilegais (Souza, 2022).

Somado a isso, ao analisar os discursos de Jair Bolsonaro na AG/NU, é possível perceber que o presidente usou desses eventos para falar sobre a política externa brasileira, especialmente se utilizando de discursos negacionistas para ao se referir ao aumento das queimadas na Amazônia, alegando que pesquisas que mostravam tais indicativas apenas fortaleciam governos de esquerda no Brasil (Souza, 2022). Logo, era possível observar que durante seus discursos existia uma tentativa de agradecer um eleitorado doméstico (Moreno; Brzezinski, 2023).

Nesse sentido, o governo Bolsonaro construiu políticas negacionistas em relação à agenda ambiental brasileira tanto em âmbito doméstico, como em seus diálogos com o internacional. Assim, foram assistidas posturas que estimulou o avanço de setores da agroindústria sem regulamentação legal na Amazônia, processos de grilagem, invasão de áreas pertencentes aos povos originários, bem como de preservação, a retirada do Brasil do Acordo de Paris e as perdas de investimento do Fundo Amazônia. Tais atuações renderam ao Brasil um período de descaso ao meio ambiente (Souza, 2022).

Dessa forma, ao avaliar os parâmetros de mudanças em relação à PEB para o meio ambiente, pode-se observar a diversidade de perspectivas quanto à temática no decorrer dos diferentes mandatos e seus representantes políticos. Logo, a construção de um Brasil que é destaque em discutir as demandas da agenda ambiental foi fortalecida na década de 1990 e se manteve em processo. Apesar dos desafios dos governos petistas em conciliar a agenda

internacional com a doméstica, a PEB é enfraquecida durante o governo Bolsonaro, sobretudo as relações diplomáticas referentes à agenda ambiental do Brasil (Blanco et al, 2021).

Por fim, pode-se notar que no período de 1970 até o Governo Bolsonaro, a política externa brasileira sofreu inúmeras transformações de cunho político-ideológico, que naturalmente influenciaram a atuação da PEB em relação à agenda ambiental. O Brasil construiu uma agenda atrelada à busca por um desenvolvimento econômico, de maneira a reconhecer o papel do meio ambiente, das medidas ecológicas enquanto parte da pauta econômica doméstica e internacional. Como apresentado, durante as Conferências Ambientais, a postura brasileira procurava um modelo de desenvolvimento que atendesse às suas necessidades, ao mesmo tempo que se enquadrasse no conceito de desenvolvimento sustentável (Souza, 2022).

4 POLÍTICA EXTERNA AMBIENTAL BRASILEIRA E O CONCEITO DE ANTROPOCENO NOS DISCURSOS DE ABERTURA DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

4.1 Os discursos ambientais do Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas

A Assembleia Geral é um órgão plenário das Nações Unidas, de modo que todos os seus membros possuem representação permanente. Pois, a carta da ONU garante a AG a possibilidade de discutir qualquer assunto pertinente à organização internacional. Dessa forma, os Estados podem opinar mesmo em temáticas que estejam sob consideração do Conselho de Segurança. As resoluções proferidas pela AG são de caráter sugestivo com recomendações dos países. Mas, apesar disso, a AG é responsável por tomar algumas decisões que criam obrigações aos Estados, por exemplo as referentes ao orçamento da organização. Além disso, ela também molda costumes reconhecidos pela Corte Internacional de Justiça como fontes do Direito Internacional (Sardenberg, 2013).

A Assembleia possui um presidente, e é dividida em seis comissões: a primeira é responsável por tratar sobre desarmamento e não proliferação; a segunda lida com temas econômicos e financeiros com debates que se organizam em torno do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), além disso ela também trata de assuntos ambientais, especialmente relacionados a países em desenvolvimento; a terceira comissão é relacionada aos Direitos Humanos, questões humanitárias e sociais; a quarta comissão também é conhecida como Comissão Especial Política e de Descolonização, ela lida com temas diversos, principalmente em torno de missões de paz; a quinta comissão é responsável por lidar com questões orçamentárias e administrativas da ONU; e por fim a sexta comissão é o órgão que trata de questões jurídicas e grandes convenções internacionais, sendo seu principal órgão consultivo a Comissão de Direito Internacional. É importante salientar que cada uma das comissões possuem um período de funcionamento (Sardenberg, 2013).

O momento em que a AG/NU costuma receber mais atenção da opinião pública, é durante o debate geral, que geralmente ocorre todo ano, durante três semanas (Sardenberg, 2013). A cada ano, o Brasil realiza a tradicional abertura da AG/NU com um discurso significativo do Presidente da República daquele mandato. Tal costume remonta aos primórdios das Nações Unidas, quando Oswaldo Euclides de Souza Aranha, Presidente da Assembleia-Geral, representante da delegação brasileira e ex-Ministro das Relações

Exteriores do governo de Getúlio Vargas entre 1938 e 1944, presidiu a Primeira Sessão Especial da Assembleia de 1947 (Folha de S. Paulo, 2020).

Apesar da expectativa de uma abertura realizada pelos Estados Unidos da América (EUA), devido à tensão com a União Soviética no período da Guerra Fria (1947-1991), evitou-se que a primazia fosse concedida para ambas as nações e foi dada ao Chefe da delegação brasileira a função de primeiro orador. A partir desse momento, o Brasil prosseguiu sendo o primeiro país a abrir o Debate-Geral, um feito que conferiu à diplomacia uma valorização a esses discursos de abertura, que por muito tempo, foram o instrumento para o país se fazer ouvir internacionalmente (Corrêa, 2007).

Assim, os posicionamentos que o Brasil assumiu nas sessões da AG/NU foram variáveis, entre diversas perspectivas, no que se refere à pauta ambiental, desde a projeção de espectro de potência ambiental, até o negacionismo de repertórios que possuíam consensos científicos e políticos de outros Estados. As discussões em torno da temática ambiental na área de Relações Internacionais são recentes e têm a ONU enquanto um dos principais fóruns para se debater o tema (Moreno; Brzezinski, 2023).

A AG/NU também é considerada a localidade política de maior grau democrático no âmbito internacional, pois todos os 193 Estados-membros da ONU possuem direito a voto e são representados por chefes de Estado, de Governo e Ministro de Relações Exteriores (Pimentel; Panke, 2016). A reunião anual entre os representantes políticos acontece no mês de setembro, e costuma ser um evento que recebe muita atenção, bem como é comentado mundialmente, pois é um espaço em que os países têm a oportunidade para discursar e enunciar suas prioridades (Sardenberg, 2013).

Sob esse ponto de vista, durante as reuniões e discursos existe um processo social de tendências a cooperação ou conflitos entre os Estados, portanto um movimento de conhecimento intersubjetivo, no qual acontece uma troca ou divulgação de identidades, que, por sua vez, possibilita que conceitos sejam pré-concebidos ou reafirmados, e que os representantes políticos participem desse processo definindo preferências (Wendt, 1992). Assim, o momento é oportuno para aproveitar do espaço ideológico e tentar influenciar o público a prestar atenção no que está sendo comunicado, assim como, refletir sobre o discurso e, em alguns casos, ter a possibilidade de mudar a perspectiva sobre o assunto retratado (Panke, 2010).

Em vista disso, o Brasil costuma apresentar, a partir dos fatores básicos de união com a comunidade internacional, o compromisso e a dedicação com a paz mundial e a relação

harmoniosa com outros Estados, algo que foi assumido desde a Carta de São Francisco⁷ (Sardenberg, 2013). É importante salientar, sobretudo, que o discurso, especialmente no caso de pronunciamentos oficiais, são socialmente construídos, moldados pelos processos sociais e portanto, ferramentas para analisar atores políticos e seus interesses, ao levar em consideração quem se discursa e para qual lugar e finalidade esse discurso é estendido (Silva et al, 2015).

Nas Relações Internacionais, o uso da teoria construtivista explica a política internacional como algo socialmente construído, de maneira a considerar a linguagem com um impacto direto na produção de agendas políticas na construção de normas, significados e regras que se apresentam tanto em âmbito doméstico, como de maneira externa (Dunne et al, 2013). Ademais, é importante salientar que a presença de determinado tema nas discussões da AG/NU segue uma espécie de agendamento estabelecido pelo momento atual, ou seja, a tendência política, histórica vivida pela sociedade ou comunidade internacional em questão, que possuem as suas próprias agendas e motivações (Sardenberg, 2013).

Os discursos proferidos pelo Brasil, ora pelo Presidente da República daquele mandato, ora pelo Ministro de Relações Exteriores é compreendido como um dos fragmentos da comunicação governamental, que se caracteriza pelas práticas implementadas a serviço da racionalidade política (Panke, 2010). Desse modo, o mandatário usa sua voz como instrumento para representar a instituição que ele próprio representa, e possui como base os direitos constitucionais da população que o deu o status social para exercer a palavra em nome da nação. No caso brasileiro, a fala de seu representante compartilha o que é prioridade para a política externa juntamente com o aparato de valores, ideias e aspirações (Pimentel; Panke, 2016).

Nesse sentido, ao analisar os pontos abordados pelo Brasil na AG/NU é possível entender os pontos básicos de seu plano multilateral, especialmente no âmbito das Nações Unidas (Sardenberg, 2013). Afinal, esses discursos são capazes de dimensionar o mundo do qual eles fazem parte, a partir dos recortes da realidade e a luta simbólica pelo poder que são apresentados (Panke, 2010). No caso dos discursos brasileiros em torno da agenda ambiental internacional, é possível notar diferentes posicionamentos nas sessões da AG/NU. Pois, desde a constituição de 1988 e a Conferência Rio-92, o país tentou adotar um certo protagonismo na agenda ambiental, tanto internamente, a partir da introdução de normas sobre proteção ambiental, quanto internacionalmente, por via da elaboração de tratados e acordos de

⁷ A Carta das Nações Unidas foi assinada em São Francisco, no dia 26 de junho de 1945, após o término da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, e entrou em vigor em 24 de outubro daquele ano.

cooperação ambiental com outros Estados. De todo modo, foi muitas vezes no palco da Assembleia Geral que os representantes brasileiros optaram por promover suas diferentes agendas ambientais (Moreno; Brzezinski, 2023).

Assim, o conceito de antropoceno, embora um debate um pouco ausente para os estudos na área de Relações Internacionais (Harrington, 2016), ainda pode ser analisado e incluído nas discussões da PEB, visto que, os fatores ambientais, urbanos, territoriais e de padrões de consumo, como o uso desenfreado dos recursos naturais, colocam o Brasil em um lugar bem posicionado nos debates sobre meio ambiente, bem como nas discussões sobre o antropoceno (Pádua, 2022). Ainda assim, discutir essa abordagem na área de Relações Internacionais e no campo da Análise de Política Externa é desafiador, posto que examinar as práticas diplomáticas e o papel regional e global do Brasil implica em refletir sobre o conceito de Antropoceno (Milani, 2022).

Tal conceito repensa o papel do Estado e os modelos de desenvolvimento, assim como as políticas implementadas e a atuação das instituições e organizações multilaterais contemporâneas (Milani, 2022). Por conseguinte, é possível observar esses dilemas ao traçar um panorama geral a respeito das principais contribuições dos líderes políticos brasileiros em seus discursos, no âmbito da AG/NU, dos últimos vinte e dois anos.

Desse ponto de vista é possível analisar os discursos pelo que a semiótica considera como um Percurso Gerativo de Sentido, que acontece devido a seus princípios e linhas de organização, algo associado a discursos narrativos. Os percursos gerativos de sentido podem ser simples ou complexos, no último caso, eles são correspondentes a atos que constituem ações, que por sua vez, são representadas por um ator ou uma organização de atores que podem apresentar diferentes pontos de vista sobre a mesma temática (Greimas; Courtés, 2008).

A partir do entendimento dos percursos gerativos de sentido dentro dos discursos narrativos pode-se identificar três tipos de patamares. O primeiro obedece a um sentido de valores inscrito no discurso (Fiorin, 2000), o segundo é caracterizado pelo seu nível narrativo, e ações realizadas, no qual, geralmente são apresentadas transformações que unem ou afastam o sujeito em relação ao seu objeto (Greimas; Courtés, 2008).

O terceiro patamar na lógica dos discursos narrativos é representado por um esquema narrativo canônico, que identifica os processos de comunicação, e eles podem se compreendidos enquanto: a) contratuais, quando caracterizados por processos de manipulação, com estratégias de provocação; b) performáticos, quando o discurso apresenta a crença na capacidade de realizar ações; c) e sancionadoras, no qual existe um certo

juízo de aprovação por parte do discurso, diante das transformações realizadas (Greimas; Courtés, 2008). É possível identificar alguns desses patamares discursivos ao analisar os discursos realizados pelos diferentes mandatários do governo brasileiro no âmbito da AG/NU (Rossi; Demuru, 2024).

Desse modo, levando em consideração o papel da Assembleia Geral em representar uma consciência mundial em resolver problemáticas que afetam todos os povos (Kennedy, 2006). Somado ao uso diplomático e discurso que o Brasil vem realizando do Debate Geral – além da própria função do discurso narrativo nos processos de comunicação política – é possível observar a atuação dos países, incluindo o Brasil, em denunciar e refletir, no âmbito da AG/NU sobre o avanço das problemáticas ambientais, como o aumento da temperatura terrestre, e o conseqüente risco das mudanças climáticas no planeta (Nações Unidas Brasil, 2021), aliado a isso, o conceito de antropoceno é firmado pelo papel do ser humano nessas mudanças planetárias (Harrington, 2016).

Nesse sentido, a partir das agendas ambientais de política externa brasileira, e da maneira como essas dinâmicas foram refletidas nos discursos proferidos no Debate Geral no âmbito da AG/NU, foram realizadas análises de conteúdo dos discursos dos presidentes: Fernando Henrique Cardoso (2000-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2015), Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022). Assim como também dos ministros de Relações Exteriores: Felipe Lampreia, Celso Lafer, ministros durante o governo de FHC, e Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do governo Lula.

Dessa forma, no que diz respeito a realização da análise de conteúdo, foi necessário a separação em etapas de análise. Em primeiro lugar, foi realizada uma coleta de dados inicial dos vinte e três discursos brasileiros proferidos no Debate-Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas, a partir do ano de 2000 até o ano de 2022. Tais documentos apresentavam os discursos escritos dos cinco presidentes da república e ministros das relações exteriores presentes no marco temporal. Os documentos foram encontrados por meio de pesquisas nos editoriais do Ministério das Relações Exteriores (MRE), disponíveis na Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), em publicações semestrais organizadas pela Coordenação de Documentação Diplomática (CDO) e o Departamento de Comunicações e Documentação (DCD), ambos disponibilizados pelo site oficial do Itamaraty.

Ainda, vale ressaltar, que a maior parte dos discursos escritos também foram encontrados no site oficial da Biblioteca da Presidência da República. Além disso, foram utilizados os vídeos dos discursos que foram televisionados e que estão disponíveis no canal

do YouTube do Ministério de Relações Exteriores - Brasil. Ao todo foram analisados vinte e três documentos oficiais do MRE com os discursos redigidos e disponíveis no arsenal de resenha sobre política externa brasileira, somado a mais doze vídeos disponibilizados com os discursos televisionados e viabilizados online.

A segunda etapa foi dedicada a análise documental, no qual foram redigidos, lidos e estudados os discursos, assim como destacadas as partes e parágrafos específicos que retratavam sobre a temática ambiental, bem como o posicionamento internacional da agenda brasileira sobre o meio ambiente de cada governo do período analisado. Assim, a terceira etapa foi a realização da análise de conteúdo, que foi efetuada a partir do *software* ATLAS.ti, originalmente criado em 1993, um instrumento ideal para análises de dados quantitativos (Meyer; Vosgerau, 2023).

Logo, entre as diversas funções do ATLAS.ti, se encontram comandos de localização de citação, combinação de códigos, verificação de frequência de palavras ou códigos, que são auxiliares da interpretação dos dados (Creswell, 2014). Tal ferramenta foi usada para o desenvolvimento de códigos para as análises, e para a criação de tabelas com a computação das frequências dos termos analisados. Desse modo, foi possível quantificar os dados para agregar e enriquecer as discussões analisadas no campo qualitativo.

O processo de geração dos dados na terceira etapa foi dividido em cinco fases – referente a cada um dos governos –, e realizado a partir da criação de códigos que foram separados de maneira explícita ou implícita conforme apareciam no decorrer dos discursos. Ao todo foram definidos seis códigos, nomeados como: 1) Antropoceno; 2) Desenvolvimento Econômico; 3) Desenvolvimento Sustentável; 4) Humanidade; 5) Meio Ambiente; e 6) Mudanças Climáticas. Dessa maneira, nas partes destacadas como referentes a temática ambiental em que apareciam essas palavras foram definidos como códigos explícitos e contabilizados em frequência, da mesma forma, frases ou palavras que traziam o contexto ou conceito dessas palavras foram classificados enquanto códigos implícitos.

A partir desse processo, a cada fase analisa – ou governo –, foram gerados uma tabela de frequências, um gráfico de coluna e um gráfico de barra. Dessa forma, ao final da análise, havia seis tabelas com a frequência de termos ou códigos originados, e doze gráficos. Assim, foram geradas tabelas e gráficos totalizando todos os discursos do período de 2000 a 2022. Além disso, foram criadas três nuvens de palavras para os códigos de maior enfoque da pesquisa, foram eles: 1) Antropoceno; 2) Antropoceno e Humanidade; 3) Antropoceno, Humanidade e Meio Ambiente. A finalidade das nuvens de palavras foi expressar e visualizar

de maneira didática as palavras que cercavam os códigos, e portanto o conceito de Antropoceno nos discursos analisados.

4.2 Fernando Henrique Cardoso: o conceito do Antropoceno nos discursos de FHC, Felipe Lampreia e Celso Lafer de 2000 a 2002

Os discursos brasileiros da AG/NU nos anos 2000, 2001 e 2002 foram proferidos pelo ministro de Relações Exteriores, Felipe Lampreia, o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso e pelo também ministro de Relações Exteriores, Celso Lafer, respectivamente (Corrêa, 2007). Tais discursos, com exceção do discurso de FHC em 2001, não tiveram praticamente nenhum foco discursivo nas questões relacionadas ao meio ambiente (Rossi; Demuru, 2024).

Essa ausência é justificada pela emergência de outros temas durante o período, especialmente aqueles destinados à agenda de segurança internacional. Por essa razão, mesmo o discurso de FHC em 2001, teve o tema ambiental como secundário, dando ênfase aos acontecimentos em torno da, até então, recente onda de atentados terroristas às Torres Gêmeas do complexo *World Trade Center*, em setembro de 2001 (Moreno; Brzezinski, 2023).

Os discursos de abertura do Debate-Geral da AG/NU durante o governo de FHC foram em sua maioria apresentados pelo ministro de Relações Exteriores, Felipe Lampreia. Assim, na 55ª edição da Assembleia Geral, intitulada de Assembleia do Milênio, no ano de 2000, o ministro brasileiro concentrou seu discurso em torno de pautas econômicas e comerciais, desenhando críticas ao protecionismo dos países desenvolvidos (Silva, 2009).

Nesse sentido, Lampreia criticou a “retórica protecionista, travestida de internacionalismo humanitário, por parte dos países ricos ao levantar as bandeiras trabalhista e ambiental.” (Lampreia, 2000, p.671). Afirmou ainda, que “sanções e barreiras comerciais não são uma maneira adequada de elevar os padrões trabalhistas e promover a defesa do meio ambiente nas nações em desenvolvimento” (Lampreia, 2000, p.672). Tais afirmações foram as únicas citações explícitas com relação ao meio ambiente, e ainda assim com um enfoque secundário, como é possível visualizar na representação do Gráfico 2.

O discurso de abertura da AG/NU realizado em 2001, foi o primeiro, em oito anos de mandato, que o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso optou por apresentar. Como esperado, o chefe de Estado brasileiro reforçou solidariedade pelas vítimas dos atentados do 11 de setembro e concentrou o discurso nas questões relacionadas a segurança internacional.

Além disso, FHC também traçou paralelos com temáticas econômicas, especialmente relacionadas com o desenvolvimento (Moreno; Brzezinski, 2023).

A Tabela 1 e o Gráfico 1 apresentam a frequência de códigos (Gr) que, por sua vez, indicam a presença de abordagens vinculadas à temática do meio ambiente nos discursos da AG/NU de 2000 a 2003. É possível contemplar a temática a partir de falas do presidente, no qual ele afirmou que

A proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável são também desafios inadiáveis de nosso tempo. A marcha das alterações climáticas é um fato cientificamente estabelecido, mas não é inexorável. O futuro depende do que fizermos hoje, em particular com relação ao Protocolo de Quioto (Cardoso, 2001, p.685).

Nesse sentido, é possível interpretar que quando FHC citou em sua fala: “alterações climáticas”, de maneira implícita, como apresentado na Tabela 1 e no Gráfico 1, ele poderia se referir às mudanças climáticas. Ademais, de forma explícita o presidente citou “meio ambiente”, “proteção ambiental” e “desenvolvimento sustentável” para se referir ao tema. Desse modo, quando FHC argumenta que “o futuro depende do que fizermos hoje”, de forma implícita isso pode ser associado ao conceito de Antropoceno, uma vez que seus estudos buscam discutir sobre a atuação direta do ser humano nos processos da natureza, que de acordo com Chandler et al (2021), têm a capacidade tanto de mitigar efeitos negativos, como de contribuir para as alterações climáticas.

Tabela 1 - Frequência de códigos dos discursos da AG/NU de 2000 a 2002

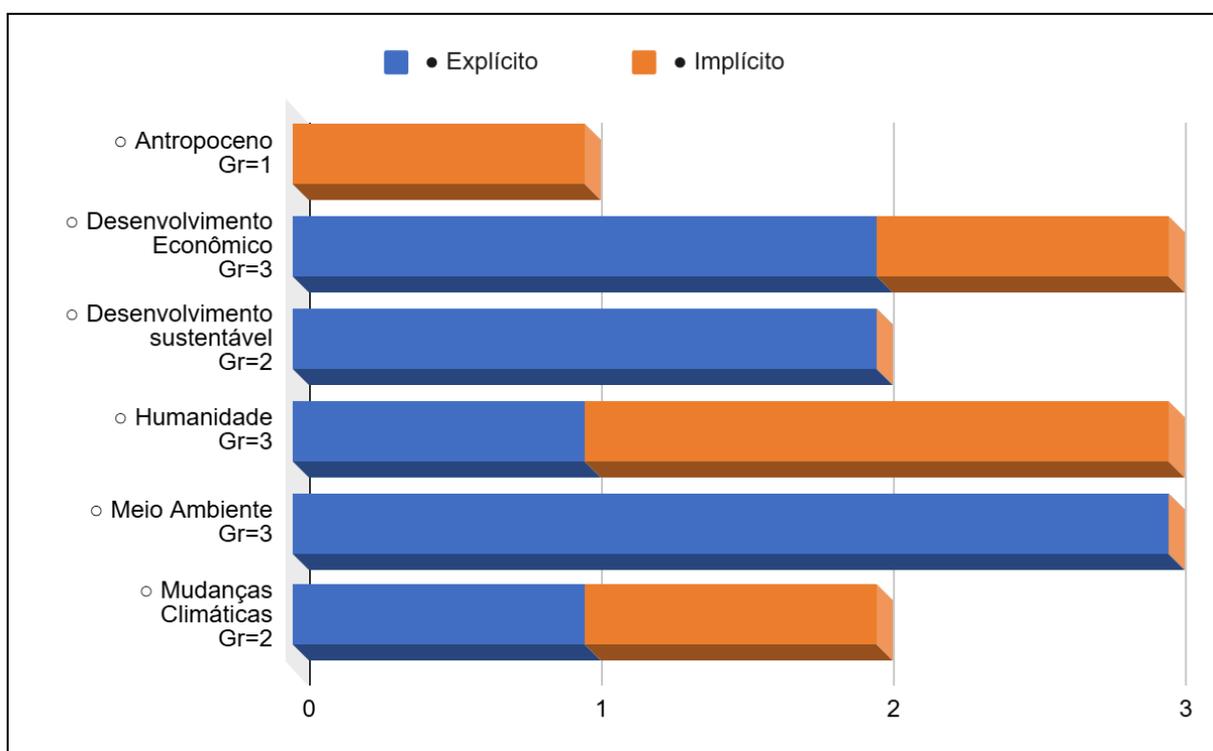
Códigos	● Explícito Gr=9	● Implícito Gr=5
○ Antropoceno Gr=1	0	1
○ Desenvolvimento Econômico Gr=3	2	1
○ Desenvolvimento Sustentável Gr=2	2	0
○ Humanidade Gr=3	1	2
○ Meio Ambiente Gr=3	3	0
○ Mudanças Climáticas Gr=2	1	1

Fonte: ATLAS.ti

A 57ª Sessão Ordinária da AG/NU ocorrida em 2002 abriu o debate com o discurso do chanceler Celso Lafer, que discorreu sobre o papel do multilateralismo, assim como enumerou as orientações fundamentais da política externa do governo de FHC, com enfoque particular do papel de uma economia globalizada (Lafer, 2002). O ministro ainda afirmou que “como país, nunca fomos tentados pelo argumento do poder. Mas sempre, pelo poder do argumento.” (Lafer, 2002, p. 694).

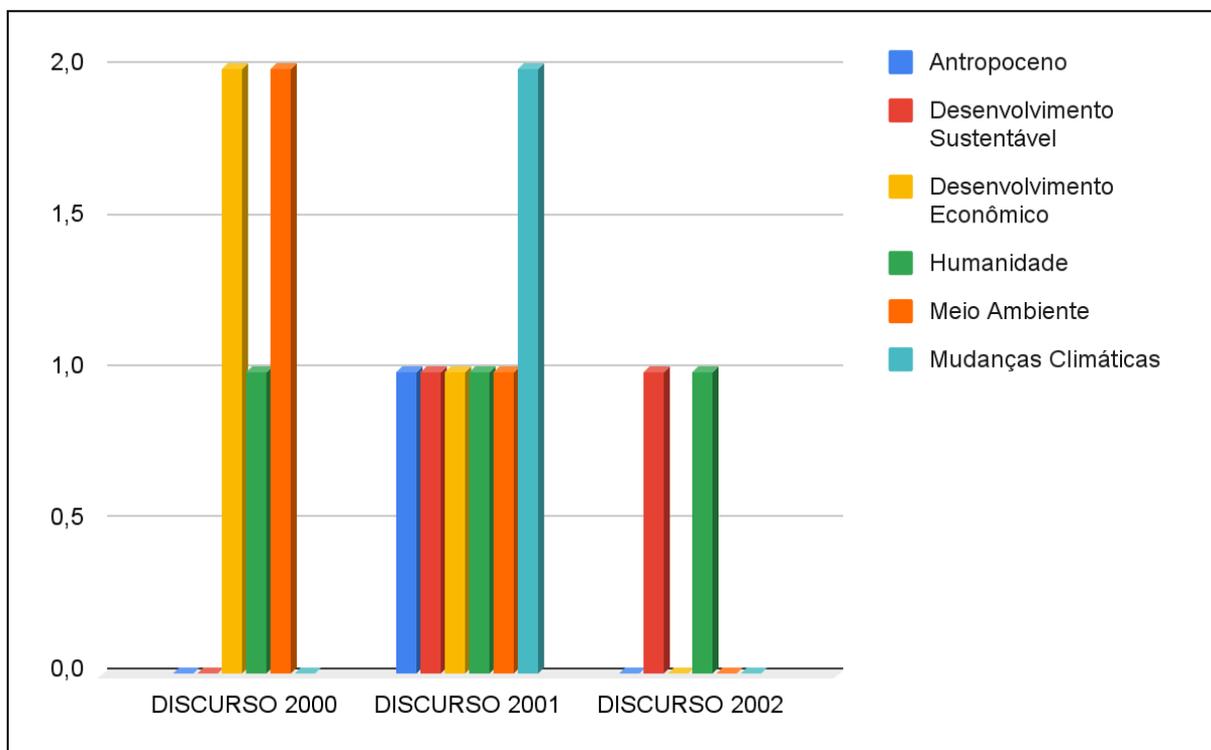
Em relação à agenda ambiental, o chanceler citou de maneira explícita o termo “desenvolvimento sustentável”, como expressado nos Gráficos 1 e 2, para se referir a valores que devem ser reafirmados em um governo democrático (Lafer, 2002, p. 694). Desse modo, pode-se notar que o tema do meio ambiente não foi central no discurso daquele ano, da mesma forma, as análises da Tabela 1, Gráfico 1 e Gráfico 2 evidenciam a baixa frequência dos códigos associados à agenda ambiental, o que salienta uma ausência do tema nos discursos de 2000, 2001 e 2002.

Gráfico 1 - Frequência de códigos dos discursos AG/NU de 2000 a 2002



Fonte: Elaboração própria.
Fonte dos dados: ATLAS.ti, 2024.

Gráfico 2 - Frequência de códigos em cada um dos discursos de 2000 a 2002



Fonte: Elaboração própria.
Fonte de dados: ATLAS.ti, 2024.

4.3 Luiz Inácio Lula da Silva: o conceito do Antropoceno nos discursos de Lula e Celso Amorim de 2003 a 2010

Os discursos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas aberturas do Debate-Geral da AG/NU, ao longo de seus oito anos de governo, são reconhecidos pelo teor crítico e social. Lula colocou o tema da fome e da miséria como pauta a ser discutida e denunciada internacionalmente. Assim, o tema é levantado em praticamente todos os seus discursos no período em que assumiu a presidência da República. Dessa maneira, Lula procurava anunciar a contrariedade em relação ao debate da fome sobre as pautas de desenvolvimento, riqueza, ciência e tecnologia, uma vez que a presença da miséria e da desigualdade ao redor do mundo anula a percepção de que existe um desenvolvimento pleno, benéfico para todos e livre de problemáticas (Rossi; Demuru, 2024).

O primeiro discurso proferido por Lula na Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2003, não priorizou a pauta ambiental – como mostra o Gráfico 4 – em vez disso, o presidente abordou tópicos como a fome, o desenvolvimento, o papel da democracia e do multilateralismo nos conflitos do Iraque e no Oriente Médio, bem como as relações do Brasil com os demais países da América Latina (Moreno; Brzezinski, 2023). Ainda assim, Lula fez referência à pauta do meio ambiente, ao citar o termo, explicitamente, ao longo de seu discurso, como apresentam os Gráficos 3 e 4.

Um outro detalhe que chamou a atenção do estudo, foi o uso implícito e explícito do código “Humanidade”, presente na Tabela 2 e gráficos. Pois, no final do discurso o presidente afirmou que “o maior desafio da humanidade e, ao mesmo tempo, o mais belo é justamente este: HUMANIZAR-SE.” (Silva, 2003, p.710). Desse modo, embora o termo não tenha sido explicitamente vinculado à temática ambiental, é capaz de capturar uma crítica já discutida ao longo da pesquisa, pois a premissa de humanidade institucionalizada, ou global, também pode vir com uma interpretação de separação (Krenak, 2019).

Nesse contexto, nasce a perspectiva de uma humanidade esclarecida que precisa ir ao encontro de uma humanidade que está obscurecida, ou fora do alcance da civilização moderna. Nesse sentido, é possível analisar que muitas instituições são firmadas “a serviço da humanidade que pensamos ser” (Krenak, 2019, p.8). Por esse motivo, o argumento de Lula ao salientar sobre os desafios de “humanizar-se” traz um teor crítico e pacifista (Moreno; Brzezinski, 2023) ao próprio entendimento institucional sobre o sentido do termo humanidade para uma organização internacional como a ONU, e nos desafios estabelecidos pelos estudos do Antropoceno e do meio ambiente.

Tabela 2 - Frequência de códigos dos discursos da AG/NU de 2003 a 2010

Códigos	○ Explícito Gr=31	○ Implícito Gr=48
○ Antropoceno Gr=12	0	12
○ Desenvolvimento Econômico Gr=11	0	11
○ Desenvolvimento sustentável Gr=16	7	9
○ Humanidade Gr=12	7	5
○ Meio ambiente Gr=10	5	5

o Mudanças Climáticas	12	6
Gr=18		
<hr/>		
Fonte: ATLAS.ti		

No discurso do Debate-Geral de 2004, Lula voltou a citar as pautas a respeito da fome e da desigualdade social do sistema internacional, também foi nesse discurso que a temática ambiental é levantada e propriamente discutida (Moreno; Brzezinski, 2023) . Ao longo do discurso, termos como “meio ambiente”, “mudança do clima”, “ambiente sustentável” e “desenvolvimento” foram explicitamente utilizados, assim como retrata a frequência de códigos (Gr) da Tabela 2. Ademais, de maneira implícita é possível considerar o conceito do Antropoceno quando o presidente anunciou que

A natureza não é um museu de relíquias intocáveis. Mas, definitivamente, ela não pode mais ser degradada pela espoliação humana e ambiental, na busca da riqueza a qualquer custo. Minhas Senhoras e Meus Senhores, Mede-se uma geração não só pelo que fez, mas também pelo que deixou de fazer. Se os recursos disponíveis são fantasticamente superiores às nossas necessidades, como explicar às gerações futuras por que fizemos tão pouco, quando tanto nos era permitido? (Silva, 2004, p. 717)

Mais uma vez é possível observar o teor de responsabilização da sociedade, ou do fator humano, na dinâmica com a natureza diante da perspectiva do discurso presidencial. Pois, para Lula, a geração da época tinha potencial de desenvolver medidas efetivas na contenção da crise civilizatória e ambiental, em respeito a si mesma e as próximas gerações (Moreno; Brzezinski, 2023). Como abordado no capítulo um, entre as propostas do conceito do Antropoceno se encontram compreender as mudanças na relação entre humano e natureza (Weißpflug, 2019), e o peso da responsabilização humana nas alterações do meio ambiente (Pádua, 2022). É importante ressaltar que tal abordagem de responsabilização humana também é válida de ser questionada pelas próprias condições desiguais do próprio sistema em que a sociedade está inserida (Ottum, 2022).

Além disso, o discurso do presidente também é capaz de evidenciar, mesmo que de maneira implícita, na frase “na busca por riqueza a todo custo” uma crítica ao próprio desenvolvimento econômico. Dessa maneira, ao longo do discurso, Lula conseguiu traçar panoramas também em torno do próprio conceito de desenvolvimento sustentável (CMMAD, 1991), ao citar a preocupação geracional em relação ao legado de ausências em prol do meio ambiente que está sendo deixado como referência. Além disso, o presidente Lula se utilizou

de exemplos de boas práticas sustentáveis, assim como o papel de regimes internacionais para evidenciar a participação brasileira no engajamento de políticas sustentáveis (Silva, 2004).

O discurso do Brasil proferido na AG/NU em 2005 foi realizado pelo então ministro de Relações Exteriores do governo Lula, Celso Amorim, que, apesar de não ter evidenciado a temática ambiental no discurso – como mostra o Gráfico 4 – o chanceler se utilizou de termos como: “mudanças climáticas” e “desenvolvimento”, que respaldam a agenda. Apesar disso, o foco do discurso daquele ano atendeu outras discussões internacionais, a exemplo do apelo pela reforma do Conselho de Segurança, a pauta da fome, os Direitos Humanos e o empenho brasileiro em suas relações econômico-sociais com os demais Estados (Amorim, 2005).

O presidente Lula voltou a abrir o discurso da AG/NU em 2006, e os principais temas abordados foram referentes ao combate à fome e à desigualdade social, assim como o direito ao desenvolvimento econômico, e as questões relacionadas à segurança internacional (Silva, 2006). Apesar da agenda ambiental não ser, mais uma vez, o foco do discurso, termos como: “desenvolvimento sustentável” e “direito ao desenvolvimento” foram citados e pontuados nos códigos da Tabela 2 e visualizados no Gráfico 4. Dessa forma, em 2006, a temática ambiental é apenas citada em meio a outros enfoques do discurso relacionados a ordem social, organizações multilaterais, cooperação e diálogo entre Estados (Moreno; Brzezinski, 2023).

Por outro lado, o discurso de Lula em 2007, pode ser considerado um dos discursos de maior enfoque ambiental que o presidente apresentou no âmbito do Debate-Geral da AG/NU durante seus dois primeiros governos. Todos os códigos apresentados na Tabela 2 foram citados, mesmo que de maneira implícita. Em relação às mudanças climáticas, o presidente apontou a importância do tema ser debatido pela organização, e o termo foi referido tanto de maneira explícita quanto implícita, como o exemplo de “aquecimento do Planeta”, “protocolo de Kyoto” e “redução de gases de efeito estufa” (Silva, 2007). Ademais, termos como “natureza”, “desenvolvimento”, “sustentabilidade” e “Amazônia” também foram levados em consideração na análise e na frequência dos códigos.

O conceito do Antropoceno também pode ser visualizado implicitamente a partir do argumento do presidente Lula de que “não nos iludamos: se o modelo de desenvolvimento global não for repensado, crescem os riscos de uma catástrofe ambiental e humana sem precedentes” e em “Há preços que a humanidade não pode pagar, sob pena de destruir as fontes materiais e espirituais da existência coletiva, sob pena de destruir-se a si mesma.” (Silva, 2007, p.01). Nesse sentido, a abordagem de Lula somatiza tanto a ótica de que o

Antropoceno anuncia novas formas de repensar as questões de segurança por causa da ultrapassagem dos limites planetários, quanto a necessidade de repensar os modelos e padrões consumo (Basso; Viola, 2016), bem como a compreensão o planeta vai continuar a existir, embora não se possa afirmar o mesmo com relação a espécie humana (Krenak, 2020).

Assim, no decorrer do discurso Lula também salienta sobre a importância do desenvolvimento e da justiça social para a agenda de meio ambiente, pois, de acordo com o presidente para salvar o patrimônio comum também é preciso uma repartição de riquezas, logo a equidade social seria a chave para combater a degradação do Planeta. Nesse sentido, mais uma vez, existe a possibilidade de visualizar o conceito do Antropoceno quando Lula frisou sobre a responsabilidade humana em seus dilemas com a natureza, contudo com diferenciais que envolvem o poder econômico dos Estados: “Cada um de nós deve assumir sua parte nessa tarefa. Mas não é admissível que o ônus maior da imprevidência dos privilegiados recaia sobre os despossuídos da Terra. Os países mais industrializados devem dar o exemplo”(Silva, 2007, p.01-02).

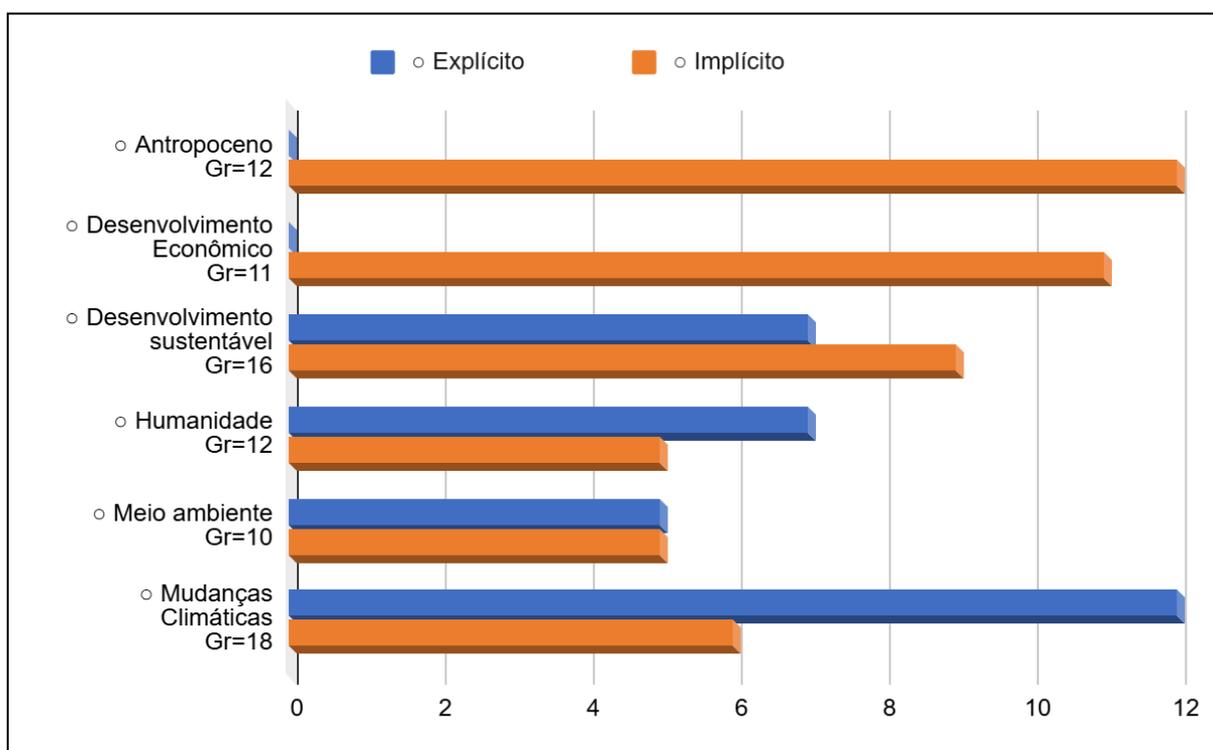
Ainda no discurso de 2007, além de evidenciar a importância das discussões e atuações em torno do desenvolvimento sustentável, Lula também propôs, diante da assembleia, a realização de uma nova conferência, com aspiração para ser tão produtiva quando a Rio 92, e assim ofereceu o Brasil enquanto país a sediar Rio+20, e convidou os Estados a comparecerem ao evento (Silva, 2007).

A 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 2008, contou com um discurso do presidente Lula que foi caracterizado pelo enfoque na crise econômica que acarretou consequências financeiras por todo mundo, além da crise alimentar e migratória, o presidente também evidenciou as políticas domésticas do Brasil em cumprimento com as Metas do Milênio. Além disso, o presidente também destacou a temática ambiental ao usar os termos “degradação ambiental”; “crise energética”; e “aquecimento global” (Silva, 2008). Esses termos foram associados com os códigos Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Mudanças Climáticas respectivamente apresentados na Tabela 2 e no Gráfico 3.

Em 2009, na abertura do Debate-Geral, Lula proferiu o último discurso do seu segundo mandato de governo. Durante sua fala, se destacaram três eixos temáticos, foram eles: a crise econômica, a ausência de uma governança mundial eficiente e estável e a emergência da crise climática (Moreno; Brzezinski, 2023). Sob esse viés, termos como “mudanças climáticas”; “desenvolvimento”; “preservar o meio ambiente”; “aquecimento global”; “agenda ambiental”; e “energia verde” foram utilizados e relacionados com os códigos da Tabela 2.

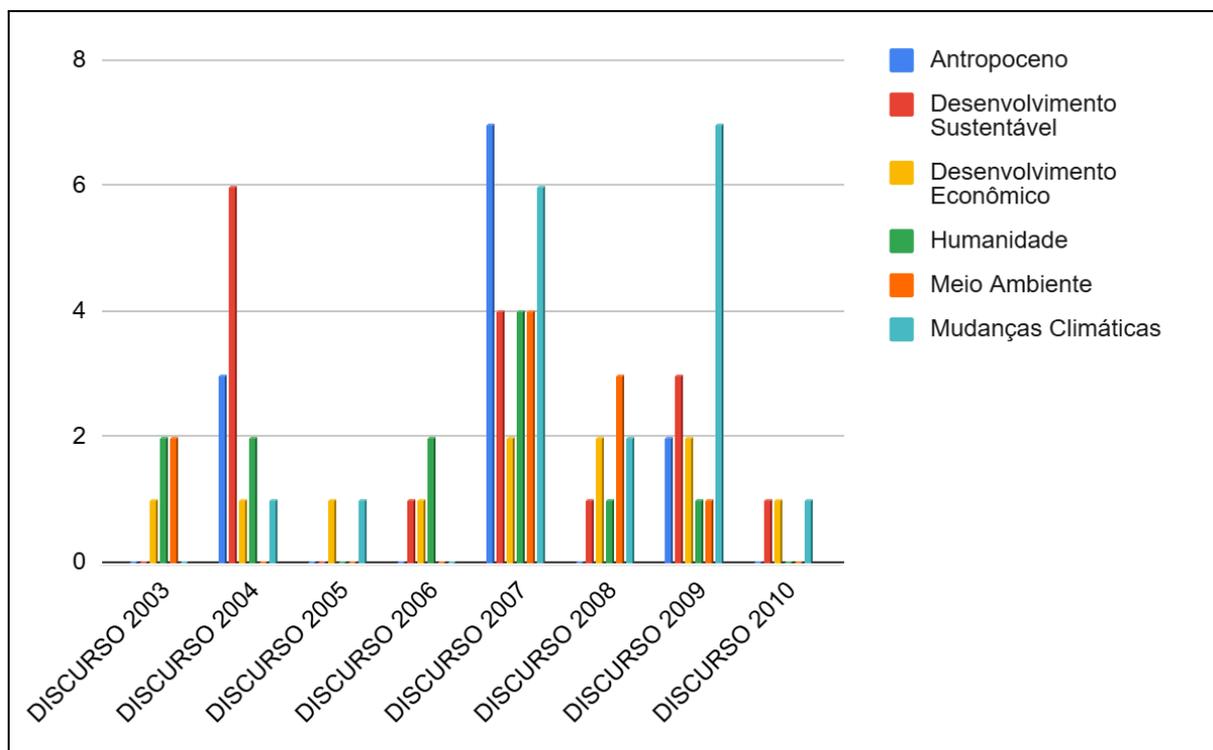
No caso do conceito de Antropoceno, ele pode ser analisado implicitamente a partir da fala do presidente ao salientar que “Não basta remover os escombros do modelo que fracassou, é preciso completar o parto do futuro. É a única forma de reparar tantas injustiças e de prevenir novas tragédias coletivas” (Silva, 2009, p.07). Nesse sentido, Lula fazia referências às tragédias climáticas, e apresentou a ótica de que é possível retardar os efeitos climáticos catastróficos a partir do próprio engenho humano, das lideranças políticas e da atuação em comunidade (Chandler et al 2021).

Gráfico 3 - Frequência de códigos dos discursos da AG/NU de 2003 a 2010



Fonte: Elaboração própria.
Fonte de dados: ATLAS.TI, 2024.

Por fim, em 2010, o chanceler Celso Amorim realizou o discurso anual da AG/NU e destacou o crescimento econômico e social do Brasil durante o governo Lula. Além disso, pontuou as principais temáticas internacionais do momento, a exemplo das políticas de cooperação com a América Latina, a necessidade de um diálogo pacífico e da reforma no Conselho de Segurança, destacou também as mudanças na governança econômica, além de pontuar brevemente sobre a agenda ambiental, como o uso de termos “desenvolvimento”; “desenvolvimento sustentável” e “mudança do clima”, ambos codificados na Tabela 2, no Gráfico 3 e no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Frequência de códigos em cada um dos discursos de 2003 a 2010

Fonte: Elaboração própria.

Fonte de dados: ATLAS.TI, 2024

4.4 Dilma Rousseff: o conceito de Antropoceno nos discursos da primeira presidente mulher do Brasil de 2011 a 2015

Em setembro de 2011, a primeira mulher eleita presidente do Brasil, também se tornou a primeira mulher a abrir o Debate-Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas, e realizou seu discurso contemplando os principais temas internacionais do período. Dessa maneira, Dilma Rousseff pincelou temas como as questões de gênero e a representatividade feminina na política, a necessidade de uma reforma no Conselho de Segurança da ONU, a crise financeira, o papel do multilateralismo na política externa brasileira, a missão de paz ao Haiti, Direitos Humanos, e a questão dos conflitos entre Israel e Palestina também foram levantados pelo discurso (Rousseff, 2011).

Embora o debate ambiental não tenha sido o foco do discurso, Rousseff citou a importância da Cúpula de Copenhague, em 2009, e o compromisso com a redução de

emissões de gases poluentes, assim como os acordos do Protocolo de Kyoto. Nesse contexto, a presidente expressou a honra brasileira em sediar a Rio+20 no ano de 2012, e a espera pela participação dos demais países (Rousseff, 2011). Assim, na análise apresentada, o uso do termo “Desenvolvimento Sustentável” foi considerado explícito ao código apresentado da Tabela 3, e o termo “redução de emissões” foi associado de maneira implícita com o código de ‘Mudanças Climáticas’, ademais o uso de “energia limpa e renovável” também foi implicado enquanto implícito ao código “Desenvolvimento Sustentável”.

Tabela 3 - Frequência de códigos dos discursos da AG/NU de 2011 a 2015

Códigos	● Explícito Gr=32	● Implícito Gr=32
○ Antropoceno Gr=1	0	1
○ Desenvolvimento econômico Gr=9	2	7
○ Desenvolvimento sustentável Gr=24	14	10
○ Humanidade Gr=5	1	4
○ Meio Ambiente Gr=11	5	6
○ Mudanças Climáticas Gr=14	10	4

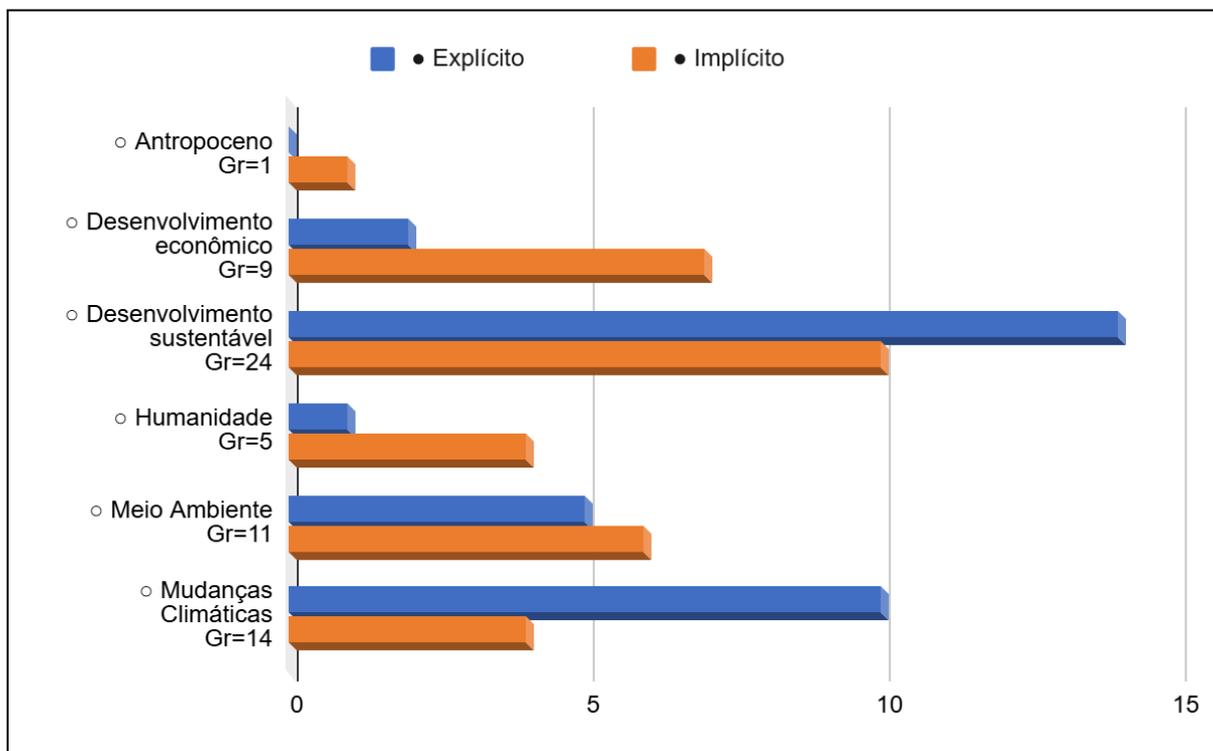
Fonte: ATLAS.ti, 2024.

Em 2012, o Discurso da presidente Dilma Rousseff no âmbito da AG/NU contemplou as consequências da crise financeira de 2008, repudiou os ataques terroristas no Líbano, às complexidades das políticas monetárias, os avanços das políticas sociais no Brasil, a Guerra da Síria e a crise humanitária no país, bem como o apoio ao reconhecimento de um Estado Palestino. A presidente também aproveitou a oportunidade para refletir sobre a necessidade de uma reforma na organização, especialmente no Conselho de Segurança, com a inclusão de outros países nas decisões de veto, e defendeu o Brasil enquanto um dos países a fazer parte dessa configuração (Rousseff, 2012).

Com relação à agenda ambiental, Dilma Rousseff salientou que “o multilateralismo está hoje mais forte depois da Rio+20” (Rousseff, 2012, p.4), a presidente destacou que o legado da Rio 92 foi restaurado a partir dos acordos firmados pela Rio+20. Nesse sentido, a presidente usou termos como “Desenvolvimento Sustentável”, “desafios ambientais”,

“mudança do clima”, “desmatamento” e “padrões de consumo”, também associados aos códigos na Tabela 3 e ao Gráfico 5.

Gráfico 5 - Frequência de códigos dos discursos da AG/NU de 2011 a 2015



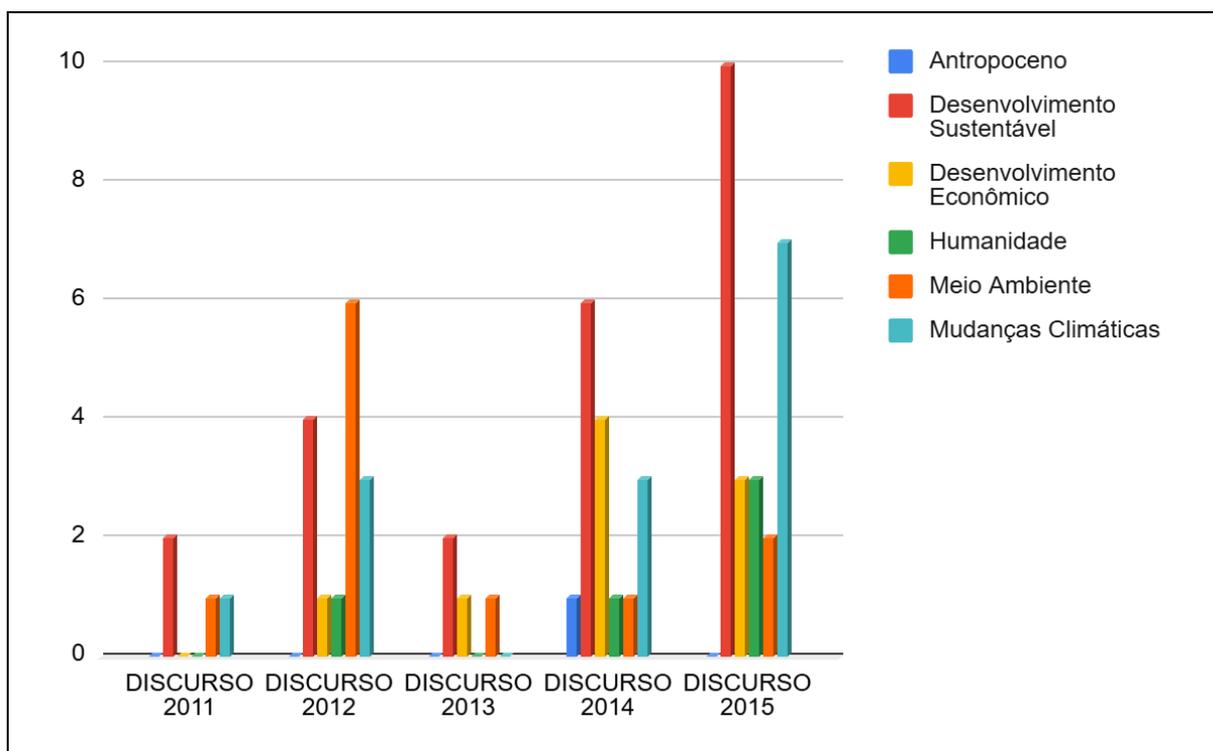
Fonte: Elaboração própria.

Fonte de dados: ATLAS.TI, 2024.

Em 2013, o discurso do Brasil da abertura da AG/NU teve como foco as denúncias de espionagem realizadas pelo governo dos Estados Unidos. Nesse contexto, a presidente pediu explicações e incorporou críticas sobre os princípios de soberania dos Estados, que foi desrespeitado pela atuação estadunidense. Mais uma vez, o discurso salientou sobre a necessidade de uma reforma institucional no âmbito da ONU, e destacou a necessidade da superação das consequências da crise econômica, como a desigualdade e o desemprego (Rousseff, 2013).

Dessa forma, a temática ambiental foi secundária entre os temas do discurso – como mostra o Gráfico 6 – e apenas os termos “agenda de desenvolvimento”, “Rio+20”, “desenvolvimento sustentável” e “proteção ambiental” foram citados (Rousseff, 2013), todos incorporados de forma explícita e implícita na Tabela 3 e no Gráfico 5.

Gráfico 6 - Frequência de códigos em cada um dos discursos de 2011 a 2015



Fonte: Elaboração própria.

Fonte de dados: ATLAS.TI, 2024.

No ano de 2014, a presidente Dilma Rousseff destacou os seguintes temas em seu discurso de abertura da AG/NU: a superação da pobreza com saída do Brasil do mapa da fome, a necessidade de uma reforma no âmbito do Conselho de Segurança da ONU e a emergência das mudanças climáticas (Rousseff, 2014). Em relação à agenda ambiental, a presidente frisou que “a mudança do clima é um dos grandes desafios da atualidade. Precisamos, para vencê-la, sentido de urgência, coragem política e o entendimento de que cada um deverá contribuir segundo os princípios da equidade e das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.” (Rousseff, 2014, p.5).

Nesse sentido, além de discutir de maneira explícita sobre as mudanças climáticas, Rousseff evidenciou o compromisso do Brasil em enfrentar os desafios ambientais, como o compromisso com a Conferência de Copenhague, a partir das metas para a redução de emissões de 36% a 39% até 2020, e destacou que

Entre 2010 e 2013, deixamos de lançar na atmosfera, a cada ano, em média, 650 milhões de toneladas de dióxido de carbono por ano. Alcançamos em todos esses anos as quatro menores taxas de desmatamento da nossa história. Nos últimos 10 anos, reduzimos o desmatamento em 79%, sem renunciar ao desenvolvimento econômico, nem à inclusão social. Mostramos que é possível crescer, incluir,

conservar e proteger. Uma conquista como essa resulta do empenho - firme e contínuo - do governo, da sociedade e de agentes públicos e agentes privados. Esperamos que os países desenvolvidos - que têm a obrigação não só legal, mas também política e moral de liderar pelo exemplo, demonstrem de modo inequívoco e concreto seu compromisso de combater esse mal que aflige a todos nós. (Rousseff, 2014, p. 6).

Assim, entre os termos referentes à agenda do meio ambiente, se destacou a frequência do código “Desenvolvimento Sustentável” – retratado no Gráfico 6 – com expressões explícitas e implícitas como “tecnologias limpas” e “ambientalmente sustentáveis”. Ademais, houve identificação dos códigos “Meio Ambiente”, “Mudanças Climáticas” e “Humanidade”, essa última referente a expressão “todos nós”. As frequências se apresentam na Tabela 3. O conceito do Antropoceno também pode ser observado no discurso, uma única vez, a partir da concepção da presidente das consequências negativas das mudanças climáticas (Basso; Viola, 2016), ou “esse mal” que assola a todos.

Em 2015, Dilma Rousseff proferiu seu último discurso na Assembleia Geral, embora ainda faltasse três anos para o final de seu mandato, com o processo de impeachment de 2016, a presidente foi destituída do cargo (Moreno; Brzezinski, 2023). De todo modo, o discurso de 2015 teve a agenda ambiental como foco. Nesse sentido, a presidente ressaltou sobre a importância da Agenda 2030 – que já havia sido citada em anos anteriores –, bem como as afirmações estabelecidas pelos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Rio+20, assim como o, até então, recente acordo de Paris, que também foi salientado no discurso presidencial (Rousseff, 2015).

Nesse contexto, Dilma afirmou ainda que os países teriam “princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, e que o Brasil tem atuado de maneira eficiente em reduzir as emissões de gases de efeito estufa, assim como trabalhado em desenvolver fontes de energia mais limpas e combater o desmatamento ilegal. Assim, foi observado o uso de termos como “humanidade”, “solidariedade global”, “mudança do clima”, “meio ambiente” e “desenvolvimento sustentável”, também codificados na Tabela 3 e no Gráfico 5.

Por fim, é possível observar, que em 2015, a abordagem mais ambientalista da presidente, é mesclada com a pauta econômica, que embora estivesse passando por uma crise, era vista por Dilma, como algo a ser superado pela ação em conjunto dos Estados, do mesmo modo foi salientado a responsabilidade das nações por desenvolver ações mais sustentáveis e se manterem firmes aos compromettimentos com os acordos ambientais (Pimentel; Panke, 2016).

4.5 Michel Temer: o conceito de Antropoceno nos discursos de Temer de 2016 a 2018

Quando em agosto de 2016 ocorreu o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, o seu vice-presidente, Michel Temer, assumiu a presidência. Dessa forma, a tradicional abertura brasileira dos discursos da AG/NU ocorreu em setembro daquele ano, e contou, dessa vez, com o discurso do então presidente da república, Michel Temer (Moreno Brzezinski, 2023). O primeiro discurso de Temer foi caracterizado por abordar temas pontuais a respeito da paz, crítica ao protecionismo, direitos humanos, uma necessária reforma do Conselho de Segurança e uma evidente atenção à diplomacia brasileira (Temer, 2016).

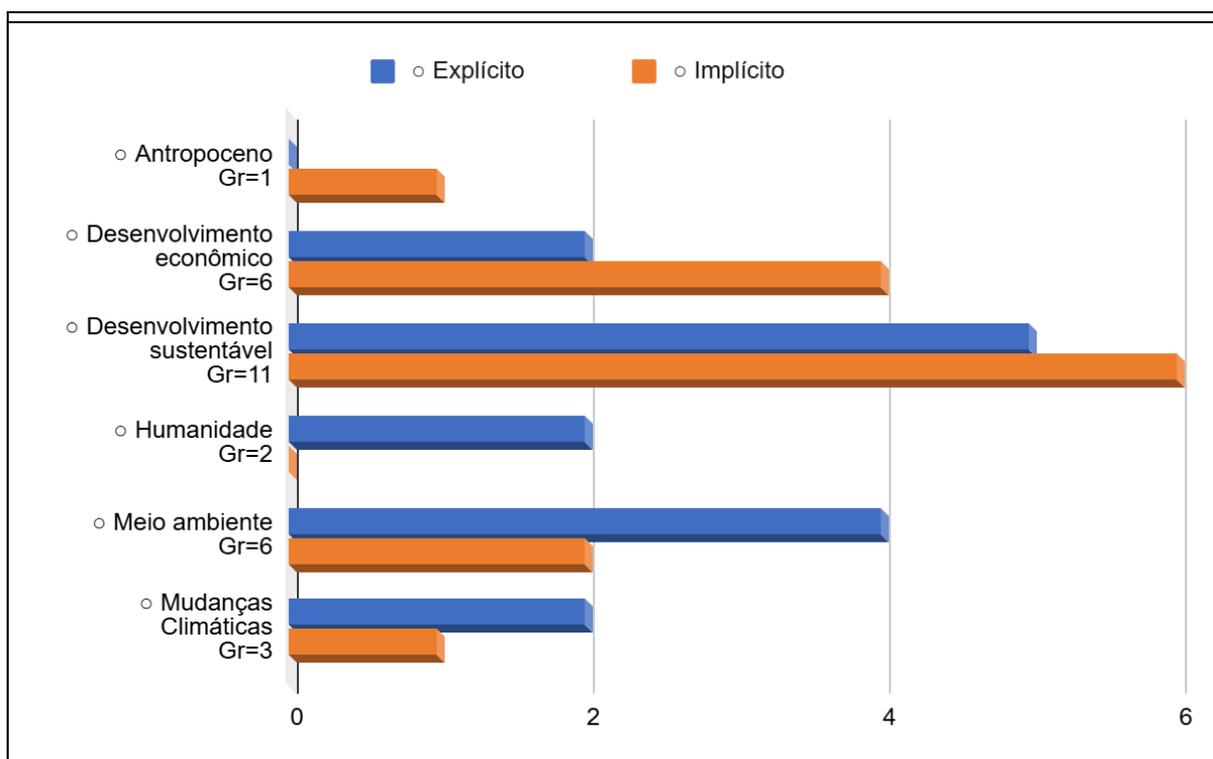
Em relação à agenda ambiental, o discurso destacou o papel do desenvolvimento sustentável e da Agenda 30, alegando que todos os Estados deveriam se esforçar para cumprir as metas necessárias, pois de acordo com o presidente Temer “a prosperidade e o bem-estar no presente não podem penhorar o futuro da humanidade. Mais do que possível, é necessário crescer de forma socialmente equilibrada com respeito ao meio ambiente. O planeta é um só. Não há plano B.”(Temer, 2016).

Tal afirmação, evidenciou a única citação implícita ao conceito de Antropoceno presente nos discursos que o presidente apresentou no âmbito da AG/NU, como mostra a Tabela 4 e o Gráfico 7. Assim, o conceito pode ser visualizado, devido ao implícito reconhecimento da mudança planetária, e a necessidade de frisar que o bem-estar do sistema contribui para o futuro da própria humanidade. Nesse contexto, é válido destacar, que a crise ecológica do sistema planetário faz parte da agenda dos estudos sobre Antropoceno (Pereira, 2021). Somado a isso, outros termos vinculados à agenda do meio ambiente e aos códigos foram citados no decorrer do discurso, como “mudança do clima”, “acordo de Paris”, “humanidade” e “matriz energética mais limpa” (Temer, 2016).

Tabela 4 - Frequência de códigos dos discursos da AG/NU de 2016 a 2018

Códigos	○ Explícito Gr=15	○ Implícito Gr=14
○ Antropoceno Gr=1	0	1
○ Desenvolvimento econômico Gr=6	2	4
○ Desenvolvimento sustentável Gr=11	5	6
○ Humanidade Gr=2	2	0
○ Meio ambiente Gr=6	4	2
○ Mudanças Climáticas Gr=3	2	1

Fonte: ATLAS.ti, 2024.

Gráfico 7 - Frequência de códigos dos discursos da AG/NU de 2016 a 2018

Fonte: Elaboração própria.

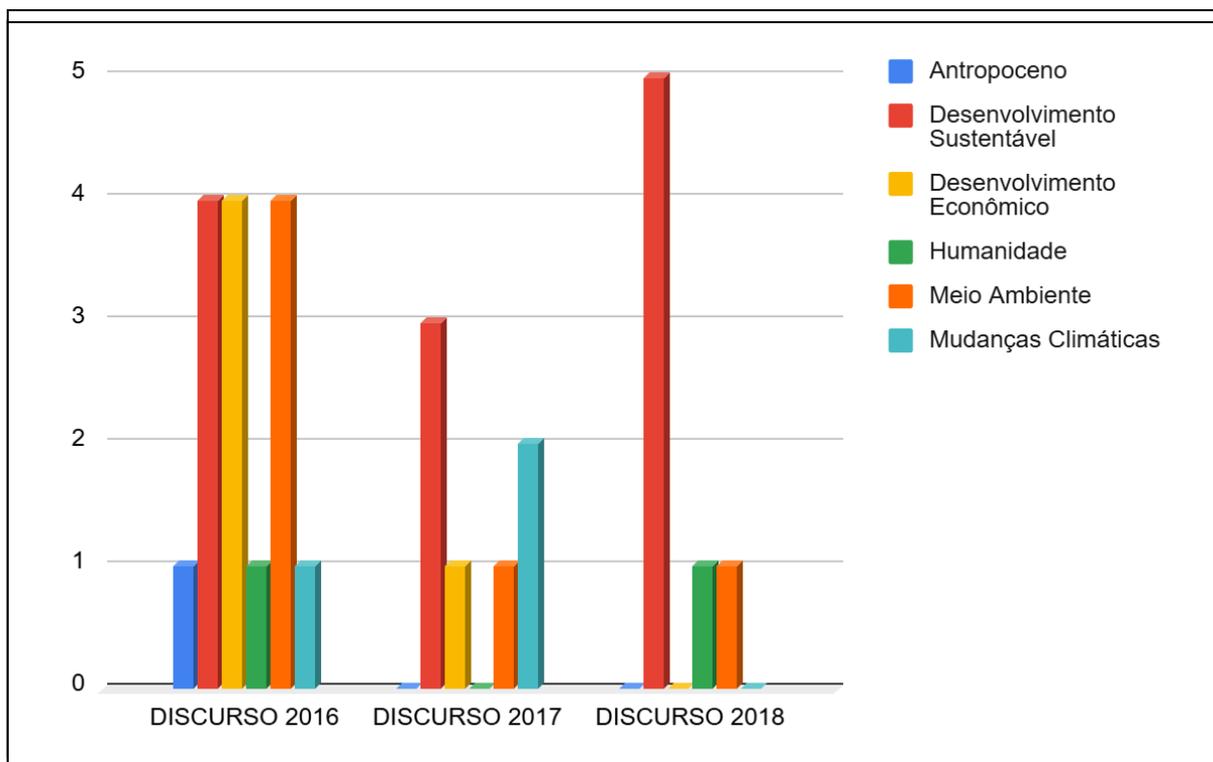
Fonte de dados: ATLAS.TI, 2024.

O discurso de 2017 seguiu a mesma linha geral do anterior e se concentrou em abordar diversos temas em alta nas relações internacionais, a exemplo do crescimento e desenvolvimento do poder bélico nuclear em alguns países, além disso, Temer também argumentou em torno a crise migratória derivada de conflitos, como a Guerra da Síria e os constantes embalos entre Israel e Palestina. Mais uma vez, o presidente retratou sobre a importância da diplomacia brasileira e o papel central dos direitos humanos diante do surgimento dessas crises humanitárias (Temer, 2016).

Em relação à temática ambiental, o presidente a retratou em seu discurso por meio dos termos “desenvolvimento sustentável”, “agenda 30”, “acordo de Paris”, “energia limpa”, “desmatamento”, “Amazônia” e “Comércio” (Temer, 2017). O que evidenciou uma postura do governo que frequentemente associava os temas ambientais e econômicos, como visualizado no Gráfico 8, especialmente referente ao discurso de 2016.

Em relação ao último discurso na AG/NU, em 2018, Michel Temer evidenciou mais uma vez a importância da não proliferação de armas nucleares, defendeu a diplomacia brasileira e o multilateralismo, destacou o papel do comércio internacional e o combate ao desmatamento, e dentro da temática ambiental o presidente buscou ressaltar os avanços do Brasil no que diz respeito ao compromisso com acordos ambientais, somado aos esforços da atuação do país em prol de uma economia verde (Temer, 2016). Por fim, ao longo de seu último discurso, em relação à agenda ambiental, Temer usou termos como “preservação”, “Amazônia brasileira”, “desmatamento”, “matriz energética”, “meio ambiente” e “crescimento econômico”. Dessa forma, esses termos foram associados aos códigos “meio ambiente” “desenvolvimento sustentável” e “desenvolvimento econômico”, respectivamente, e podem ser visualizados nos Gráficos 7 e 8.

Gráfico 8 - Frequência de códigos em cada um dos discursos de 2016 a 2018



Fonte: Elaboração própria.

Fonte de dados: ATLAS.TI, 2024

4.6 Jair Bolsonaro: a ausência do conceito de Antropoceno nos discursos de Bolsonaro de 2019 a 2022

Em janeiro de 2019, Jair Bolsonaro foi empossado como presidente da República do Brasil, e trouxe consigo um governo marcado por problemáticas administrativas que refletiram na imagem internacional do país. O governo Bolsonaro pautou políticas neoliberais com certos traços protecionistas (Cagliari, 2019), além disso, foi marcado por um crescente populismo de direita (Almeida, 2020). De todo modo, a política externa do país também passou por mudanças, e se concentrou em estratégias para o Brasil se inserir economicamente no globo, isso rompeu com a tradicional diplomacia brasileira em prol de uma agenda multilateral (Farias et al, 2021).

Tal característica, somatizada as posturas domésticas, especialmente no que se refere a agenda ambiental, acarretaram em complexas posturas políticas, a exemplo do negacionismo científico, a expansão do agronegócio na floresta amazônica, e no boicote a instituições que realizavam a fiscalização em unidades de conservação (Brzezinski, 2021). O

então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e o chanceler Ernesto Araújo, também protagonizaram falas e posicionamentos que prejudicaram a opinião pública internacional, assim como a credibilidade diplomática brasileira (Farias et al, 2021).

Nesse sentido, os discursos do presidente Bolsonaro no âmbito da AG/NU foram caracterizados e influenciados por todo esse contexto de tensões com a política doméstica e internacional. Assim, o primeiro pronunciamento do presidente ocorreu em setembro de 2019 (Moreno Brzezinski, 2023), e entre as falas mais utilizadas por Bolsonaro, estavam “Amazônia”, “Ideologia”, “liberdade” e “socialismo” (Barrucho, 2019). O discurso presidencial focou em temas relacionados à crise política em países como Cuba e Venezuela, no qual o presidente culpabilizou o “socialismo”, além disso também respaldou elogios ao governo estadunidense de Donald Trump (Bolsonaro, 2019).

No campo da agenda ambiental, termos como “proteção ambiental”; “preservação do meio ambiente”, “biodiversidade”, “humanidade” e “Amazônia” se destacaram (Bolsonaro, 2019), e foram associados ao código “meio ambiente” e “humanidade” apresentado pela Tabela 5 e o Gráfico 9. Ao longo de seu discurso, principalmente no que refere à temática do meio ambiente, o presidente justificou as queimadas na floresta amazônica a partir do clima da região, e destacou a soberania brasileira em relação à agenda (Bolsonaro, 2019). Dessa forma, Bolsonaro salientou que

Nesta época do ano, o clima seco e os ventos favorecem queimadas espontâneas e criminosas. Vale ressaltar que existem também queimadas praticadas por índios e populações locais, como parte de sua respectiva cultura e forma de sobrevivência. Problemas qualquer país os tem. Contudo, os ataques sensacionalistas que sofremos por grande parte da mídia internacional devido aos focos de incêndio na Amazônia despertaram nosso sentimento patriótico. É uma falácia dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade e um equívoco, como atestam os cientistas, afirmar que a nossa floresta é o pulmão do mundo. Valendo-se dessas falácias, um ou outro país, em vez de ajudar, embarcou nas mentiras da mídia e se portou de forma desrespeitosa, com espírito colonialista. Questionaram aquilo que nos é mais sagrado: a nossa soberania! (Bolsonaro, 2019, p. 02).

Em 2020, pela primeira vez, o Debate-Geral da AG/NU aconteceu de maneira virtual, devido a pandemia de covid-19, e os discursos dos chefes de Estado foram previamente gravados. Durante o discurso brasileiro, o presidente Bolsonaro manteve a pandemia como foco do debate, e apontou as principais contribuições para o gerenciamento da crise no Brasil. Nesse contexto, Bolsonaro destacou o uso da substância hidroxicloroquina como tratamento de pacientes infectados pelo vírus, mesmo sem a comprovação científica do uso do medicamento contra a doença (Moreno Brzezinski, 2023).

O discurso também salientou a temática ambiental, e repetiu o uso dos termos do ano anterior, como “Amazônia”, “conservação”; “proteção ambiental”, “meio ambiente”. Mais uma vez, Bolsonaro usou o argumento em relação ao aumento das queimadas na floresta amazônica, e assegurou que “os incêndios acontecem praticamente, nos mesmos lugares, no entorno leste da Floresta, onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas.” (Bolsonaro, 2020, p.02).

Desse modo, é possível observar um conjunto de informações falsas, como a afirmação de que a Amazônia continua intocada, além disso o clima úmido da floresta impossibilita queimadas em seu interior, e existe uma atribuição no mínimo desproporcional quanto a participação das comunidades originárias em relação às insinuações de ações ambientais criminosas. Assim, além de negar as evidências científicas sobre o papel da floresta no ecossistema, o presidente Bolsonaro ainda respaldou ideias de soberania para justificar sanções econômicas que o governo poderia receber por parte de outros países por causa da sua postura e atuação ambiental (Pinheiro, 2022).

Tabela 5 - Frequência de códigos dos discursos da AG/NU de 2019 a 2022

Códigos	○ Explícito Gr=21	○ Implícito Gr=25
○ Antropoceno Gr=0	0	0
○ Desenvolvimento econômico Gr=3	0	3
○ Desenvolvimento sustentável Gr=12	7	5
○ Humanidade Gr=1	1	0
○ Meio ambiente Gr=25	13	12
○ Mudanças Climáticas Gr=5	0	5

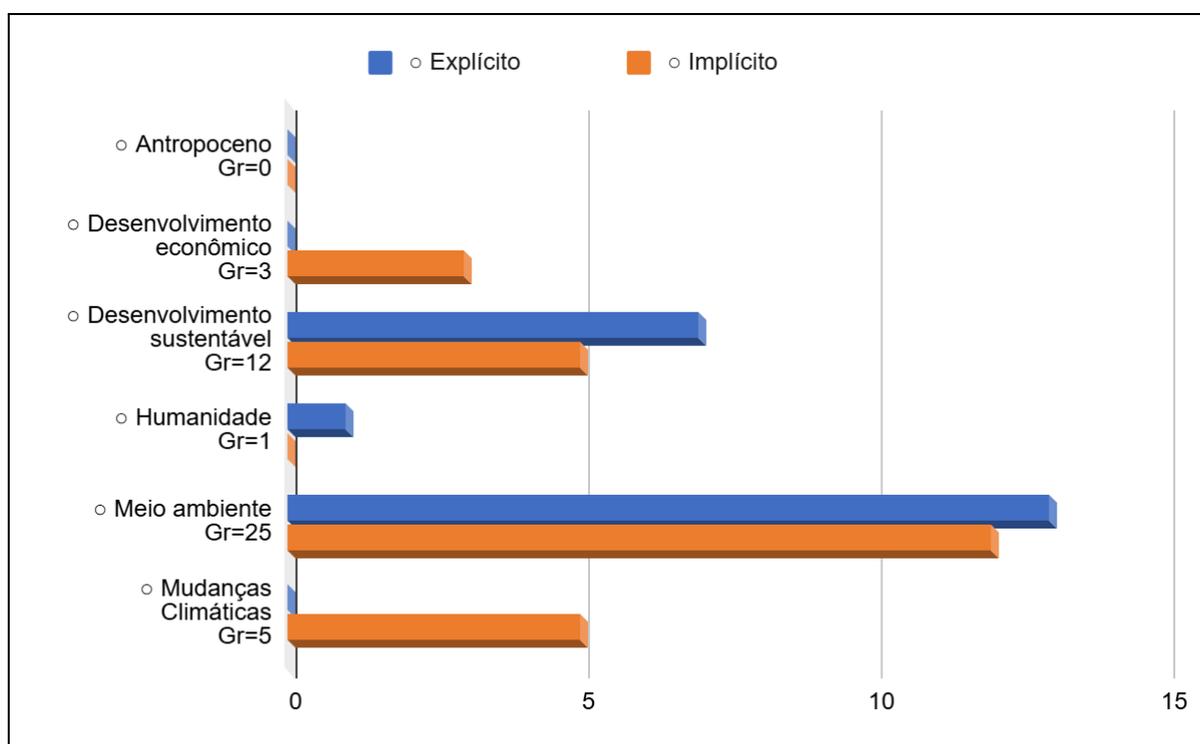
Fonte: ATLAS.ti

O discurso do presidente Bolsonaro em 2021, também possuía as mesmas características e conteúdo abordado que os anteriores. Entre os diferenciais, o presidente destacou a participação democrática brasileira durante seu governo, e ressaltou sobre o crescimento econômico do país (Bolsonaro, 2021). Em relação a agenda ambiental, se apresentaram os seguintes termos: “código ambiental”, “desafios ambientais”,

“biodiversidade”, “Amazônia”, “neutralidade climática”, “preservação ambiental”, “energia renovável” e “agricultura sustentável”. Esses termos foram associados aos códigos de “Mudanças Climáticas”, “Meio Ambiente”, “Desenvolvimento Sustentável” e “Desenvolvimento Econômico” como abordado na Tabela 5 e nos Gráficos 9 e 10.

Em relação ao último discurso proferido por Jair Bolsonaro na AG/NU em 2022, o presidente salientou sobre as principais mudanças positivas de seu mandato, em especial o crescimento do agronegócio, os avanços tecnológicos relacionados ao padrão da telecomunicações 5G, reafirmou a posição pacífica do Brasil em relação a Guerra na Ucrânia, e destacou o respeito à “liberdade individual” no processo de vacinação da população brasileira durante o combate a pandemia de covid-19. Em relação à agenda ambiental, os termos utilizados foram, especialmente “crescimento sustentável”, “desenvolvimento sustentável”, “Amazônia” e “transição energética” (Bolsonaro, 2022), que foram relacionados aos códigos “desenvolvimento sustentável”, “meio ambiente” e “desenvolvimento econômico”, respectivamente.

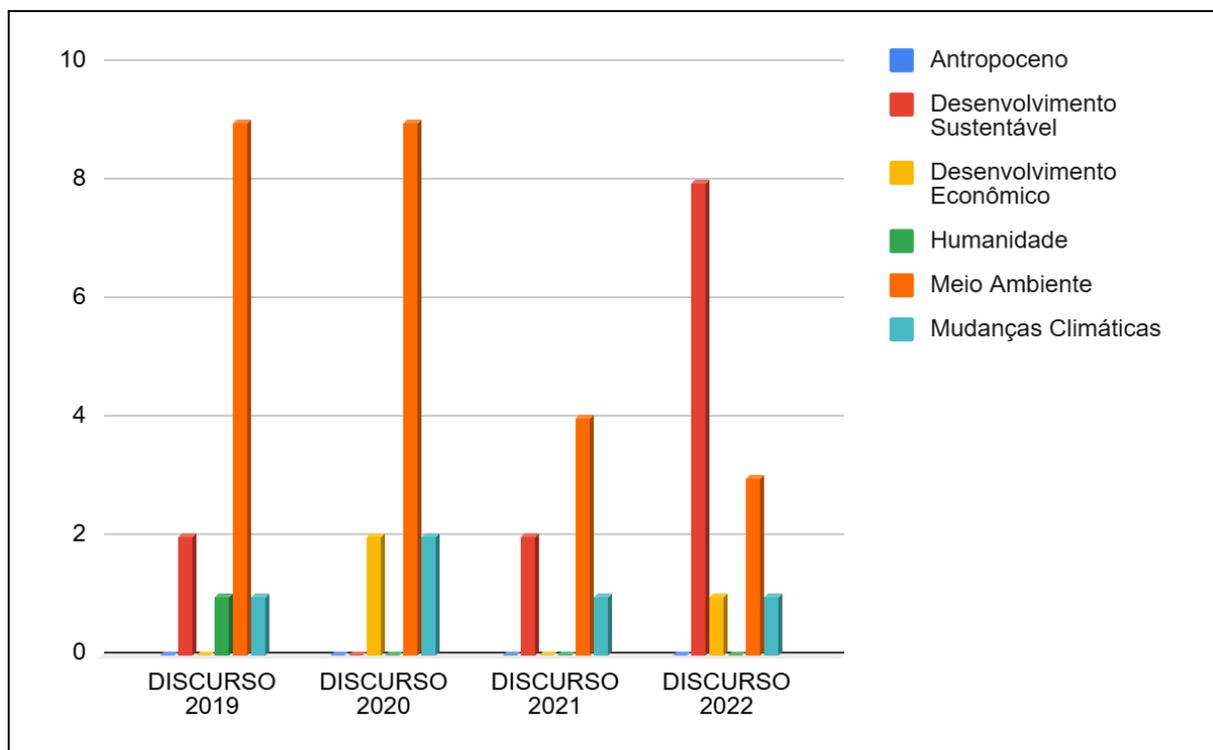
Gráfico 9 - Frequência de códigos dos discursos da AG/NU de 2019 a 2022



Fonte: Elaboração própria.

Fonte de dados: ATLAS.TI, 2024

Gráfico 10 - Frequência de códigos em cada um dos discursos de 2019 a 2022



Fonte: Elaboração própria.

Fonte de dados: ATLAS.TI, 2024

Dessa forma, é possível deliberar, a partir dos discursos do presidente, que houve um ressurgimento de uma postura quanto à agenda ambiental, que já havia sido vista anteriormente pelo Brasil da década de 1970. Naquele contexto, críticas e discussões dentro da temática ambiental ou levantadas de maneira contrária às políticas brasileiras eram assistidas pelas autoridades da época enquanto um ataque à soberania do país, porém não negavam a relevância do tema. Todavia, a postura negacionista de Bolsonaro, além de desfavorecer a imagem internacional do Brasil, também atendia a um público doméstico específico de apoiadores e abraçavam suas condutas políticas (Moreno Brzezinski, 2023).

4.7 A presença implícita do conceito de Antropoceno nos discursos brasileiros da Assembleia Geral das Nações Unidas

A partir das análises realizadas, constatou-se que o conceito do Antropoceno aparece, de maneira implícita, nas discussões internacionais, no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, especialmente no caso dos discursos brasileiros estudados no marco temporal de vinte e dois anos. O conceito do Antropoceno, em conjunção com os debates políticos da agenda ambiental brasileira constroem uma trajetória focada nos impactos das mudanças do clima para a população humana, principalmente os impactos negativos. Desse modo, apontar os responsáveis por moldar o futuro e as políticas e práticas do desenvolvimento se tornam relevantes nas discussões (Dominey-Howes, 2018).

As nuvens de palavras são ferramentas que possuem diversas utilidades, entre elas a realização de análises de conteúdo (Kami et al, 2016; Souza et al, 2018), pois a partir de sua utilização é possível detectar tendências e apontar caminhos para enriquecer pesquisas (Silva, 2013). Desse modo, a primeira nuvem de palavras representada na Figura 1, destaca as principais palavras em torno dos códigos que foram considerados, de maneira implícita, atrelados ao conceito de Antropoceno. Sob esse viés, palavras como “natureza”, “riscos”, “futuro”, “humana”, “riqueza”, “modelo”, “destruir”, “desenvolvimento”, e outras palavras que as rodeiam, a exemplo de “gerações”, “global”, “combater”, “cobiça”.

Assim, é válido ressaltar que a narrativa dominante nos estudos sobre o Antropoceno anuncia crises, perigos e riscos, assim como os questionamentos sobre as maneiras de mitigar, com um olhar no futuro, os perigos dos desastres ambientais. O fato de palavras como “desenvolvimento” e “riqueza” podem evidenciar as desvantagens estruturais no que diz respeito ao sistema econômico a qual fazemos parte, que também são discutidas nos estudos sobre Antropoceno (Dominey-Howes, 2018).

Figura 1 - Nuvem de palavras do código Antropoceno



Fonte: ATLAS.ti, 2024.

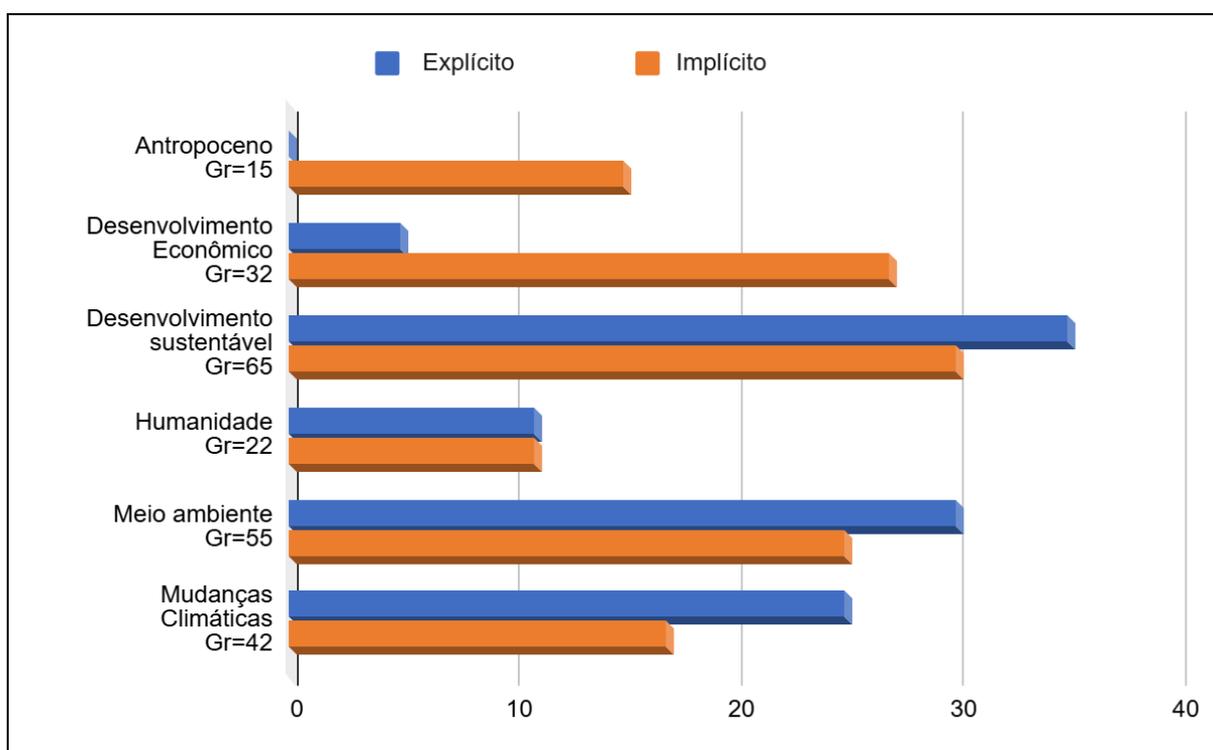
Nesse sentido, a segunda nuvem de palavras pode ser visualizada a partir da Figura 2, e contou com a junção dos códigos que representam o conceito de Antropoceno, bem como aqueles que estavam atrelados ao código “Humanidade”. Assim, a palavra “humanidade” é estabelecida como central, enquanto ao seu entorno, temos “degradação”, “guerra”, “futuro”, “global”, “desenvolvimento”, “natureza”, “ambiental”, “humanizar”, “existência”, entre outras.

Dessa forma, é possível relacionar o conceito de Antropoceno, com o que estabelecemos enquanto humanidade, pois como é abordado por Ailton Krenak “o Antropoceno tem um sentido incisivo sobre a nossa existência, a nossa experiência comum, a ideia do que é humano. O nosso apego a uma ideia fixa de paisagem da Terra e de humanidade é a marca mais profunda do Antropoceno.” (Krenak, 2019, p.29). Por esse motivo, é possível observar a incidência do código “Humanidade”, especialmente durante o período de 2003 a 2007, como apresentado no Gráfico 12.

Tabela 6 - Frequência de códigos dos discursos da AG/NU de 2000 a 2022

Códigos	Explícito Gr=106	Implícito Gr=125
Antropoceno Gr=15	0	15
Desenvolvimento Econômico Gr=32	5	27
Desenvolvimento sustentável Gr=65	35	30
Humanidade Gr=22	11	11
Meio ambiente Gr=55	30	25
Mudanças Climáticas Gr=42	25	17

Fonte: ATLAS.ti, 2024.

Gráfico 11 - Frequência de códigos dos discursos da AG/NU de 2000 a 2022

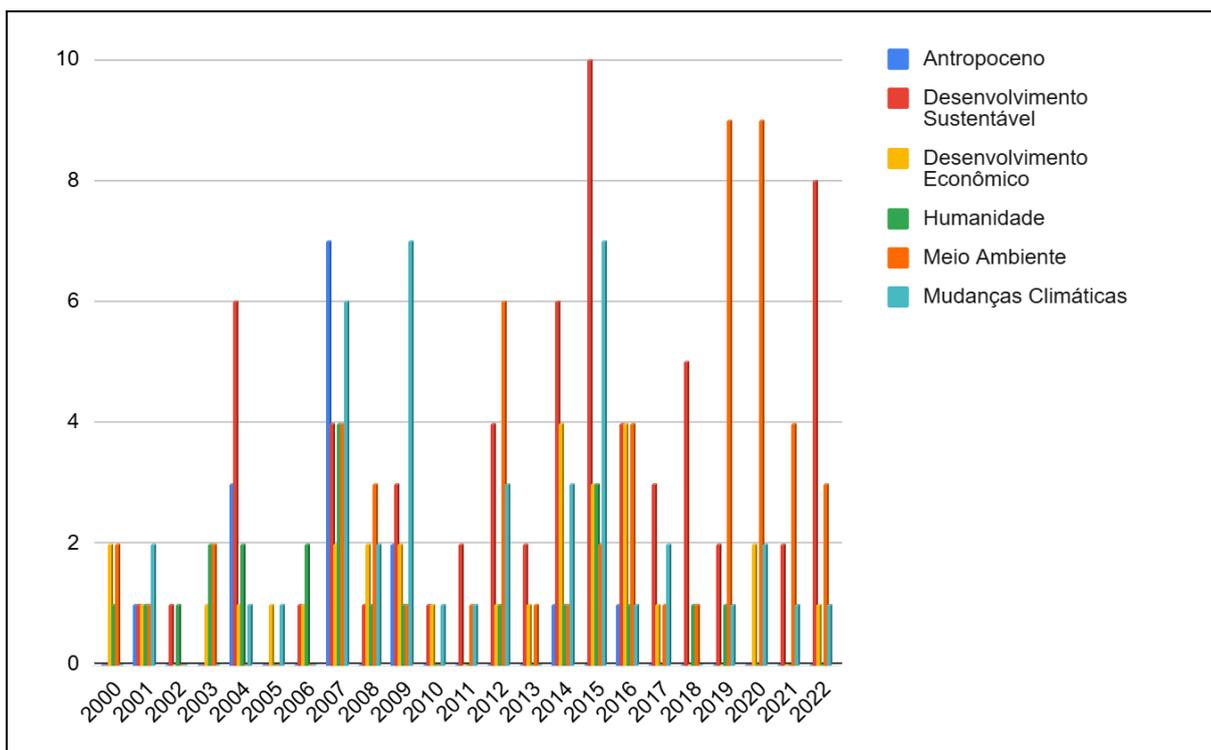
Fonte: Elaboração própria.

Fonte de dados: ATLAS.ti, 2024.

Os pronunciamentos de Bolsonaro, nesse sentido, contribuíram para desfavorecer a reputação da diplomacia brasileira, uma vez que

Houve, portanto, a instalação de um cenário de irreversibilidade dos danos ocasionados pela ação humana, considerando que a confluência entre desmatamento, crise hídrica, mudanças climáticas, perda da biodiversidade e negacionismo científico não encontraram óbices nem na política interna nem nas negociações internacionais. (Moreno; Brzezinski, 2023, p.35).

Gráfico 12 – Frequência de códigos em cada um dos discursos de 2000 a 2022



Fonte: Elaboração própria.

Fonte de dados: ATLAS.ti, 2024.

Dessa forma, apesar dos pronunciamentos de Bolsonaro terem contribuído para negar os impactos ambientais, ao mesmo tempo que enfatizava a Amazônia como modelo de gestão ambiental (Pinheiro, 2022), os demais pronunciamentos presidenciais dos últimos vinte anos também precisam ser olhados de maneira mais crítica. O Gráfico 12 apresenta a frequência dos códigos, e portanto termos utilizados a cada ano nos discursos brasileiros da AG/NU. Nesse contexto, apesar de existirem fóruns específicos para tratar sobre a agenda ambiental, é possível notar a ausência de sua importância, mesmo que o debate tenha ganhado mais notoriedade nos últimos anos.

Além disso, o uso de termos gerais como “desenvolvimento sustentável”, também enfatizam a pouca variedade em se aprofundar sobre outros temas relacionados. Apesar disso,

o conceito de Antropoceno se mantêm de maneira implícita nos diálogos firmados em alguns pelos pronunciamentos, o que indica o debate ambiental não estagnou, apesar das ações, acordos e políticas relacionados muitas vezes não saírem do papel, a temática continua sendo debatida e frisada enquanto emergencial e relevante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise realizada, constatou-se a presença implícita do conceito do Antropoceno em alguns pronunciamentos dos representantes do Estado brasileiro na AG/NU do período de 2000 a 2022. As pesquisas que outorgam o conceito do Antropoceno, embora não sejam aceitas por muitos estudiosos, revelam a força da ação de uma única espécie, *Homo sapiens*, em escala planetária. Assim, o conceito reflete sobre uma nova Era Geológica, que estabelece uma fronteira entre o Holoceno e o Antropoceno, e reforça a interferência humana no sistema Terra. Essa vertente acarreta inúmeros questionamentos em torno dos desafios do Antropoceno e as incertezas quanto ao futuro (Dominey-Howes, 2018).

Sob esse viés, a discussão sobre o Antropoceno evoca reflexões sobre o relacionamento da humanidade com os riscos da emergência climática e ambiental, e possíveis consequências para a sociedade humana, além disso, geram-se debates sobre a representação da humanidade para o meio ambiente. Ainda que o eventual futuro que o Antropoceno reserva para as sociedades humanas seja ruim, para quem exatamente ele vai ser pior é uma das muitas reflexões em torno da temática (Dominey-Howes, 2018).

Nesse contexto, o vício da sociedade na modernidade alimenta a crença de que existe uma qualidade humana especial, de acordo com as reflexões de Ailton Krenak de que “nós não somos a humanidade que pensamos ser” (Krenak, 2020, p. 42), caso contrário não haveria a necessidade de discutir sobre a indiferença de alguns à destruição da base de vida planetária. Assim, o sistema capitalista sustenta o consumo e o vício na modernidade, e vende a ideia de que é possível reproduzir até mesmo a vida e a natureza, em um mecanismo de deixar viver enquanto houver utilidade e fazer morrer quando essa utilidade deixar de existir (Krenak, 2020).

A emergência climática, por sua vez, projeta um cenário de eventos climáticos extremos, como enchentes, furacões, ondas de calor e secas prolongadas que são observadas por todo o mundo (Saldanha, 2022). O Brasil, que possui um longo histórico de participação em Organizações Internacionais, a exemplo da ONU, procurou expandir sua diplomacia ao participar de debates e acordos importantes no que diz respeito à agenda ambiental, incluindo a própria oportunidade de abrir o Debate-Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas, e redigir discursos que representaram a temática do meio ambiente (Sardenberg, 2013; Souza, 2022).

O Brasil se destacou enquanto mediador e negociador de uma grande quantidade de Conferências, fóruns e eventos ambientais. Todavia, a Conferência das Nações Unidas sobre

Meio Ambiente Humano, ocorrida em 1992, no Rio de Janeiro, foi um marco para a diplomacia brasileira e sua política externa, pelo fortalecimento da imagem internacional do país (Tescari, 2021). Ainda na conferência o conceito de desenvolvimento sustentável é firmado.

Dessa forma, o conceito é elaborado como um paradigma da inserção internacional de países não desenvolvidos, além de instrumento para relações de cooperação com outros países desenvolvidos ou em processo de desenvolvimento (Peguim, 2021). Assim, ao longo da década de 1990 até o início dos anos 2000 o Brasil buscou atrelar a sua agenda ambiental ao multilateralismo, participou de outras Conferências ambientais, a exemplo da Conferência de Joanesburgo, e defendeu sobretudo o seu direito ao desenvolvimento econômico (Barros-Platiau, 2006).

Com a chegada do século XXI, o conceito de Antropoceno é desenvolvido a partir dos estudos de Crutzen e Stoermer nos anos 2000, dessa maneira, a presente pesquisa se concentrou em analisar a presença ou ausência desse conceito, a partir de uma análise de conteúdo, nos discursos de abertura da AG/NU dos representantes brasileiros dos últimos vinte anos.

Os discursos do Brasil na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas revelam continuidade e descontinuidade da agenda ambiental, de todo modo o cerne das discussões ambientais são concentradas na aceitação ou recusa em estabelecer acordos que possam reduzir as atividades econômicas (Rossi; Demuro, 2024). Por esse motivo, entre os códigos estabelecidos pela análise de conteúdo da presente pesquisa, esteve o termo “desenvolvimento econômico”, que foi associado aos pronunciamentos presidenciais, e também associado à necessidade do contínuo desenvolvimento, mas de forma sustentável.

O fato do ser humano ser considerado parte da natureza (Rossi; Demuro, 2024) ressaltou o teor de responsabilização, que alguns discursos aplicaram, em relação ao meio ambiente. Assim, embora os discursos entre os anos 2000 a 2002, representados pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, não tenham focado na temática ambiental, por outro lado os discursos referentes ao governo Lula, de 2003 a 2010, compensaram. Os discursos de Lula no âmbito da AG/NU abraçaram a crença da participação humana, especialmente do sistema, nas alterações climáticas. Por esse motivo, a incidência do conceito do Antropoceno durante os discursos do presidente são as maiores. Algo que é refletido na Tabela 2 e nos Gráficos 3 e 4.

Os discursos de Dilma Rousseff apresentaram uma certa continuidade aos de Lula, em relação aos temas abordados. Ainda assim, houve novos temas e abordagens discutidas,

geralmente vinculadas aos assuntos mais emergentes do cenário internacional. De todo modo, com relação à agenda ambiental, como abordado no Gráfico 5, a presidente se destacou pela frequência de códigos relacionados às mudanças climáticas e ao desenvolvimento sustentável. O conceito de Antropoceno foi apresentado uma única vez, de maneira implícita, e se referindo às consequências das mudanças climáticas.

Os discursos de Michel Temer em relação à agenda ambiental foram escassos, mas os termos mais usados pelo presidente foram desenvolvimento sustentável, econômico e meio ambiente. O conceito de Antropoceno apareceu uma vez, conforme indicam os Gráficos 7 e 8, de maneira implícita, quando Temer se refere às mudanças planetárias, em que foi afirmado que não havia a existência de um planeta B.

Os discursos de Bolsonaro, nos anos de 2019 a 2022, foram codificados na Tabela 5 ao abordar a pauta ambiental principalmente pelo enfoque nas discussões sobre a floresta amazônica, o que consequentemente, além de divulgar notícias falsas, inviabiliza outros biomas. Somado a isso, foi usado o argumento da soberania brasileira para justificar ações de inconsistência do governo em relação ao desmatamento e as queimadas que aconteciam, e que foram duramente criticadas durante o período. Portanto, os discursos de Jair Bolsonaro salientaram a negligência das estruturas e conquistas socioambientais dos últimos anos (Rossi; Demuro, 2024).

Sob esse viés, é importante ressaltar que a análise de conteúdo empregada na presente pesquisa teve como consequência “revelar as intenções das diretrizes políticas” (Silva; Hernández, 2020), e demonstrar a funcionalidade do método para a análise de política externa e da própria área de Relações Internacionais, pois se a política externa pode ser entendida enquanto um fruto das relações domésticas e internacionais, com a análise de conteúdo dos pronunciamentos oficiais, foi possível visualizar ainda mais as contradições e intenções dos representantes do Estado brasileiro (Silva et al. 2015).

Por fim, o título do presente trabalho “de volta ao passado pelas incertezas do futuro” implica na tentativa de compreender as raízes do conceito do Antropoceno, e analisar sua presença também no passado, ou seja, nos discursos presidenciais de chefes do Estado que já passaram pelo cargo ou que presidiram pronunciamentos no Debate-Geral da Assembleia Geral. A tentativa de voltar ao passado também evidencia uma busca por respostas para a emergência das questões ambientais. Como salientado por Clive Hamilton (2022), a ausência de respostas resulta na reflexão. Assim, ambos, o conceito de Antropoceno e a crise climática, são eventos profundos para história da humanidade e que, portanto, precisam de soluções

efetivas, mas enquanto as soluções não se concretizam, o que nos resta fazer, é a reflexão profunda de seus significados para o cenário contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: SOUSA, C. M. (Org.) **Um convite à utopia** [online]. (Org.) Um convite à utopia [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016. Um convite à utopia collection, vol. 1, p. 203-233.

ADORNO, T. **Indústria Cultural e Sociedade**. Tradução de Juba Elisabeth Levy. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AGUIAR, Moniza Heinzelmann Portella de; MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa; CARDOSO, Nayara Tavares. O discurso ambiental brasileiro e a transformação do conceito de soberania: uma análise de Estocolmo à Rio+20. In: **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 3, n. 1, jan.-jun. 2015. p. 141-164. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudos_internacionais/article/view/8893. Acesso em: 4 jun. 2024.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Uma certa ideia do Itamaraty: a reconstrução da política externa e a restauração da diplomacia brasileira**. Brasília: Diplomattizando, 2020.

AMORIM, Celso. LX Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas 2005. ONU, 2005. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (Org.) **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: FUNAG, 2007, p. 751-756.

ANDRADE, Mayara Amaral de. A política ativa e altiva de Celso Amorim. **Diário das Nações**, 2020. Disponível em <A política ativa e altiva de Celso Amorim – Diário das Nações (wordpress.com)>. Acesso em 12 fev. 2024.

ARAÚJO, Ernesto. A nova política externa brasileira: seleção de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores - 2019/ Ernesto Araújo. Brasília: **Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG**, 2019.

ARENDDT, H. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ATLAS.ti. 8.0. [Software]. Berlim: ATLAS.ti Scientific Development GmbH, 2024. Disponível em: <ATLAS.ti | The #1 Software for Qualitative Data Analysis - ATLAS.ti (atlasti.com)>. Acesso em set. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETO, Fernando de Mello. **A política externa após a redemocratização TOMO I 1985- 2002**. Brasília: FUNAG, 2012.

BARRETO, Fernando de Mello. **A política externa após a democratização TOMO II - 2003-2010**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, 2012.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. A Política Externa Ambiental: do desenvolvimentismo ao desenvolvimento sustentável. In: **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**; Henrique Altamani e Antônio Carlos Lessa, São Paulo; Saraiva, 2006.

BARRUCHO, Luis. 'Nuvem de palavras': os termos mais usados por presidentes brasileiros em discursos na ONU desde 1982. **BBC News Brasil**, Londres, 24 set. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil49817017>. Acesso em: 8 set. 2021.

BASSO, Larissa; VIOLA, Eduardo. O Sistema Internacional no Antropoceno. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**. Vol. 31 N°92, 2016.

BBC. **Desmatamento cria saia justa para Temer em visita a Noruega, maior doador para preservação da Amazônia**. G1, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/desmatamento-cria-saia-justa-para-temer-em-visita-a-noruega-maior-doador-para-preservacao-da-amazonia.ghtml>. Acesso em: 11 set. 2024.

BECK, U. Living in the world risk society. **Economy and Society** 35(3): 329–345, 2006.

BERNSTEIN, Steven et al. "God Gave Physics the Easy Problems: Adapting Social Science to an Unpredictable World." **European Journal of International Relations** 6, no 1 (2000): 43-76.

BERRINGER, T; FORLINI, L. Crise Política e mudanças na política externa no governo Temer: contradições no seio da burguesia interna brasileira. **Conjuntura Austral**, v.9 n.48, out./dez. 2018, p.5-19

BLANCO, Luís Gustavo; SOPRIJO, Gabriel e AZZI, Diego. Política Externa Brasileira para o meio ambiente: da formação do conceito de desenvolvimento sustentável à atuação de Jair Bolsonaro. **O Cosmopolítico**, v. 8 n.1. 2021.

BOLSONARO, Jair Messias. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 74ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU)**. Biblioteca da Presidência da República, Brasília, 2019. Disponível em: <Biblioteca da Presidência da República — Biblioteca (presidencia.gov.br)>. Acesso em: jun. 2024.

BOLSONARO, Jair Messias. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU)**. Biblioteca da Presidência da República, Brasília, 2020. Disponível em: <Biblioteca da Presidência da República — Biblioteca (presidencia.gov.br)>. Acesso em: jun. 2024.

BOLSONARO, Jair Messias. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 76ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU)**. Biblioteca da Presidência da República, Brasília, 2021. Disponível em: <Biblioteca da Presidência da República — Biblioteca (presidencia.gov.br)>. Acesso em: jun. 2024.

BOLSONARO, Jair Messias. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 77ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU)**. Biblioteca da Presidência da República, Brasília, 2022. Disponível em: <Biblioteca da Presidência da República — Biblioteca (presidencia.gov.br)>. Acesso em: jun. 2024.

BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). **Discurso de Posse: 1 de Janeiro de 1995**. Brasília: Presidente da República, Secretaria de Comunicação Social, 1995

BRZEZINSKI, Maria Lúcia Navarro Lins. O desmonte do patrimônio ambiental do Brasil: uma política pública do Presidente Bolsonaro In: GAITÁN, Flávio Alfredo; NICOLÁS, Maria Alejandra. **Desmonte do Estado e retração da cidadania: pensando alternativas de proteção social**. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, p. 96-151, 2021.

BUARQUE, Daniel. Sinal verde: percepções sobre política ambiental e status do Brasil. **CEBRI-Revista**, v. 3, n° 9, p. 195-214, 2024.

BUEKE, A., FISHEL, S.; MITCHELL, A.; DALBY, S.; LEVINE, D. J. Planet Politics: A Manifesto from the End of IR. **Millennium: Journal of International Studies** 44(3): 499–523, 2016.

CAGLIARI, Arthur. Na contramão de proposta liberal, governo Bolsonaro adota medidas protecionistas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 ago. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/na-contramao-de-proposta-liberal-governobolsonaro-adota-medidas-protecionistas.shtml>. Acesso em: set. 2024.

CAMUS, Albert. **A peste**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

CARDOSO, Fernando Henrique. Discurso de abertura da 56ª Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU, 2001. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (Org). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: FUNAG, 2007, p. 681-687.

CERVO, A. L. **As relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**, op. cit., 5-35, 2002.

CHANDLER, David; MÜLLER, Franziska; ROTHE, Delf (Orgs.). **International Relations in the Anthropocene: New Agendas, New Agencies and New Approaches**. Palgrave macmillan, 2021.

CLIMAINFO. **O Brasil e os cinco anos do Acordo de Paris**. ClimaInfo, 2020. Disponível em: O Brasil e os cinco anos do Acordo de Paris (climainfo.org.br). Acesso em: 20 ago. 2024.

COELHO, André Luiz; SANTOS, Vinícius. Política Externa Brasileira e a Questão Ambiental no Contexto das Conferências da ONU. **Conexão Política**, Teresina, v. 3, n. 2, p.85-108, 2014.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: **Fundação Getúlio Vargas**, 1991

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (UNCED). **Agenda 21**. Ministério do Meio Ambiente, 1992. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/se/agen21/ag21global/>. Acesso em ago. 2024.

CONTRERA, Malena Segura. **Mediosfera: meios, imaginário e desencantamento do mundo**. 2ed. Imaginalis, Porto Alegre, 2017.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: FUNAG, 2007.

CORRY, O. Securitisation and “riskification”: Second-order security and the politics of climate change. **Millennium: Journal of International Studies** 40(2): 235–38, 2012.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa & projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CRUTZEN, Paul; STORMER, Eugene. O Antropoceno. Tradução: João Ribeiro Mendes. Departamento de Filosofia, Universidade do Minho. **Revista de Estudos do Antropoceno e Ecocrítica** 1: 113-116. 2020.

CRUTZEN, Paul; STOEMER, Eugene. The Anthropocene. **Global Change Newsletter**, 41: 2000: 17-18.

DANESE, Sérgio. **Diplomacia presidencial : história e crítica / Sérgio Danese. – 2. ed. rev. – Brasília, DF: FUNAG, 2017.**

DANOWSKI, Déborah; CASTRO, Eduardo Viveiros de. Há mundos por vir? Ensaio sobre os medos e os fins. **Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental**, Florianópolis, 2014.

DIAS, Thiago dos Santos. A Conferência de Estocolmo – 1972 para a política externa e ambiental do Brasil. **R. Fac. Dir.**, Fortaleza, v. 41, n. 2, p. 97-113, jan./jun. 2020.

DOMINEY-HOWES, Dale. Hazards and disasters in the Anthropocene: some critical reflections for the future. **Geoscience Letter**, v. 5, n. 1, p. 1-7, 2018. Disponível em:<Hazards and disasters in the Anthropocene: some critical reflections for the future | Geoscience Letters (springer.com)>. Acesso em jun. 2024.

DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. **International Relations Theories: discipline and diversity**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

FARIAS, Everton; MATOS, Giovana; LEITE, Leticia; FRANCO, Luiz; LAGOSTA, Pedro; MARTINS, Rafaela; AZZI, Diego Araujo. De referência a pária - A tragédia da diplomacia ambiental no governo Bolsonaro. In: MARINGONI, Gilberto; SCHUTTE, Giorgio Romano; BERRINGER, Tatiana (org.). **As bases da política externa bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação**. Santo André: Editora UFABC, p.75-86 2021.

FERREIRA, José Francisco de Carvalho. **Desenvolvimento Sustentável: apontamentos sobre o conceito**. Maringá, PR: Uniedusul, 2021.

FERNANDES, Leticia. Brasil desiste de sediar a Conferência do Clima da ONU. **O Globo (Online)**, 2018. Disponível em:<Brasil desiste de sediar Conferência do Clima em 2019 | Natureza | G1 (globo.com)>. Acesso em fev. 2024

FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise do Discurso**. São Paulo/SP: Editora Contexto, 2000.

FOLHA DE S. PAULO. **Tradição do Brasil de abrir a Assembleia-Geral da ONU começou com Oswaldo Aranha**, 2020. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/09/tradicao-do-brasil-abrir-a-assembleia-da-onu-comecou-com-oswaldos-aranha.shtml>>. Acesso em mar. 2024.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**. Course no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Nosso Futuro Comum Relatório**. Prateleira Ambiental, Portal de Educação Ambiental. Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, 2024. Disponível em:<Portal de Educação Ambiental (semil.sp.gov.br)>. Acesso em set. 2024.

GREIMAS, Algirdas J.; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Cultrix, 2008.

GUILHERME, Márcia Lúcia. Sustentabilidade sob a ótica global e local. São Paulo: **Annablume**, 2007.

HAMILTON, Clive. Não existe solução mágica. In: DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; SALDANHA, Rafael (Orgs.) **Os mil nomes de Gaia: do Antropoceno à idade da Terra**. Rio de Janeiro: Machado, 2022.

HAMILTON, C.; GRINEVALD, J. **Was the Anthropocene Anticipated?**. The Anthropocene Review 2, no. 1, 59-72, 2015.

HARRINGTON, Cameron. The ends of the world: International relations and the Anthropocene. **Millennium**, 2016.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: História e Práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HILL, Matthew. **Wild Weather: Our World Under Threat**. Londres: BBC, 2021.

HOBSBAWN, E. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. Tradução de José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IBGE. **De 2010 a 2022, a população brasileira cresce 6,5% e chega a 203,1 milhões**. Brasília, DF: IBGE, 2023. Disponível em: <De 2010 a 2022, população brasileira cresce 6,5% e chega a 203,1 milhões | Agência de Notícias (ibge.gov.br)>. Acesso em: jun. 2024.

KENNEDY, Paul. The Parliament of Man. The Past, Present, and Future of the United Nations. New York: Random House, 2006.

KEOHANE, R. O; OPPENHEIMER, M. Paris: Beyond the Climate Dead End Trough Pledge and Review? **Politics and Governance** 4(3): 142–151, 2016.

KIPNIS, Beatriz. Linhas do Tempo: políticas para o meio ambiente: o movimento ambientalista e as principais decisões desde a redemocratização. **Fundação FHC**, 2020. Disponível em:<Políticas para o meio ambiente: movimento ambientalista e governos (fundacaoofhc.org.br)>. Acesso em 30 ago, 2024.

KRASNER, Stephen. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. **International Organization**, Cambridge, v. 36, n. 2, pp. 185-205, 1982.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das letras, 2. ed., 2019.

LAFER, Celso. Discurso de abertura da 57ª Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU, 2002. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (Org). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: FUNAG, 2007, p. 693-698.

LAGO, André Aranha Correa do. **Conferências do Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: FUNAG, 2013.

LAGO, André Aranha Correa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e a três conferências ambientais das Nações Unidas**. Thesaurus Editora, 2007.

LAGO, Paula. 9 Retrocessos ambientais do governo Michel Temer. **Catraca livre**, 2019. Disponível em: <9 retrocessos ambientais do governo Michel Temer (catracalivre.com.br)>. Acesso em mar. 2024.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Discurso de abertura da 55ª Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU, 2000. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (Org). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: FUNAG, 2007, p. 669-676.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

LOPES, Joana Araújo. A “Guerra Contra a Natureza”: as alterações climáticas e os conflitos internacionais. **EuroDefense - Portugal**, 2021. Disponível em: <A “Guerra Contra a Natureza”: as alterações climáticas e os conflitos internacionais – EuroDefense Portugal>. Acesso em: Maio, 2024.

LYCARIÃO, Diógenes; SAMPAIO, Rafael Cardoso. **Análise de Conteúdo Categórica: Manual de Aplicação**. Enap: Brasília, 2021.

MACKLIN, Rebecca. Environmental Racism, Environmental Justice: Centering Indigenous to the Colonial Logics of the Anthropocene. In: RENO, Seth T. (Org.). **The Anthropocene: Approaches and Contexts for Literature and the Humanities**. Routledge, 2022.

MARQUARDT, J. Worlds apart? The Global South and the Anthropocene. In: HICKMANN, T. et al (Orgs). **The Anthropocene debate and political science**. Routledge, 2019.

MCDONALD, M. Climate Change and Security: Towards Ecological Security? **International Theory** 10(2): 153–180, 2018.

MELO, Roberta Carneiro; FREITAS, Vítor Gomes. Política Externa e Política de Defesa: aproximações conceituais na Era Cardoso e na Era Lula (1995-2010). In: MARRONI, Etienne Villela et al (org.). **Condomínio Atlântico: Estudos e Debates**. Pelotas, RS: Editora Textos, 2023.

MEYER, Patrícia; VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos. Contribuições do ATLAS.ti para a qualidade de uma pesquisa qualitativa com o método da grounded theory. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 23, n. 77, abr./jun. 2023.

MILANI, Carlos R. S. Antropoceno como conceito e diagnóstico: implicações para o multilateralismo e a perspectiva do Brasil. In: **Realinhamento Políticos e econômicos globais: implicações para o Brasil**; LIMA (et al). Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), 2022.

MITCHELL, A. Only Human? A Worldly Approach to Security. **Security Dialogue** 45(1): 5–21, 2014.

MONTOYA, Thalia Ariadna do Vale; MORAES, Renato de. 13. Estratigrafia. In: OLIVEIRA et al (Orgs). **Geologia Geral: uma revista da turma 63**. Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo, 2021.

MOORE, Jason W. **Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism**. Kairos PM, 2016.

MORAIS, Sheyla Rosana Oliveira; SILVA, Alberto Teixeira da; CRUZ, Vicente Vagner; et al. Amazônia Azul: sua utilidade e seus limites. In: MARRONI, Etienne Villela et al (org.). **Condomínio Atlântico: Estudos e Debates**. Pelotas, RS: Editora Textos, 2023.

MOREIRA, Joana D'arc; SANTOS, Luara Dias. A política externa brasileira e migrações: uma análise dos discursos brasileiros na Assembléia Geral da ONU entre os anos de 2011 e 2022. In: **A CRISE CLIMÁTICA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**, XV SARI, 2023, Uberlândia. Anais: UFU, p.63-80.

MORENO, Derliz Hong Hung; BRZEZINSKI, Maria Lúcia Navarro Lins. O Meio Ambiente nos discursos presidenciais do Brasil redemocratizado na Assembleia Geral da ONU de 1985 a 2022. **Revista Iguazu Science**, v. 1, n. 1, fev. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Debate da Assembleia Geral da ONU ressalta a necessidade de investimentos em ação climática. **Nações Unidas Brasil**, 2021. Disponível em: <Debate da Assembleia Geral da ONU ressalta a necessidade de investimentos em ação climática | As Nações Unidas no Brasil>. Acesso em: set, 2024.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, Pedro Henrique Silva. O Estado e as disputas burguesas na disputa portuária: uma análise poulantziana sobre a lei N. 12.815/2013. In: MARRONI, Etienne Villela et al (org.). **Condomínio Atlântico: Estudos e Debates**. Pelotas, RS: Editora Textos, 2023.

OS MIL Nomes de Gaia. **Colóquio Internacional Os Mil Nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra**. De 15 a 19 de setembro de 2014. Realização: Departamento de Filosofia da PUC-Rio, PPGAS do Museu Nacional – UFRJ. Local: Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro. Disponível em:< <https://osmilnomesdegaia.eco.br>>. Acesso em: maio.2024.

OTTUM, Lisa. The deep time life kit: Thinking Tools for the Anthropocene. In: RENO, Seth T. (org.). **The Anthropocene: Approaches and Contexts for Literature and the Humanities**. Routledge, 2022.

PÁDUA, José Augusto. Localizando a História do Antropoceno: o caso do Brasil. In: DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; SALDANHA, Rafael (Orgs.) **Os mil nomes de Gaia: do Antropoceno à idade da Terra**. Rio de Janeiro: Machado, 2022.

PALSSON, G., et al. Reconceptualizing the ‘Anthropos’ in the Anthropocene: Integrating the social sciences and humanities in global environmental change research. **Environmental Science and Policy**, 28, 3–13, 2013.

PANKE, L. Lula, do sindicalismo à reeleição: um caso de comunicação, política e discurso. Guarapuava : **Unicentro**; São Paulo : Horizonte, 2010.

PEDROSA, Vera. O Meio Ambiente dez anos após Estocolmo: perspectiva brasileira. **CAE**, 1984.

PEGUIM, Cássia Natanie. O Brasil e o Desenvolvimento Sustentável: Estado e recursos naturais (1992-2012). **Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP)**. Assis, 2021.

PEREIRA, Joana Castro. A Política Global como Sistema Aberto: Desafio para as Relações Internacionais no Antropoceno. **Revista Mundorama Divulgação Científica em Relações Internacionais**, 2016.

PEREIRA, Joana Castro. Towards a Politics for the Earth: Rethinking IR in the Anthropocene. In: CHANDLER, David; MÜLLER, Franziska; ROTHE, Delf (Orgs.). **International Relations in the Anthropocene: New Agendas, New Agencies and New Approaches**. Palgrave macmillan, 2021.

PIMENTEL, Pedro Chapaval; PANKE, Luciana. Dilma Rousseff na Assembleia Geral das Nações Unidas: Análise dos Discursos de 2011 e 2015. **Intercom**: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. Curitiba, 2016.

PINHEIRO, Daniel Calbino. Quando a Fake News acelera o Antropoceno: O caso da Floresta Amazônica (2018-2021). **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.18, n.1, mai. 2022.

RÁDIO TÁXI. **Eva**. Letras.mus. Disponível em:<Eva - Rádio Taxi - LETRAS.MUS.BR>. Acesso em: set. 2024.

REI, Fernando; GRANZIERA, Maria Luíza Machado; GONÇALVES, Ancindro (Orgs.). **Paradiplomacia Ambiental**. Editora Universitária Leopoldianum, 2020.

RENO, Seth T. (Org.). **The Anthropocene: Approaches and Contexts for Literature and the Humanities**. Routledge, 2022.

ROCHA, Felipe Ferreira de Oliveira; MEDEIROS, Marcelo de Almeida. Meio Ambiente e PEB: Comparando ênfases de presidentes e chanceleres (1995-2018). **12º Encontro da ABCP**, 2020.

RODRIGUES, L. Ibram: produção de minério em 2019 caiu, mas faturamento cresceu. **Agência Brasil**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <Ibram: produção de minério em 2019 caiu, mas faturamento cresceu | Agência Brasil (ebc.com.br)>. Acesso em: jun. 2024.

ROSSI, Antonio Roberto; DEMURU, Paolo. Para onde fomos, para onde vamos: sentidos dos discursos ambientais do Brasil na Assembleia Geral da ONU (1985-2022). **Comunicação Midiática**, v. 19, n. 1, p.264-285, jan-jun, 2024.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas**. Biblioteca da Presidência da República, 2011. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/>. Acesso em: jun. 2024.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas**. Biblioteca da Presidência da República, 2012. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/>. Acesso em: jun. 2024.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas**. Biblioteca da Presidência da República, 2013. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/>. Acesso em: jun. 2024.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas**. Biblioteca da Presidência da República, 2014. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/>. Acesso em: jun. 2024.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas**. Biblioteca da Presidência da República, 2015. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/>. Acesso em: jun. 2024.

SALDANHA, Rafael. Mapas para um outro tempo do mundo: modos de usar. In: DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; SALDANHA, Rafael (Orgs.) **Os mil nomes de Gaia: do Antropoceno à idade da Terra**. Rio de Janeiro: Machado, 2022.

SAMPAIO, Ingrid Costa Melo de. **Brasil e a agenda internacional de meio ambiente no contexto pós Guerra Fria**. Universidade de Brasília Instituto de Relações Internacionais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais: XVII Curso de Especialização em Relações Internacionais, 2016.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. **O Brasil e as Nações Unidas**. Brasília, FUNAG, 2013.

SILVA, André Luiz Reis da. A palavra do Brasil na ONU durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002): Universo Conceitual. **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História**, Fortaleza, 2009.

SILVA, Danielle Costa da; HERNÁNDEZ, Lorena Granja. Aplicação metodológica da análise de conteúdo em pesquisas de análise de política externa. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.33, 2020.

SILVA, Danielle Costa da; RIBEIRO, Renata Albuquerque; CARVALHO, Tássia Camila de Oliveira. A análise de conteúdo de pronunciamentos oficiais como metodologia interpretativa da política externa brasileira. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 6, n.2. 2015

SILVA, Jhonathan Anderson Godoy da. **Diplomacia presidencial brasileira: uma análise ambiental**. Graduação – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2023.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. LVIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas 2003. ONU, 2003. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (Org). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: FUNAG, 2007, p.703-710.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. LIX Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas 2004. ONU, 2004. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (Org). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: FUNAG, 2007, p.715-721.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. LXI Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas 2006. ONU, 2006. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (Org). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: FUNAG, 2007, p.761-765).

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Debate-Geral da 62ª Assembléia-Geral das Nações Unidas**. Biblioteca da Presidência da República, Brasília, 2007. Disponível em: <Biblioteca da Presidência da República — Biblioteca (presidencia.gov.br)>. Acesso em: jun. 2024.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do debate geral da 63ª Assembléia Geral das Nações Unidas**. Biblioteca da Presidência da República, Brasília, 2008. Disponível em: <Biblioteca da Presidência da República — Biblioteca (presidencia.gov.br)>. Acesso em: jun. 2024.

SILVA, Rodolfo Ilário. A política externa brasileira para o meio ambiente: antecedentes e evolução da agenda até a RIO+20. Monções: Revista De Relações Internacionais Da UFGD, 1(2), 118– 139, 2013.

SOUZA, Mikaela Carla Lobo de. **Política Externa Brasileira para o meio ambiente no governo Bolsonaro: do protagonismo internacional ao negacionismo ambiental**. Monografia Graduação – Relações Internacionais, Universidade Federal do Tocantins. Porto Nacional, Tocantins, 2022.

STEFFEN, W.; CRUTZEN, P.; MCNEILL, J.R. “**The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature?**”. *Ambio*, Vol. 36, No. 8, 2007.

TEMER, Michel. **Pronunciamento do senhor Presidente da República, Michel Temer, durante abertura do Debate Geral da 71ª Assembleia Geral das Nações Unidas - Nova York/EUA (20min19s)**. Biblioteca da Presidência da República, Brasília, 2016. Disponível

em: <Biblioteca da Presidência da República — Biblioteca (presidencia.gov.br)>. Acesso em: jun. 2024.

TEMER, Michel. **Discurso do Presidente da República, Michel Temer, na Abertura do Debate Geral da 72ª Sessão da Assembleia Geral da ONU**. Biblioteca da Presidência da República, Brasília, 2017. Disponível em: <Biblioteca da Presidência da República — Biblioteca (presidencia.gov.br)>. Acesso em: jun. 2024.

TEMER, Michel. **Discurso do Presidente da República, Michel Temer, na Abertura do Debate Geral da 73ª Sessão da Assembleia Geral da ONU**. Biblioteca da Presidência da República, Brasília, 2018. Disponível em: <Biblioteca da Presidência da República — Biblioteca (presidencia.gov.br)>. Acesso em: jun. 2024.

TESCARI, Adriana Sader. A biodiversidade como recurso estratégico, as negociações do Protocolo de Nagoia e a política externa brasileira. Brasília, DF: FUNAG, 2021.

TROMBETTA, Maria Julia. Security in the Anthropocene. In: CHANDLER, David; MÜLLER, Franziska; ROTHE, Delf (Orgs.). **International Relations in the Anthropocene: New Agendas, New Agencies and New Approaches**. Palgrave macmillan, 2021.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social**, p. 31-61, 2003.

WEBER, Max. **Ciência e Política duas vocações**. Tradução: Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18. ed. São Paulo : Cultrix, 2011.

WEIßPFLUG, Maike. A natural history for the 21st century: Rethinking the Anthropocene narrative with Arendt and Adorno. In: HICKMANN et al (Orgs). **The Anthropocene debate and political science**. Routledge, 2019.

WENDT, A. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**, v. 46, n. 2, p. 391-425, 1992.